



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA**

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO A LUZ DO CONCEITO  
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**FERNANDA GOUVÊA LUIZ**

**BOA VISTA – RR  
2015**

FERNANDA GOUVÊA LUIZ

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO A LUZ DO CONCEITO  
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LINHA DE PESQUISA: ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos

BOA VISTA – RR  
2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

FERNANDA GOUVÊA LUIZ

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO A LUZ DO CONCEITO  
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**LINHA DE PESQUISA: ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA**

Dissertação de Mestrado aprovada em 08 de julho de 2015 como pré-requisito para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos  
Orientador

Profa. Dra. Verçulina Firmino dos Santos  
Membro Externo

Prof. Dr. Edson Damas da Silveira  
Membro Interno

A minha mãe Rosa, a meu irmão  
Ronaldo e a meu esposo Paulo  
Anderson.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Professor Haroldo Eurico Amoras dos Santos, por acreditar em mim e no tema proposto, pela paciência, pelas riquíssimas contribuições e por todo aprendizado que me proporcionou.

Aos professores do mestrado, por tudo que me foi repassado durante as aulas e durante as conversas informais. Em especial, agradeço ao professor Celso Morato, ao Professor Serguey Aily e ao Professor Edson Damas, pela disponibilidade e pelas ricas contribuições.

A professora Verçulina Firmino dos Santos por sempre ter sido desde minha graduação uma inspiração profissional.

A meu esposo, Paulo Anderson, pelo apoio e compreensão nos momentos de estresse no decorrer deste trabalho.

As amigas da Confraria do Café pela motivação e pelos momentos de descontração, contribuindo sempre para melhoria de meu humor.

As amigas do mestrado e do “Clube da Luluzinha”, Márcia, Eremilda, Vilma e Heloane. Aos colegas do mestrado, Adailton, Tercio, Aaron, Ernani, Everaldo, José Dias e Alcemir, foi uma honra ter a oportunidade de estar neste mestrado aprendendo com todos vocês.

Aos queridos colaboradores do Nekar, Juci, Paloma, Diego e Édio que sempre me auxiliaram com muito carinho e presteza.

Ao SESI/RR, na pessoa da Sra. Monalisa Florentino (Secretaria Executiva da Superintendência), que recebeu e forneceu toda a informação necessária para o fechamento desta pesquisa.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, segundo grupos de idade.....	80
Gráfico 2	Concentração de CO médio (ppb) em Roraima de 2008 a 2011...	92
Gráfico 3	Evolução do Índice de <i>Gini</i> .....	95
Gráfico 4	Percentual da população com menos de 5 anos com obesidade e magreza extrema, de 2008 a 2011.....	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Os paradigmas de gestão ambiental do desenvolvimento.....	50
Quadro 2	Índice de Sustentabilidade Ambiental.....	66
Quadro 3	Índice de Sustentabilidade Ambiental - Classificações e Pontuações	68
Quadro 4	Indicadores de responsabilidade social.....	69
Quadro 5	Indicadores de responsabilidade social corporativa, segundo o modelo de Hopkins.....	71
Quadro 6	Taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer.....	93
Quadro 7	Leitos por 1.000 habitantes nos Estados da Região Norte, de 2005 a 2009.....	96
Quadro 8	Volume de Esgoto Coletado e Tratado de 2000 a 2011 em RR.....	98

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e indicação de presença de filho nascidos vivos.....	77
Tabela 2	Destinação das terras de Roraima.....	89
Tabela 3	Proporção dos Estados da Amazônia Legal brasileira ocupada por UCs, Unidades de Conservação e Terras Indígenas.....	90
Tabela 4	Desflorestamento em Roraima de 2001 a 2011.....	91
Tabela 5	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade.....	94
Tabela 6	Diferença da taxa de crescimento real do PIB de Roraima e do Brasil.....	99
Tabela 7	Balança comercial de Roraima de 2001 a 2011.....	99

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Modelo do Balanço de Materiais.....	45
Figura 2	Responsabilidade Socioambiental, Desenvolvimento Sustentável e Instituições.....	54
Figura 3	Proporção de arranjos familiares com casal sem filhos, segundo as Unidades da Federação - 2004/2013.....	94

## RESUMO

Esta dissertação examina o conceito de responsabilidade social, à luz do paradigma de sustentabilidade na dimensão global, nacional e estadual (Roraima), analisando as ações do SESI-RR, cobrindo o período 2013-2014. A responsabilidade socioambiental se configura como concepção a respeito dos compromissos que determinada sociedade ou corporação assume nas relações socioambientais quanto ao seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável, que pode ser traduzido como a luta pela construção de uma sociedade mais justa ou socialmente menos desigual, economicamente mais eficiente e ecologicamente equilibrada. A partir dessa perspectiva fez-se a análise do conceito de desenvolvimento sustentável, da evolução histórica do conceito de responsabilidade socioambiental e do equilíbrio das relações socioambientais e das possibilidades de sua mensuração. A metodologia para a realização do estudo foi efetuada com base no levantamento bibliográfico sobre a temática, através do qual foram verificadas, além das teorias, a existência ou não de práticas em Roraima, sendo utilizado o método comparativo, com a finalidade de se verificar referida correlação. Para a análise das práticas de responsabilidade social desenvolvidas pelo SESI-RR, realizou-se um estudo de caso, onde se optou pela utilização do modelo de Hopkins. No entanto, percebeu-se as dificuldades metodológicas para se estabelecer índices efetivos que possibilitem a mensuração e avaliação consistente das ações de responsabilidade socioambiental, principalmente na área empresarial, até porque a legislação (instituições formais) não contempla o estabelecimento de exigências específicas que definam indicadores de avaliação de ampla aplicação, gerando-se assim imensa dificuldade de se realizar sua mensuração e comparação efetiva. E também se verificou a fragilidade de uma cultura (instituições informais) em que a consciência sobre a questão da responsabilidade individual e social requer principalmente investimentos na educação socioambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Socioambiental, Roraima.

## RESUMEN

Esta disertación examina el concepto de responsabilidad social, a la luz del paradigma de sustentabilidad, examinando las acciones de SESI-RR, en el ámbito estadual (Roraima), en el período 2013-2014. La responsabilidad socio ambiental se configura como concepción acerca de los compromisos que determinada sociedad o corporación asume en las relaciones socio ambientales en cuanto a su comprometimiento con el desarrollo sustentable, que puede ser traducido como la lucha por la construcción de una sociedad más justa o socialmente menos desigual, económicamente más eficiente y ecológicamente equilibrada. A partir de esa perspectiva se hizo el análisis del concepto de desarrollo sustentable, de la evolución histórica del concepto de responsabilidad socio ambiental y del equilibrio de las relaciones socio ambientales y de las posibilidades de su mensuración. La metodología para la realización del estudio fue hecha basada en la investigación bibliográfica sobre el tema, a través de la cual fueron verificadas, además de las teorías, la existencia o no de prácticas en Roraima, siendo utilizado el método comparativo, con la finalidad de verificarse referida correlación. Para el análisis de las prácticas de responsabilidad social desarrolladas por SESI-RR, se realizó un estudio de caso, donde fue elegida la utilización del modelo de Hopkins. Sin embargo, se percibió las dificultades metodológicas para establecerse índices efectivos que posibiliten la mensuración y evaluación consistente de las acciones de responsabilidad socio ambiental, principalmente en el área empresarial, una vez que la legislación (instituciones formales) no contempla el establecimiento de exigencias específicas que definan indicadores de evaluación de amplia aplicación, generándose así inmensa dificultad de realizarse su mensuración y comparación efectiva. También se verificó la fragilidad de una cultura (instituciones informales) donde la consciencia sobre la cuestión de la responsabilidad individual y social requiere principalmente inversiones en la educación socio ambiental.

Palabras clave: Desarrollo Sustentable, Responsabilidad Socio Ambiental, Roraima.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE...</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Considerações Iniciais.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 Responsabilidade Socioambiental: A Evolução histórica do conceito a partir de 1950.....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 Desenvolvimento e Meio Ambiente.....</b>	<b>33</b>
1.3.1 Relações Socioambientais e economia .....	40
1.3.2 Mercados, Externalidades e Responsabilidade Socioambiental .....	43
1.3.3 Responsabilidade Socioambiental e Paradigmas Socioambientais.....	50
1.3.4 A Economia Ambiental e a Responsabilidade Socioambiental.....	51
<b>1.4 Indicadores Socioambientais.....</b>	<b>58</b>
<b>1.5 Modelo Analítico de Hopkins.....</b>	<b>69</b>
<b>2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO BRASILEIRO.....</b>	<b>73</b>
<b>2.1 A Responsabilidade Socioambiental e as Instituições Formais Brasileiras.....</b>	<b>81</b>
<b>3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE RORAIMA.....</b>	<b>85</b>
<b>3.1 A Questão em Roraima.....</b>	<b>85</b>
<b>3.2 O SESI-RR e a Responsabilidade Socioambiental.....</b>	<b>100</b>
3.2.1 Caracterização da Organização.....	101
3.2.2 Análise da Responsabilidade Socioambiental do SESI/RR, segundo o modelo de Hopkins.....	103

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo geral examinar o conceito de responsabilidade social, à luz do paradigma de sustentabilidade socioambiental, analisando-se brevemente as ações do SESI-RR, na dimensão estadual (Roraima), cobrindo o período 2013-2014. A partir dessa perspectiva faz-se a análise do conceito de desenvolvimento sustentável, da evolução histórica do conceito de responsabilidade socioambiental e do equilíbrio das relações socioambientais e das possibilidades de sua mensuração.

Para tanto, foram utilizados os conceitos de sustentabilidade e indicadores socioambientais diversos, dentre os quais se destaca o modelo de Hopkins, através do qual se procurou fazer a análise qualitativa da responsabilidade socioambiental do Serviço Social da Indústria de Roraima (SESI-RR), corporação que faz parte do sistema da Federação das Indústrias do Estado de Roraima – FIERR. Em síntese, a dissertação resulta do esforço de reflexão acerca do seguinte problema: as práticas de Responsabilidade Socioambiental podem ser mensuradas e comparadas, através de modelos e indicadores? Tendo por *lócus* o SESI-RR, fez-se a análise de sua contribuição para com a sociedade e para o fortalecimento do conceito de desenvolvimento sustentável.

Esta pesquisa se justifica, entre outras coisas, devido a responsabilidade socioambiental se configurar como concepção a respeito dos compromissos que determinada sociedade ou corporação assume nas relações socioambientais quanto ao seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável, que pode ser traduzido como a luta pela construção de uma sociedade mais justa ou socialmente menos desigual, economicamente mais eficiente e ecologicamente equilibrada. Trata-se de estudar e examinar as mudanças socioeconômicas como realidade multidimensional cujas faces passaram a ser lidas e interpretadas após a Segunda Guerra Mundial, ora sob os conceitos de sustentabilidade ambiental e eco-desenvolvimento, ora sob os de desenvolvimento sustentável.

Os embates dessas ideias e concepções, bem como dos interesses econômicos envolvidos, alcançaram expressão política internacional considerável, prosperando no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU. Os resultados

das discussões entre os representantes dos países que compõem a ONU são apresentados nas suas Convenções sobre desenvolvimento e meio ambiente, submetidos à apreciação e deliberação dos Estados nacionais que a compõem.

Observe-se que, desde o início, as discussões sobre sustentabilidade tiveram a participação ativa das chamadas Organizações Não-Governamentais, como por exemplo, o apoio que deram à realização da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleos, em 1954, em Londres, o primeiro tratado de proteção do ecossistema em que são encontradas normas de preservação de recursos ambientais.

É que as atividades de produção ou de geração de riquezas no sentido do processo social de agregação de valores requerem a construção e operacionalização de sistemas econômicos que transformem recursos naturais, capital e trabalho em bens e serviços destinados ao atendimento das necessidades humanas, dentro de determinada matriz tecnológica e segundo o conjunto de instituições que regulam e disciplinam o funcionamento do sistema.

Ocorre que as ações antrópicas impactam o meio ambiente, alterando as suas propriedades físicas, químicas e biológicas, causadas por diferentes formas de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota e a qualidade dos recursos ambientais<sup>1</sup>, poluindo e degradando a qualidade ambiental<sup>2</sup>.

O Estado tem se colocado cada vez mais ativo neste processo de busca pelo desenvolvimento, em especial o sustentável, buscando estimular e beneficiar as empresas que desenvolvam projetos sustentáveis, proporcionando financiamentos e diminuindo impostos e tributos, ou seja, através das instituições formais.

Busca-se analisar se, a luz do conceito de desenvolvimento sustentável, as políticas de responsabilidade socioambiental aplicadas a vivência das empresas, efetivamente podem ter seus resultados mensurados através de modelos ou indicadores, em especial em organizações do terceiro setor e verificar se há no SESI-RR uma cultura socioambiental para esta e para as próximas gerações. Dar-

---

<sup>1</sup> Conceito de impacto ambiental, conforme a Resolução nº 01/86 do CONAMA.

<sup>2</sup> Definição de poluição segundo o Art. 3º, II, a-e, da Lei Federal nº 6.938/81.

se-á atenção especial a presença do Estado, que é incontornavelmente dominante na Amazônia, principalmente nas políticas públicas voltadas para o Meio Ambiente.

Neste caso a responsabilidade socioambiental não é enfocada como fenômeno de motivação humanitária, mas se insere na busca de oportunidades que visem a realização de bons negócios e a conquista do bem estar social, contribuindo para o desenvolvimento organizacional e da comunidade. As empresas também veem a responsabilidade socioambiental como diferencial competitivo para se destacar entre tantas organizações similares. Utilizam como forma de desenvolvimento sustentável de suas organizações e também como estratégias de marketing para sensibilizar seus *stakeholders*.

Trata-se de também utilizar estas práticas para obter melhores resultados financeiros e reputacionais, e, com essa finalidade, muitas instituições prestam contas à sociedade de seus negócios e suas ações, por meio de práticas de divulgação de indicadores sociais. No Brasil, por exemplo, existe o modelo criado em 1997 pelo Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE) que estabelece uma estrutura para a elaboração do balanço social; no entanto, nenhuma legislação (instituição formal) obriga as empresas a utiliza-lo.

Embora a legislação não obrigue as empresas a publicarem suas ações socioambientais, os consumidores estão cada vez mais exigentes (instituição informal), o que faz com que cada vez mais as organizações se preocupem em atender os requisitos de Responsabilidade Socioambiental nas comunidades em que exercem suas relações comerciais, gerando conseqüentemente um ponto de partida para o desenvolvimento sustentável.

As contribuições trazidas pelas empresas para a comunidade que está no seu entorno ao desenvolver atividades de Responsabilidade Socioambiental ainda tem sido pouco explorada. De fato, isso gera lacuna a ser estudada que, no caso de Roraima, o estudo é iniciado por esta dissertação, a partir do exame das ações de responsabilidade socioambiental do SESI-RR à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, bem como de alguns aspectos dessas questões na dimensão estadual (Roraima).

Em razão de este tema ser relativamente recente, mesmo com todo o avanço do conhecimento quanto a natureza e importância do fenômeno da sustentabilidade socioambiental, a hipótese trabalhada por esta pesquisa é a de que a Responsabilidade Socioambiental contribui para o fortalecimento do conceito de

desenvolvimento sustentável já que toda organização faz parte, de forma direta ou indireta, em maior ou menor grau de participação, do processo de mudanças que ocorre em determinada região, sob influência de novos valores de natureza institucional, entendidos estes como “regras do jogo”, no sentido dado por Douglas C. North.

No entanto, em face das dificuldades metodológicas para se estabelecer índices efetivos que possibilitem a mensuração e avaliação consistente das ações de responsabilidade socioambiental, principalmente na área empresarial, até porque a legislação (instituições formais) não contempla o estabelecimento de exigências específicas que definam indicadores de avaliação de ampla aplicação, decorre imensa dificuldade de se realizar sua mensuração efetiva.

Entende-se que planejar e operacionalizar ações de cunho social ou visando a melhor gestão ambiental possa contribuir para aumentar a eficiência socioambiental da empresa ou organização por intermédio da diminuição dos desperdícios, implementação de boas práticas e melhoria do bem estar social, entre outros. Estas ações contribuiriam para que as empresas viessem a ter maior eco-eficiência ou melhor relação com o meio ambiente (minimização de desperdícios) que contribuiria para elevar seu capital reputacional a longo prazo, aumentando suas chances de sucesso econômico e a sua perpetuidade.

Devido a existência de vários modelos e diversos indicadores foi escolhido o Modelo de Hopkins, para a análise da efetividade da responsabilidade socioambiental, tendo por estudo de caso o Serviço Social da Indústria de Roraima (SESI-RR), levando-se em consideração as limitações próprias da capacidade de mensuração do modelo.

Apesar de diversas diretrizes da Agenda 21 para o desenvolvimento sustentável vir sendo adotadas pelos Estados ou incorporadas às estratégias empresariais, as organizações públicas e privadas, especialmente as produtivas, estão tendo que descobrir, na prática, o desafio de traduzir este conceito em termos de ações empresariais sustentáveis do ponto de vista socioambiental. Muitos indicadores tem sido utilizados pelas organizações no intuito de se efetivar este conceito, no entanto, a todo momento surgem críticas quando a metodologia aplicada aos indicadores, haja vista nenhum mensurar todas as dimensões que compõem o conceito.

A principal organização privada que cuida globalmente da responsabilidade social das corporações é a *Corporate Social Responsibility (CSR)*. Esta, segundo a revista *Economist*, é parte do *mainstream approach* para os negócios: *The movement for CSR has won the battle of ideas, CSR commands the attention of Executives Everywhere* (Economist 2005)<sup>3</sup>. Mas a governança corporativa ainda é uma questão em aberto.

Considerando a necessidade de se discutir a prática de responsabilidade socioambiental como algo muito mais amplo do que a gestão ambiental propriamente dita, mas em face da escassez de estudos regionais acerca deste tema, surgiu a necessidade de se investigar e conhecer as práticas existentes; estas demonstram a dificuldade de se mensurar e demonstrar a relação entre a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável, conforme mostra o enfoque das práticas existentes no SESI, no Estado de Roraima.

Espera-se explicitar de todo modo o caráter estratégico da responsabilidade sócio ambiental corporativa e amadurecer o pensamento sobre as possibilidades de inserir o desenvolvimento sustentável no planejamento de negócios competitivos que gerem valor econômico e social para a região. Espera-se ainda despertar o interesse na utilização de modelos e indicadores pelas organizações como forma de estimular as práticas de responsabilidade social e gerar diferencial competitivo para as organizações que adotem tais práticas socioambientais.

A metodologia para a realização do estudo foi efetuada com base no levantamento bibliográfico sobre a temática abordada, através da leitura de livros, artigos e resenhas que tratam sobre a relação entre responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável, através das quais foram verificadas, além das teorias, a existência ou não de práticas relacionadas a estas ações temáticas em Roraima, sendo utilizado o método comparativo, com a finalidade de se verificar referida correlação. Para a análise das práticas de responsabilidade social desenvolvidas pelo SESI-RR, realizou-se um estudo de caso, onde se optou pela utilização do modelo de Hopkins, através de análise qualitativa, como forma de divulgar um método pouco utilizado no Estado de Roraima, bem como garantir a pormenorização das categorias de análise e verificar a aplicabilidade, a efetividade e a capacidade de mensuração deste instrumento.

---

<sup>3</sup> "O movimento para a CSR ganhou a batalha das idéias ... CSR comanda a atenção de executivos em toda parte." (Economist 2005)

A dissertação se encontra organizada em três capítulos. O Capítulo I trata de organizar a conceituação sobre responsabilidade socioambiental e sustentabilidade, trabalhando os conceitos propriamente ditos, sua evolução histórica, os indicadores mais conhecidos e o modelo de Hopkins; na sequência será apresentado o tema Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável no contexto brasileiro e o terceiro capítulo relacionará os dois temas no Estado de Roraima e fará a análise modelo de Hopkins aplicado no Sesi-RR.

O Serviço Social da Indústria em Roraima - SESI/RR foi escolhido porque se trata de organização bastante conhecida e presente no cotidiano da vida empresarial roraimense; e, principalmente, porque o SESI/RR contribui para a projeção de imagem positiva tanto junto ao mercado, quanto em relação a sociedade em geral, das suas ações socialmente responsáveis; em especial, porque destaca seu forte envolvimento com projetos de cidadania e de educação socioambiental.

Desse modo, o significado de Responsabilidade Socioambiental no contexto do complexo conceito de desenvolvimento sustentável aparece como conjunto de ações práticas que visam efetivar a sustentabilidade econômica das empresas, ancorada em compromissos sociais que se estendem para além dos interesses comerciais. Aparece assim como dever ético de todos manter e assegurar a sustentabilidade da sociobiodiversidade do planeta. Espera-se que esta pesquisa desperte o interesse pela temática e que venha subsidiar, tanto a tomada de decisão de gestores públicos e privados, como também, facilitar o acesso de informações a sociedade em geral sobre o tema.

## CAPÍTULO I RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

### 1.1 Considerações Iniciais

É simples tautologia a assertiva de que a sociedade não pode existir sem a natureza, pois é esta, transformada pelo trabalho, e instrumentalizada por artefatos físicos-materiais, que fornece os recursos naturais e os serviços ambientais essenciais à manutenção e desenvolvimento da vida. Esta relação trabalho humano e natureza, mediada por instrumentos ou artefatos físicos, experimenta modificações no tempo, constituindo diferentes sistemas de produção ao longo da história. Essas formas de produção material da vida social ou das condições materiais da existência sofreram mudanças desde os tempos dos coletores e caçadores; da coleta de vegetais, da extração de raízes, da caça, pesca e extrativismo mineral (extração de seixos, areia e argila).

São transformações que dizem respeito às mudanças das estruturas e das relações sociais da produção e das forças produtivas que dominaram certas técnicas de escolhas das sementes e do ciclo de vida de certos vegetais (arroz, trigo, cevada, principalmente) e o desenvolvimento de técnicas de cultivo das plantas, da colheita e armazenamento da produção, que possibilitaram a Revolução Agrícola, com base na propriedade comunal. Os excedentes de alimentos logo propiciaram o crescimento da população nas terras de maior fertilidade natural e o valor de uso da produção foi progressivamente dando lugar às relações de valor de troca dos excedentes produtivos.

É relevante para os propósitos desta pesquisa ressaltar que a estrutura social da etapa da propriedade comunal se organizava com base no grupo familiar ou nas relações de sangue e parentesco; trata-se principalmente do tipo dominante de família, a do tipo patriarcal, que tende a distinguir em seu seio “não apenas a distinção entre o chefe e demais membros da família, mas, ainda, a escravidão, que se origina do aumento da população e suas necessidades e do incremento das relações externas, representadas pela guerra ou pelo escambo” (HOBBSAWN, 1976, p.30).

O sucesso agrícola implicou, no entanto, na necessidade de se fazer o aprofundamento da divisão social do trabalho, mediante a separação do trabalho industrial e comercial, do trabalho agrícola, isto é, ensejou o nascimento de novos territórios e de novas territorialidades, no caso, o nascimento do território urbano. O espaço físico ou geográfico passou a exercer funções distintas no desenvolvimento das relações de produção, estabelecendo-se a distinção entre campo e cidade.

Tem-se assim a divisão entre campo e cidade, entre agricultura e indústria e comércio; e entre homens livres e escravos, onde paulatinamente se observa ao longo da história que a cidade vai ampliando seus interesses econômicos e políticos, a partir da concentração da população nos espaços urbanos, baseada primeiro na propriedade comunal urbana, isto é, na posse e/ou domínio do espaço urbano pelas famílias.

Sucedem-se historicamente as outras formas de propriedade: a feudal e, posteriormente, a capitalista, cuja mudança ocorre, primeiro na cidade, pois, a separação entre cidade e campo é o elemento fundamental e constante da divisão social do trabalho. Essa divisão do espaço com funções econômicas diferenciadas entre a cidade e o campo se aprofundou a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, que associa industrialização, urbanização e crescimento demográfico.

Assim, se segundo Hobsbawn, a história antiga é a história das cidades, mas das cidades baseadas na agricultura e na propriedade rural (HOBSEBAWN, 1976, p. 36), a história contemporânea é a história das cidades, mas das cidades baseadas na indústria e na propriedade urbana através de relações sociais da produção e das forças produtivas que se espalharam por todo o planeta. Trata-se da globalização das forças capitalistas que se expandem desde o mercantilismo do século XVI.

O mundo globalizado tende a aprofundar os mecanismos de interdependência econômica, envolvendo as cadeias produtivas e as redes mundiais de distribuição e consumo, apresentadas por Manuel Castells como: redes de fornecedores, redes de produtores, redes de clientes, coalizões-padrão e redes de cooperação tecnológica (CASTELLS, 1999, p.209-210). Ao mesmo tempo em que as redes de produção e consumo se organizaram em termos de mercados mundiais e se tornaram interdependentes em diferentes escalas, ocorreu também que os problemas ambientais associados à poluição também se mundializaram, a exemplo

da associação que atualmente se faz entre mudanças climáticas e emissões excessivas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

A sociedade atual está, portanto, diante de problemas ambientais que se manifestam em diferentes escalas espaciais, quais sejam, locais, regionais e globais. Na dimensão global, o sistema internacional de Estados se estruturou e se organizou de modo a criar instituições que, no caso da gestão do meio ambiente, se traduziram na formação dos regimes internacionais de meio ambiente. Estes se projetam e interagem com as políticas nacionais de meio ambiente, em que a Agenda 21 é exemplo típico desta ação global, consubstanciada na Declaração do Rio, esboçada na Cúpula da Terra (Rio 92), descrevendo 27 princípios que funcionam como orientações para a proteção ambiental global e o desenvolvimento econômico.

A Agenda 21 é um conjunto de compromissos semelhantes, organizados em 40 capítulos, com metas ambientais abrangentes, enfatizando as regiões onde atingir esses objetivos é crucial, como os países em desenvolvimento. Segundo o governo brasileiro (MMA, 2000), trata-se de um plano de ação estratégico que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já feita de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, tentando conciliar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Sua legitimidade política repousa na decisão consensual de 179 países, envolvidos, por dois anos, em um processo preparatório que culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, em 1992, no Rio de Janeiro, conhecida por ECO-92 (MMA, 2000, p.6).

Apesar do entusiasmo inicial das autoridades governamentais quanto às possibilidades de êxito da Agenda 21 na promoção de melhorias quanto a qualidade ambiental do planeta, uma década depois o governo brasileiro veio reconhecer a existência de restrições econômicas, político-institucionais e culturais limitantes da implementação da Agenda 21 tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Este é definido pelo governo brasileiro segundo a concepção do documento *Nosso Futuro Comum*, de 1987, conhecido como Relatório *Brundtland*, para quem o desenvolvimento sustentável consiste no desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (MMA - Ministério do Meio Ambiente, 2004).

Mais que um conceito, transmite o desejo de mudança de paradigma para um estilo de desenvolvimento que não se mostre excludente socialmente e danoso ao meio ambiente (NOSSO FUTURO COMUM, 1988, p. 46). O modelo de desenvolvimento desejado passa a ser o baseado em tecnologias limpas e energias renováveis (e não mais o das “chaminés”) e passa-se a exigir das organizações responsabilidade social e ambiental (MMA - Ministério do Meio Ambiente, 2004).

O Estado nacional brasileiro incluiu, portanto, a responsabilidade socioambiental no conjunto das ações prioritárias da Agenda 21, que expressa o consenso de que só uma sociedade sustentável - menos desigual e com pluralismo político - pode produzir o desenvolvimento sustentável. Reconhece, portanto, que a implementação da mesma requer maior participação social; e que esta precisa tomar maior número de iniciativas próprias em favor da sustentabilidade, com base num sistema político que apresente maior grau de abertura para as políticas de redução das desigualdades e de eliminação da pobreza absoluta (MMA - Ministério do Meio Ambiente, 2004).

Analisando todas as considerações realizadas entende-se de fundamental importância uma análise histórica, cujo enfoque neste estudo se dará prioritariamente com o recorte temporal do pós Segunda Guerra Mundial até a ano de 2014.

## **1.2 Responsabilidade Socioambiental: a evolução histórica do conceito a partir de 1950**

As evoluções históricas do conceito de responsabilidade socioambiental e de desenvolvimento sustentável nem sempre se confundiram ao longo da história, haja vista que há diferentes concepções de desenvolvimento e, por consequência, de responsabilidade socioambiental. Desde a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, os problemas ambientais foram aumentando e as organizações não enfocavam a busca pela adequação do ambiente sustentável, ocasionando diversas externalidades negativas, como “alta concentração populacional, devido à urbanização acelerada; consumo excessivo de recursos naturais, sendo alguns não

renováveis; contaminação do ar; do solo; das águas e desflorestamento” (DIAS, 2006, p.6).

Conforme Karkotli e Aragão (2010) a ideia de responsabilidade social surgiu na Europa em 1899, especificamente na França, quando Andrew Carnegie fundador do Conglomerado U.S. Steel Corporation publicou o livro ‘*O Evangelho da Riqueza*’, que estabelece a abordagem clássica da responsabilidade social das grandes empresas. No entanto, atualmente, o conceito de Responsabilidade Socioambiental é muito mais abrangente e possibilita diversas interpretações.

Desenvolvimento e direitos humanos ganharam maior destaque na metade do século XX, “como duas ideias-força destinadas a exorcizar as lembranças da Grande Depressão e dos horrores da 2ª Guerra Mundial, e fornecer os fundamentos para o sistema da ONU e impulsionar os processos de descolonização” (SACHS, 2009, p. 47).

Referido posicionamento também tem correlação com o sentimento ou percepção crescente da sociedade de que os recursos naturais disponíveis vem se tornando cada vez mais escassos e que este processo vem sendo definido historicamente, segundo Leff (2008, p. 386), “como um campo de estudo dos impactos de diferentes modos de produção e formações sociais sobre as transformações de sua base natural, incluindo a exploração dos recursos naturais e a degradação ambiental”.

As dúvidas quanto a sustentabilidade do padrão de desenvolvimento capitalista em vigor até a década de 1960 se transformaram em atos de protestos e denúncias crescentes contra a poluição dos mares, dos rios e da atmosfera; e trouxeram em suas correntes reivindicatórias a exigência de compromissos das empresas e dos indivíduos para com critérios de valorização da natureza e solidariedade para com os pobres que se situassem para além dos critérios em vigor de responsabilidade social, orientada pelos princípios da caridade e da custódia.

Desde esta época, o conceito a expressão responsabilidade social da empresa vem sendo constantemente revisado e debatido (KARKOTLI, 2007). Em tal contexto ou clima de revisão de conceitos e paradigmas, Miranda (2002) destaca que o livro *Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios* (*Responsibilities of the Businessman*), do filósofo Howard Bowen, publicado em 1953 nos Estados

Unidos, é considerado a primeira obra clássica sobre a ideia de Responsabilidade Social dos homens de negócios, ao projetar seu conceito para além das obras de caridade.

Apesar da anterioridade cronológica do *Responsibilities of the Businessman*, a questão da sustentabilidade socioambiental somente veio a ser objeto de discussão sistemática quase duas décadas depois, após, inclusive, a obra Primavera Silenciosa (*Silent Spring*), de Rachel Carson (1962). Essa discussão sistematizada tem início no Clube de Roma, fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, patrocinados por grandes empresas como a FIAT e a Volkswagen.

Os encontros do Clube de Roma no início dos anos setenta reuniam cerca de setenta cientistas, acadêmicos, economistas, industriais e membros de instituições públicas de países desenvolvidos. O foro de discussão mostrou que a preocupação com o meio ambiente não se limitava a uma parcela “alternativa” das sociedades mais desenvolvidas, mas atingia, também, alguns *decision makers*, conscientes das implicações políticas e econômicas de uma mudança de paradigma (LAGO, 2006, p.27).

A partir de 1972, o tema da sustentabilidade alcançou dimensão internacional muito conhecida por causa da publicação do relatório “Os Limites do Crescimento” (*The Limits to Growth*), elaborado por equipe do Massachusetts Institute Technologic - MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts, EUA), contratada pelo Clube de Roma, chefiada por Dana Meadows. Conhecido como Relatório do Clube de Roma ou Relatório *Meadows* (MEADOWS et al, 1972), o mesmo trata de problemas cruciais para o futuro da humanidade tais como energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional. Utilizando modelos matemáticos, o MIT chegou à conclusão de que o Planeta Terra não suportaria o crescimento populacional devido à pressão gerada sobre os recursos naturais e energéticos, mesmo tendo em conta o avanço tecnológico; o relatório afirma ainda que os recursos naturais se esgotarão num horizonte de cem anos, caso sejam mantidas as taxas de utilização e consumo dos anos 1950-1960.

As preocupações quanto aos efeitos danosos das ações antropogênicas não nasceram em 1972, mas bem antes, cujos eventos ou discussões envolvendo os interesses conjuntos dos Estados nacionais eram realizados no âmbito da

Organização das Nações Unidas – ONU. A ONU abrigou nesse contexto, desde que foi fundada, inúmeras reuniões, seminários e congressos sobre poluição dos mares, poluição da atmosfera, ameaças de extinção de espécies de animais e de plantas, crescimento populacional, utilização dos oceanos e diversos outros temas. Como consequência de todo esse processo, veio a acontecer também em 1972, a I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ou simplesmente a Conferência de Estocolmo. Por consequência, é relevante salientar que nem a publicação do Clube de Roma e nem a Conferência de Estocolmo surgiram de repente.

É se reportando a tal cenário histórico, que Drucker (2000) comenta as mudanças de comportamento das próprias organizações privadas nesta época, onde nos anos de 1960 e 1970 o ambiente relativamente estável dos países industrializados do centro do sistema internacional sofreu grandes mudanças, pois já não bastava oferecer preço baixo ou produto de melhor qualidade. Drucker assinala que a intensa competição empresarial por mercados mudou este cenário, decorrendo de as empresas perceberem as mudanças sociais e os novos padrões de consumo da clientela das novas gerações, onde as estratégias meramente industriais do período anterior à guerra se revelavam defasadas.

As consequências negativas, reais ou imaginárias, da Segunda Guerra Mundial sobre a sociedade, principalmente sobre os EUA, foram empoderadas na década de 1960, com a Guerra do Vietnã, vindo contribuir, decisivamente, para a geração de novas concepções e conceitos sobre responsabilidade social empresarial. A sociedade internacional se manifestou e assim ocorreu a fundação, organização e mobilização de milhares de movimentos sociais e de manifestações contra a utilização de armas nucleares e químicas produzidas pelas empresas americanas, nocivas ao meio ambiente e ao homem.

O “paz e amor” dos *hippies* se tornou espécie de mantra conhecido em todo o planeta, simbolizando a luta da nova geração de conceitos produzida por aqueles que acreditavam nas possibilidades da existência de relações humanas baseadas na solidariedade social e responsabilidade para com a preservação da natureza. Nesse sentido, a proliferação das Organizações Não-Governamentais – ONGs é fruto da cultura que emergiu após a guerra.

O papel das ONGs como agentes políticos relevantes de defesa das bandeiras ambientalistas ganhou visibilidade mundial em 1972, com a realização do primeiro estudo importante sobre os problemas ambientais do planeta, efetuado pelo Clube de Roma, uma Organização Não Governamental. Trata-se do estudo publicado em 1972, denominado: *Os Limites do Crescimento - The Limits to Growth* (MEADOWS *et al*, 1972), que analisou cinco variáveis: tecnologia, população, nutrição, recursos naturais e meio ambiente. A principal conclusão do estudo foi a de que, se as tendências de produção, consumo e uso indiscriminados ou perdulários dos recursos naturais continuassem, segundo os padrões daquela época, o sistema global se sobrecarregaria e entraria em colapso até o ano 2000. O relatório Meadows e Meadows sugeriu que, para evitar tal colapso, seria necessário que tanto o crescimento populacional, quanto o crescimento econômico teriam de se manter em ritmo de taxa zero ou nulo (MEADOWS *et al*, 1972).

Cabe especial destaque à Declaração da Conferência de Estocolmo estabeleceu 26 princípios e um Plano de Ação com 109 recomendações. Os países<sup>4</sup> reconheceram a necessidade do desenvolvimento como estratégia de melhoria do meio ambiente, e, simultaneamente, reconheceram também que os países em desenvolvimento requerem a cooperação internacional, e de preços justos para as suas exportações, para que realizem a gestão do meio ambiente, considerando que os mesmos têm carências de recursos para desenvolver medidas de proteção ambiental. Por outro lado, concordaram que as políticas ambientais não devem comprometer o desenvolvimento do país, sendo necessário estabelecer um planejamento integrado, inclusive para resolver conflitos entre meio ambiente e desenvolvimento (NEBBIA, 2006, p.05).

Algumas metas específicas foram estabelecidas, como a moratória de dez anos sobre a caça comercial a baleias; a prevenção a derramamentos deliberados de petróleo no mar até 1975 e um relatório sobre o uso da energia até 1975. Ela resultou por pressionar a inclusão da questão ambiental nas agendas políticas dos principais países industrializados, tanto os do centro do sistema internacional, como os europeus e os EUA, quanto os da periferia do sistema, como o Brasil.

---

<sup>4</sup> A Conferência reuniu tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, mas a antiga União Soviética e a maioria de seus aliados não compareceram.

A questão também se tornou preocupação dos países não-industrializados, passando a receber atenção especial em praticamente todos os fóruns relacionados com a temática do desenvolvimento econômico e meio ambiente. A Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano e seus princípios constituíram o primeiro conjunto de “soft law” (leis internacionais sem aplicação prática, apenas intencionais) para questões ambientais internacionais (LONG, 2000). Isso influenciou as ações dos estados nacionais.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, cuja sigla em inglês é UNEP (The United Nations Environment Programme), registra que muitas legislações nacionais sobre o meio ambiente foram criadas após Estocolmo (NEBBIA, 2006, p.05). Entre 1971 e 1975, 31 importantes leis ambientais em âmbito nacional foram aprovadas em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em comparação com somente 4 no período entre 1956 e 1960, 10 de 1960 a 1965 e 18 entre 1966 e 1970 (LONG, 2000).

No Brasil, por exemplo, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, como instrumento básico da estruturação institucional da gestão do meio ambiente no país, surgiu nesse contexto das discussões internacionais sobre meio ambiente. Outra ilustração da influência da Estocolmo 1972 é a criação, em 1973, da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA, ligada à Presidência da República, por meio do Decreto Federal nº 73.030, de 30 de outubro de 1973.

A Conferência de Estocolmo de 1972 ganhou tanta relevância política que dela resultou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), ou UNEP em inglês, “a consciência ambiental do sistema da Organização das Nações Unidas”, que viria a dividir com a Unesco as questões relativas ao meio ambiente no âmbito das Nações Unidas (BARBIERI e SILVA, 2011). A seguir o PNUMA passou a contar também com o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), pois o tema logo tornou-se objeto de encontros internacionais.

Em 1975, a ONU realizou o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, no âmbito do qual foi aprovada a Carta de Belgrado, que constitui o documento basilar do sistema internacional sobre o tema, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, embora, nessa época, ainda não se usasse essa expressão, a não ser em círculos muito restritos.

Na sequência histórica, em 1977, entre 14 e 26 de outubro, em Tbilisi, na antiga URSS, ocorreu o mais importante evento internacional até então sobre educação ambiental. Foi chamado de “Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental”, que transcorreu sob forte inspiração da Carta de Belgrado, sendo responsável pela elaboração de princípios, estratégias e ações orientadoras em educação ambiental que são adotados até os dias atuais, em todo o mundo.

A partir da década de 1980 ocorreram várias mudanças radicais e singulares, não apenas pelo reflexo da velocidade da informação presente nas várias dimensões da sociedade, mas principalmente pela integração dos mercados financeiros e o crescimento singular do comércio internacional, fenômeno que se expandiu em cadeias de produção, circulação, distribuição e consumo, componentes fundamentais do fenômeno atualmente conhecido como globalização.

Uma série de catástrofes jogou bastante lenha na fogueira ambiental: descobriu-se que a droga talidomida causa má-formação congênita em recém-nascidos, o navio Torrey Canyon derramou petróleo ao longo da pitoresca costa norte da França e cientistas suecos afirmaram que a morte de peixes e outros organismos em milhares de lagos da Suécia era resultado do longo alcance da poluição atmosférica vinda da Europa Ocidental (UNEP, 2011).

Os diversos acidentes industriais da década de 1980 colocaram bastante pressão sobre as empresas. Para debater o problema e encaminhar soluções para os mesmos, a ONU organizou em 1984, com o apoio do PNUMA, a Conferência Mundial da Indústria sobre a Gestão do Meio Ambiente (WICEM); no mesmo ano o setor químico do Canadá criou o programa Atuação Responsável (Responsible Care), uma das primeiras tentativas de se proporcionar um código de conduta para a gestão ambiental saudável no setor empresarial.

Desde o final da década de 1970, o conceito de ecoeficiência estava sendo introduzido na indústria como uma forma de, simultaneamente, reduzir o impacto ambiental e aumentar a rentabilidade. Embora esses interesses em geral não fossem compartilhados por empresas que tinham base em países em desenvolvimento, já se debatiam as implicações da migração de indústrias para “paraísos de poluição” no Hemisfério Sul (NEBBIA, 2006, p.06).

As mudanças globais e a percepção dos grandes problemas socioambientais, como poluição, pobreza e desigualdades sociais, assumiram dimensões de tal magnitude que passaram a exigir ações conjuntas dos estados nacionais. Referida complexidade cênica da realidade socioambiental do planeta foi o principal objeto das discussões da ONU, em 1987. Elas resultaram no Relatório Nosso Futuro Comum (também conhecido como Relatório *Brundtland*), apresentado na Assembleia Geral da ONU em 1987.

O relatório traz novos parâmetros para a discussão do desenvolvimento econômico, dentre os quais o conceito de sustentabilidade, popularizado pelo economista Ignacy Sachs, que apresenta cinco dimensões do que se pode chamar o desenvolvimento sustentável (*apud* CAMPOS, 2001): Sustentabilidade Cultural; Sustentabilidade Ecológica; Sustentabilidade Social; Sustentabilidade Econômica; e Sustentabilidade Espacial.

O conceito de desenvolvimento sustentável não se traduziu em 1987 em objetivos realistas, em termos de programas e metas, e nem definiu estratégias políticas que traduzissem ações programáticas. Isso veio ocorrer na Conferência Rio-92, com a instituição da Agenda 21, assinada no Brasil por 179 chefes de Estado e de Governo; trata-se dos compromissos entre governos e sociedade tendo em vista concretizar instituições como: valores, princípios e objetivos estritamente vinculados ao conceito de sustentabilidade (BRANCO e MARTINS, 2007), sendo o principal mecanismo utilizado para se alcançar, no âmbito de cada país, o desenvolvimento sustentável.

A Carta da Terra é o outro instrumento da ONU, para a divulgação de princípios e valores éticos a serem adotados em escala mundial, “com o intuito de conscientizar a humanidade da sua responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações” (BRANCO e MARTINS, 2007, p. 69).

Neste recorte histórico revela-se que fatos históricos merecem destaque, em especial o surgimento e o fortalecimento dos Movimentos Sociais e das Organizações Não-Governamentais (ONGs) em relação a influência da II Guerra Mundial e do pós-guerra; o movimento *hippie* e dos estudantes de 1968 que simbolizam as lutas pelo rompimento dos paradigmas socioambientais dominantes até meados do século XX, ensejando o nascimento de novas perspectivas acerca

das relações socioambientais, dentre as quais os valores atinentes ao conceito de Responsabilidade Socioambiental.

Todas essas reflexões levam à discussão sobre as especificidades da responsabilidade social no terceiro milênio e na era da globalização, época em que ser social e ambientalmente responsável nos negócios vem se tornando imprescindível para as empresas. Vemos assim que todos estes fatos são pano de fundo a partir do qual se construiu o conceito de Responsabilidade Socioambiental.

Conforme Wartick e Cochran (1985, *apud* QUEIROZ, 2000) os primeiros estudos teóricos sobre responsabilidade social em empresas, conhecido como *Corporate Social Responsibility (CSR)*, ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, onde se considerava que as empresas deveriam cumprir suas obrigações sociais devido a importante posição que ela assumia na sociedade. A emergência de paradigmas, principalmente na área das Ciências Sociais, quase sempre é historicamente permeado de contradições e embates políticos.

No caso do conceito de responsabilidade social empresarial essa polêmica se estende até a atualidade, apesar dos notáveis avanços obtidos. É que a responsabilidade social tem significados diferentes para os *stakeholders*. Para uns, significa obrigação legal; para outros significa compromisso ético ou mesmo uma contribuição caridosa; outros tomam-na pelo sentido de socialmente consciente.

Kerr (2006) faz um paralelo a respeito do conceito de responsabilidade social corporativa, que recebe críticas por causa da falta de definição legal de aceitação generalizada, com o conceito de governança corporativa. Este termo em si não é legalmente definido, mas está associado a idéias e princípios que evoluem ao longo do tempo. Por consequência, mostra-se vantajoso politicamente que a *Corporate Social Responsibility (CSR)* não seja objeto de uma definição fixa. Isto irá promover a evolução (KERR, 2006).

Para o Governo do Canadá, "CSR é geralmente entendida como a forma como a empresa alcança um equilíbrio ou a integração dos imperativos econômicos, ambientais e sociais e, ao mesmo tempo, atendendo as expectativas dos acionistas e partes interessadas". A visão do Governo do Reino Unido caminha na mesma direção ao perceber a CSR como "o contributo das empresas para os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável. Essencialmente, é sobre como o negócio tem em conta os seus impactos econômicos, sociais e ambientais no seu modo de

funcionamento. Maximizar os benefícios e minimizar os aspectos negativos" (KERR, 2006, p.72).

A União Europeia concebe a CSR, por sua vez, como um conceito segundo o qual as empresas integram preocupações sociais e ambientais nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas numa base voluntária. Finalmente o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável define a CSR como o compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com funcionários, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar a sua qualidade de vida. (KERR, 2006).

Observa-se que todos os atores citados incorporaram ao conceito de responsabilidade social corporativa as dimensões econômica, social e ambiental, convergindo para a idéia segundo a qual as empresas integram preocupações econômicas, sociais e ambientais nas suas operações de negócios.

O mundo corporativo se alinha, portanto, com as discussões no âmbito da construção da Agenda 21, que foi sancionada por 179 chefes de Estado e de Governo, inclusive pelo Brasil, as quais convergiram para a proposta de que a conscientização dos governantes e da sociedade quanto a necessidade de se planejar as ações futuras, considerando impactos econômicos, sociais e ambientais requerem compromissos de responsabilidade socioambiental (BRANCO e MARTINS, 2007, p. 65-66).

As empresas necessitam obter lucros, porém, premidas pelos movimentos sociais e pelas mudanças culturais que requerem outros padrões e valores, perceberam que precisam se ajustar às demandas e valores dos novos tempos de consciência socioambiental. Além disso, exigências na redução das externalidades negativas são tendências de um padrão global de operações.

Karkotli (2007) lembra que a sociedade hoje tem preocupações ecológicas, de segurança, de defesa do consumidor, de qualidade dos produtos, de proteção e defesa do consumidor e de grupos minoritários, que não existiam de forma tão clara nas últimas décadas. Isso tem pressionado as organizações a incorporar esses valores em seus processos, tanto administrativos quanto operacionais. Deste modo, a Responsabilidade Socioambiental passa a ser parte importante da estratégia corporativa das organizações. É a resposta que a empresa deve dar às expectativas dos *stakeholders* com os quais se relaciona (BRANCO e MARTINS, 2007).

Na América Latina, observa-se que há sutil revolução que se desenrola diariamente com o aparecimento de cidadãos com grandes dificuldades de inserção social na sociedade de consumo, como jovens, imigrantes, entre outras minorias. Em outras palavras, estes sofrem com falta de acesso a bens, serviços, segurança, justiça e cidadania, excluídos do mercado do trabalho com o desemprego ou empregos ruins e instáveis (PASSADOR, 2002). E as instituições formais e informais estão adaptando-se de forma a gerar oportunidades a estes grupos minoritários através da responsabilidade sócio ambiental das organizações e de um desenvolvimento sustentável da comunidade em geral.

Deste modo, a Responsabilidade Socioambiental passa a ser parte importante da estratégia corporativa das organizações. É a resposta que a empresa deve dar às expectativas dos *stakeholders* com os quais se relaciona (BRANCO e MARTINS, 2007).

### **1.3 Desenvolvimento e Meio Ambiente**

A globalização das atividades econômicas, das comunicações e dos meios de transportes constitui a principal característica do mundo atual. Significa que há a necessidade crescente de interdependência da economia mundial, efetuada de forma rápida, crescente e segura. Referido cenário requer a organização e a integração de redes empresariais de produção, circulação, distribuição e consumo, formando o que Manuel Castells (1999) denomina de “sociedade em redes”, amparada por complexos sistemas tecnológicos de informações.

Por consequência, significa que o bem-estar econômico e social dos locais, aldeias, cidades, países e regiões dependem das interações que cada um consiga estabelecer com os pontos que formam essas complexas teias ou redes estruturadas numa escala global. No caso da responsabilidade social corporativa, estas se referem a indivíduos e grupos que podem afetar ou ser afetados pelas ações, decisões, políticas, práticas ou objetivos de uma empresa: acionistas e outros investidores, funcionários, clientes, Governos, as comunidades locais e ONGs.

A outra grande característica do mundo atual reside no tamanho da população mundial e, principalmente, nas suas taxas de crescimento, chamando atenção particularmente o crescimento demográfico dos países não-industrializados

até a década de 1950, como o Brasil, China, Índia e Paquistão, e demais países asiáticos e africanos, em particular. Esse fenômeno demográfico renovou a discussão acerca da relação malthusiana crescimento populacional versus crescimento da produção de alimentos; afinal a demografia constitui para os defensores da sustentabilidade forte o cerne da gestão ambiental. É que o crescimento populacional acima da capacidade de suporte ecológico do planeta resulta na degeneração e desequilíbrio de todo o ecossistema (MEADOWS *et al*, 1972).

Por isso é que, para Sachs (1986), por exemplo, para ser sustentável o desenvolvimento deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado). Os dois primeiros critérios estavam presentes no debate sobre desenvolvimento econômico que se abre no pós-guerra, o terceiro é historicamente mais recente da década de 1970.

A noção mais imediata de desenvolvimento sustentável parte da compreensão do conceito de sustentabilidade, vocábulo que implica dizer “que tal coisa se mantém, ou seja, perdura indefinidamente ao longo do tempo” (BRANCO e MARTINS, 2007, p. 44), envolvendo as idéias de pacto intergeracional e perspectiva de longo prazo; isto é, diz respeito à capacidade de um processo ou forma de apropriação dos recursos continuar a existir por um longo período (IBGE, 2004). O IBGE (2004, p.290-291) define sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social da seguinte forma:

Sustentabilidade ambiental: Conceito associado ao Desenvolvimento Sustentável, envolve a utilização racional dos recursos naturais, sob a perspectiva do longo prazo. A utilização sustentável dos recursos naturais é aquela em que os recursos naturais renováveis são usados abaixo da sua capacidade natural de reposição, e os não renováveis de forma parcimoniosa e eficiente, aumentando sua vida útil. Em termos de energia, a sustentabilidade preconiza a substituição de combustíveis fósseis e energia nuclear por fontes renováveis, como a energia solar, a eólica, das marés, da biomassa, etc. A sustentabilidade ambiental é caracterizada pela manutenção da capacidade do ambiente de prover os serviços ambientais e os recursos necessários ao desenvolvimento das sociedades humanas de forma permanente.

Sustentabilidade social: Conceito associado ao Desenvolvimento Sustentável, envolve a melhoria e a manutenção do bem estar social,

encarado numa perspectiva de longo prazo. Em termos sociais, sustentabilidade significa distribuição de renda mais equânime, aumento da participação dos diferentes segmentos da sociedade na tomada de decisões, equidade entre sexos, grupos étnicos, sociais e religiosos, universalização do saneamento básico e do acesso a informação e aos serviços de saúde e educação, etc. A sustentabilidade social está associada tanto ao bem estar material da população quanto a sua participação nas decisões coletivas.

Para Sachs, a distinção entre desenvolvimento e mal desenvolvimento consiste na observação de que “Ambos podem ser sustentados pela mesma taxa de crescimento econômico, mas diferenciam-se acentuadamente pela composição do produto final, pelas ‘taxas de exploração da natureza’, pela espécie, intensidade e distribuição dos custos sociais” (SACHS, 1986, p. 133).

Este conceito precisará passar por várias gerações para se tornar efetivo, numa espécie de processo tipo ensino-aprendizagem, no sentido de que “a aprendizagem é um processo de produção de significações e uma apropriação subjetiva de saberes” (LEFF, 2008, p. 246). Ao longo desse processo estar-se-á formando novos atores sociais, que além de repassarem as informações obtidas conduzirão a gestão sustentável de futuras organizações. Fonseca (2011) defende este tipo de trajetória e caminho, por exemplo, para que na Amazônia prospere uma sociedade moderna e sofisticada que desenvolva o aproveitamento econômico de sua rica biodiversidade por meio de biotecnologias adequadas e de processos que sejam ambiental e socialmente benéficos.

Ocorre que os mercados falham na provisão de bens públicos; por consequência, aparece a necessidade da presença do Estado através de políticas públicas adequadas, que exerçam função primordial no difícil desafio de erradicar a pobreza e na construção da sociedade baseada no desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, através do estabelecimento das instituições formais. Esse cenário não dispensa, porém, a participação dos demais agentes, que é de extrema importância para potencializar e ampliar as ações de inclusão social (CAMAROTTI e SPINK, 2003).

O papel do setor público, além de formulação de políticas públicas, deve ser também o de organizar as instituições formais relativas a esta crescente discussão sobre meio ambiente, criando leis e padrões de comportamentos a serem seguidos por todos os setores.

O desenvolvimento sustentável sob o enfoque da sustentabilidade fraca se encontra vinculado à abordagem neoclássica, mantendo-se fundamentado no utilitarismo e no equilíbrio, realizando, portanto, análises sobre as formas de “uso ótimo” dos recursos, garantindo que as futuras gerações possam ter acesso ao que as atuais gerações dispõem.

No início do processo histórico, a visão dominante de sustentabilidade se baseava fortemente no biocentrismo e, depois, no ecocentrismo. Neste caso surgiu com o nome de ecodesenvolvimento por volta de 1970, fruto do esforço para se encontrar uma terceira opção entre as teorias desenvolvimentistas e os defensores do crescimento zero. Ignacy Sachs foi quem primeiramente formulou e sistematizou os princípios básicos da visão do eco- desenvolvimento.

No entanto, a presença do Estado sempre afeta, de alguma forma, o comportamento dos atores. No contexto das discussões dos anos 1970 sobre sustentabilidade socioambiental e crescimento econômico, em pleno contexto da guerra fria, o setor privado reagiu às propostas de fortes intervenções do Estado e às restrições ao crescimento econômico demandado pelas correntes ecológicas que dominavam as discussões à época. Era a resistência previsível face ao paradoxo teórico da sustentabilidade, que confrontava a lógica do capitalismo, do crescimento desenfreado e do lucro propriamente dito.

Economistas liberais, como Friedman (1984) e Drucker (2002), por exemplo, tendiam ver a empresa somente como organização geradora de lucros para os acionistas. No entanto, pensadores mais modernos como Sen (1999) e Douglas C. North (1990) entendem que as instituições são agentes importantes no processo de crescimento e desenvolvimento de determinada região, especialmente quando se incorpora à análise o conceito de desenvolvimento sustentável.

Essas posições de resistência ao paradigma da sustentabilidade foram arrefecendo de forma paulatina. Sen (2010, p. 16) demonstra que o desenvolvimento “pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Ou seja, essas liberdades dependem de disposições sociais e econômicas (por exemplo, educação e saúde) e direitos civis. Sen (2010, p. 24) complementa que o exercício da liberdade é mediado por valores que, “são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação”.

Ou seja, o desenvolvimento vai depender da organização das instituições formais e informais. Além disso, o papel da educação ganha destaque porque é reconhecidamente a principal mediadora de oportunidades existentes nas sociedades democráticas, participando de forma inequívoca na determinação dos rendimentos do trabalho e da mobilidade social. Nesse sentido, a elevação do nível educacional da população e a maior igualdade no acesso à educação de qualidade devem ser objetivos prioritários da sociedade (IBGE, 2014), pois, afinal, o processo educacional é responsabilidade compartilhada que envolve tanto o setor público quanto o privado.

No entanto há distinção a ser feita entre o que se pretende estabelecer como objetivos socioambientais e o que pode alcançar determinada empresa do ponto de vista do seu 'desenvolvimento sustentável'; isto é, de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades, tendo que considerar as restrições impostas pelo sistema, garantindo a sua sobrevivência (BRANCO e MARTINS, 2007).

Este tipo de visão tende para o idealismo desassociado das rigorosas exigências de competitividade do mercado, considerando as regras dominantes de socialização das externalidades negativas da produção e do consumo sempre que for possível; isto é, sempre que houver déficits institucionais. Elas tendem a ocorrer nas situações em que o entorno social se mostra tolerante com referidas práticas de socialização dos custos de transação.

Nas discussões dos anos 1960-1980, o enfoque ecológico dominou amplamente a questão ambiental, que ganhou destaque principalmente a partir da evidência dos problemas de escassez de recursos naturais e degradação do planeta, decorrentes da ganância empresarial e do rápido crescimento populacional dos países pobres, questões bastante destacadas principalmente desde a publicação do Relatório *Limits to Growth* (MEADOWS et al., 1972).

Mas, se a população continuar crescendo, se os países pobres continuarem querendo o crescimento econômico para saírem da pobreza; e se os países ricos insistirem na manutenção de seus atuais padrões de produção e consumo, como gerar o desenvolvimento de um país assegurando as mesmas oportunidades de suprimento das necessidades humanas para as futuras gerações?

Não há resposta conclusiva historicamente conhecida e testada para tal problematização, embora haja vasto material teórico e literário sobre o assunto. A começar pelo significado dos termos sustentável e sustentabilidade e pelas expressões "crescimento econômico sustentado" e "crescimento econômico excludente". Essas duas últimas expressões tem significados opostos de acordo com as correntes ideológicas.

Para os neoclássicos que defendem a liberdade de mercado e a propriedade privada como princípios fundamentais da organização econômica da sociedade, o crescimento econômico sustentado mantém-se aberto como possibilidade a todos os países, sendo condição necessária e suficiente para a inclusão social. Já as correntes heterodoxas, marxistas e estruturalistas, por exemplo, que defendem o planejamento estatal como mecanismo principal de alocação dos recursos, entendem que o crescimento econômico e seus benefícios são concentrados em poucos países do centro do sistema internacional – são os países industrializados da Europa e os EUA. Marxistas e estruturalistas discordavam entre si, entretanto, em relação às causas do fato. O paradoxal é que todos rejeitaram, porém, a ideia de limites ambientais ao crescimento tal como proposta pelo Clube de Roma. (ROMEIRO, 2012).

Mesmo dentro de cada vertente ideológica há diferenciação a ser considerada. Por exemplo, na linha neoclássica, North (1990) mostra a importância de se entender os fatos ocorridos no passado para se analisar fatos que irão ocorrer, ele afirma que para se entender o desenvolvimento econômico sustentável de longo prazo, deve-se estudar as causas anteriores às tradicionais variáveis de crescimento bem como as instituições que permeiam o passado e o presente.

Trata-se de fenômeno que diz respeito tanto à geração de riquezas, quanto a sua distribuição, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida, avaliando as condições da existência do ser humano em relação ao ambiente que o cerca; representa algo mais que determinado nível de vida particular mais elevado, pois pressupõe infraestrutura social pública capaz de atuar em benefício do bem comum e manter limpo o meio ambiente e a questão ambiental.

De todo modo as pesquisas focadas no desenvolvimento sustentável se ampliaram enormemente desde 1972 e as novas análises das tendências mundiais reforçam as justificativas que determinaram os investimentos nas pesquisas sobre sustentabilidade socioambiental. Almeida (2005, p.127) fez esta análise,

apresentando tendências globais; suas conclusões são de que em 2050 o mundo estará enfrentando marcos extremamente críticos, haja vista que, mantido o crescimento médio da economia mundial da última década, “o planeta não terá como suportar o crescimento populacional e atender a demanda crescente por recursos naturais, nem capacidade de estocagem e tratamento de rejeitos”.

E cabe as organizações visionárias conhecerem e aplicarem as práticas socioambientais como estratégias empresariais. Almeida (2005, p. 129) apresenta estas ações como “inovações radicais, mais do que incrementais, e que poderão fazer a grande diferença”. Sachs (1986, p. 140) destaca que “o campo para a harmonização de objetivos sócio-econômicos com a prudência ambiental, continua ainda, em grande parte, inexplorada, embora considerável interesse venha sendo manifestado na literatura e em reuniões internacionais”.

Até os dias atuais ainda há grande lacuna quanto a adequada interpretação do conceito e do fenômeno enquanto “práxis” socioambiental, que fica mais latente quando se buscam formas de mensurar as ações relativas a tais discussões. Como a CSR, o desenvolvimento sustentável, também é reconhecido como tendo três pilares fundamentais: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, relação que foi conceitualmente consolidada pela Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, em 2002, através do parágrafo 49 do Plano de Implementação de Joanesburgo que apela à ação em todos os níveis para:

promover ativamente a responsabilidade e a responsabilização das empresas, com base nos princípios do Rio, inclusive através do pleno desenvolvimento e aplicação efetiva dos acordos intergovernamentais e medidas, iniciativas internacionais e as parcerias público-privadas e regulamentos nacionais adequados, e apoiar a melhoria contínua em práticas empresariais de todos países (KERR, 2006, p.52).

No que tange à realidade brasileira, Moura (2002, p.28) traz outros aspectos a serem considerados, tendo em vista a situação socioambiental crítica de diversos setores econômicos. São principalmente as ações empresariais que geram efeitos negativos, como nos ramos da exploração florestal, da agropecuária e da mineração; mas ao mesmo tempo, algumas empresas se destacam na realização de trabalhos sérios que tem obtido resultados positivos, com melhorias significativas no desempenho ambiental, tanto nos seus processos produtivos quanto no próprio

produto. Percebe-se, portanto, a existência da necessidade latente de integrar o homem e o ambiente em bases sustentáveis.

De toda forma há certo consenso de que é necessário superar o radicalismo do enfoque unidimensional, seja pelo viés econômico, seja pelo aspecto ecológico. Nesse sentido, Silva *et al.* (2012, p. 54) enfatiza o quanto “é imperioso considerar a sustentabilidade ambiental e social; o que produzir, aonde produzir, como produzir e para quem produzir, são considerações indispensáveis no momento em que se vive a sociedade”, não podendo se produzir sem levar em conta a preservação para as gerações futuras, o meio ambiente e distribuição de renda e bem estar social dos *stakeholders*.

De modo geral, a intenção deveria ser o do aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza, em prol das populações locais, fazendo com que elas se preocupem com a conservação da biodiversidade, como um componente de estratégia de desenvolvimento (SACHS, 2009). Mas há a escala global a ser levada em consideração. Deste ponto de vista, os objetivos de desenvolvimento do milênio constituem os desafios que os países se impuseram.

A Declaração do Milênio pode ser traduzida como expressão de solidariedade e determinação inovadora, buscando o comprometimento de países ricos e pobres a extinguir a pobreza, promover a dignidade e a igualdade humana e alcançar a paz e sustentabilidade ambiental (PNUD, 2004), objetivos este muito utópicos. No entanto, o próprio PNUD já prevê a revisão destes objetivos a partir de setembro de 2015. É que o prazo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio expira ao final de 2015 e os Estados-membros das Nações Unidas vão se reunir em setembro para examinar, discutir e decidir sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que vão orientar as prioridades mundiais de desenvolvimento sustentável dos próximos 15 anos.

### 1.3.1 Relações socioambientais e economia

O fenômeno social da produção pressupõe a mobilização dos fatores de produção (recursos naturais, capital e trabalho), combinados pelas empresas segundo determinada matriz tecnológica, obedecendo o conjunto das “regras de jogo” em vigor; consiste num processo durante o qual são empregados os fatores de

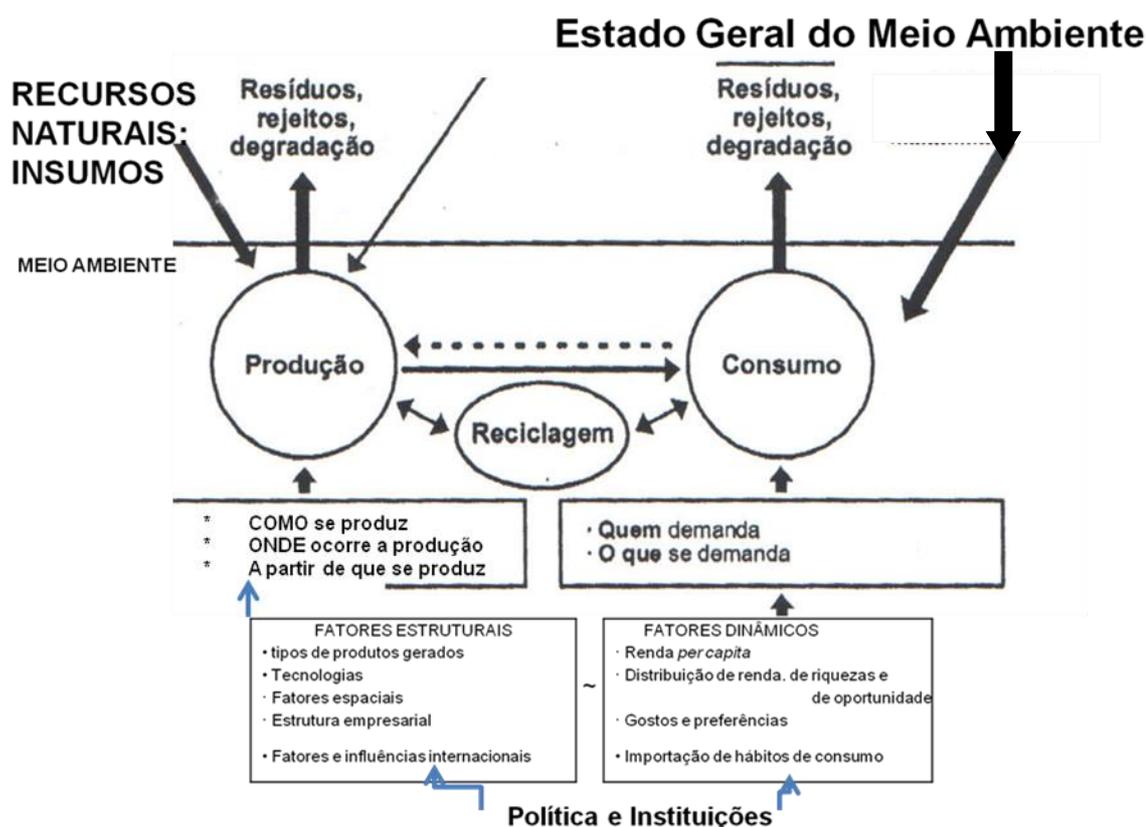
produção, com suas respectivas remunerações sob a forma de rendas (salários, juros, aluguéis e lucros), e assim engendrar bens e serviços, destinados ao atendimento das necessidades humanas.

O fluxo da produção estabelece, portanto, relações que consistem nas intervenções antrópicas sobre o meio ambiente visando a extração, uso e utilização dos recursos naturais tais como solos, subsolos, água, ar e luz natural, para atender as necessidades da população, expressas sob a forma de demandas por bens e serviços. Do ponto de vista da teoria econômica convencional, a sustentabilidade de uma economia ocorre na medida que seu estoque de capital, que define o fluxo de bens e serviços futuros, seja mantido pelo menos constante; a escassez de recursos naturais se precificada adequadamente seria resolvida via substituição e desenvolvimento tecnológico (MOTTA, 2011).

A figura 1 ilustra que o sistema econômico processa dois fluxos principais: 1) o fluxo de entrada representado por matérias-primas e recursos naturais de modo geral. São os insumos que alimentam o processo de produção, que resulta em fluxos de bens e serviços destinados ao consumo da sociedade, ao longo do qual sobram resíduos e rejeitos. 2) o fluxo de saída composto por produtos finais que são consumidos e por resíduos, rejeitos e degradação.

Observa-se que, em ambas as situações (de produção e consumo), há rejeitos e resíduos e que parcelas dos mesmos são recicladas e outras são lançadas no meio ambiente. A relação entre os resíduos (e rejeitos) e o total de insumos utilizados é um dos indicadores de eficiência ecológica do sistema econômico, sendo a sua redução parte importante das metas de otimização das relações socioambientais. Significa que quanto menor a perda de materiais e de energia (menor entropia), maior estará sendo a eficiência do sistema.

Figura 1 - Modelo do Balanço de Materiais



Fonte: Thomas e Callan, 2009, p.15

Por definição, resíduo consiste na quantidade de poluentes que permanece no meio ambiente após a ocorrência de um processo natural ou tecnológico. A maioria dos resíduos encontra-se na forma de gases liberados na atmosfera e, a curto prazo, não são prejudiciais. Na verdade, alguns são absorvidos naturalmente por meio da chamada capacidade de assimilação ambiental. Por exemplo, as emissões de dióxido de carbono pela queima de combustíveis fósseis (ex.: óleo, carvão, e gás natural) podem ser parcialmente absorvidas por oceanos e florestas. Outros gases liberados já não são facilmente assimilados e podem causar danos, mesmo a curto prazo (THOMAS & CALLAN, 2009, p.16).

Thomas & Callan assinalam ainda a existência de resíduos líquidos tais como águas descartadas pelas fábricas (águas residuais), e resíduos sólidos, como os lixos urbanos e alguns materiais perigosos - todos representam potenciais ameaças para a saúde e o ecossistema (THOMAS & CALLAN, 2009, p. 17).

O desafio inicial consiste em se estabelecer critério para se identificar quais as substâncias que causam dano ambiental. O critério mais usual é o de se identificar a origem dos poluentes, identificando se são de origem natural<sup>5</sup> ou provocada pela própria natureza ou se são poluentes de origem antropogênica<sup>6</sup>, isto é, resultantes da ação humana. Para Thomas & Callan, os poluentes antropogênicos são os mais preocupantes, particularmente para aqueles aos quais a natureza tem pouca ou nenhuma capacidade assimilativa (idem, 2009, p.19).

Uma vez que os danos foram identificados, o passo seguinte é determinar as fontes responsáveis pelo lançamento. Fontes poluidoras são muitas e variadas, originadas desde automóveis até aterros sanitários. Mesmo uma área agrícola pouco intensiva pode ser uma fonte poluidora se a água da chuva arrastar resíduos de defensivos agrícolas ou de fertilizantes para os lagos e córregos locais. Em decorrência da adversidade das fontes de poluição, normalmente são classificadas em categorias amplas e significativas à criação de políticas de desenvolvimento. Dependendo do ambiente (ar, água, ou solo), fontes de poluição estão, em geral, agrupadas por (1) sua mobilidade (fonte estacionária ou móvel), ou (2) sua identificabilidade (fonte pontual ou não-pontual).

### 1.3.2 Mercados, Externalidades e Responsabilidade Socioambiental

Do ponto de vista da economia neoclássica, a presença de matéria ou energia cuja natureza, localização ou quantidade causam efeitos negativos ao meio ambiente, é concebida como externalidade negativa, fruto de possíveis falhas do mercado, pois, afinal, toda organização gera externalidades positivas ou negativas no decorrer do processo de produção e fornecimento de seu produto ou serviço.

Nesse ponto há uma linha de fronteira epistemológica entre a ecologia e o ambientalismo que precisa ser considerada ou demarcada. Dentro da ecologia, o termo “ambiente” refere-se a todos os fatores externos, físicos e biológicos, que influenciam diretamente a sobrevivência, o crescimento, o desenvolvimento e a

---

<sup>5</sup> Poluentes naturais: são contaminantes que surgem por meio de processos não artificiais na natureza, tais como partículas de erupções vulcânicas, névoa salina dos oceanos e pólen.

<sup>6</sup> Poluentes antropogênicos: são contaminantes associados à ação humana, isto é, introduzidos pelo homem e incluem todos os resíduos associados ao consumo e à produção. Exemplos incluem os gases da combustão e resíduos químicos gerados a partir de certos processos industriais.

reprodução dos organismos” (COLB, 1989, p.96), sendo a sistematização teórica da economia ecológica fenômeno relativamente recente.

Herman Daly; Kenneth Boulding; Nicholas Georgescu-Roegen; Robert Costanza; Paul Ehrlich, Joan Martinez- Alier e Richard Norgaard são alguns dos principais formuladores dos arcabouços teóricos de fundamentação da economia ecológica, que se ancora nos princípios ecológicos e conceitos biofísicos, bem como nas leis da termodinâmica.

Na dimensão econômica, impactos ambientais são tratados como externalidades. Segundo Wonnacott & Wonnacott (1994), ao longo do processo de produção são geradas externalidades, tanto negativas, quanto positivas, como a geração de resíduos sólidos (lixo); a poluição da atmosfera, da água e dos solos e seus reflexos danosos sobre a sociedade; o desperdício de energia elétrica e de material; e os problemas de saúde que sobrecarregam as redes de unidades hospitalares públicas e privadas, dentre outros problemas. As externalidades positivas, por sua vez, são representadas pelos efeitos gerados em termos de melhoria do bem estar social, como, por exemplo, a geração de empregos e renda, vida longa e saudável, além de ecologicamente equilibrada.

O exame da história recente evidencia que a questão das externalidades ambientais, embora seja fenômeno tão antigo quanto a espécie humana, somente veio alcançar dimensão política, social e econômica em período recente da história, mais especificamente, após a Segunda Guerra Mundial, tendo por centro a Europa. O contexto da ideologia nascente do desenvolvimento sustentável trouxe em seu interior o tema do compromisso com a sustentabilidade. Associada à preocupação Skolimowski argumenta que a responsabilidade socioambiental consiste em “um princípio ético no sentido de que, se você entender a unidade da vida e o fato de que você é parte dela, e um com ela, então você deve assumir responsabilidade para com a vida” (SKOLIMOWSKI, 1990, p.100).

O Desenvolvimento Sustentável, como fenômeno político-ideológico nasceu na esteira dos protestos contra os horrores da guerra; contra as ameaças de utilização descontrolada da energia nuclear para fins bélicos ou não; contra a poluição dos rios, dos mares, dos solos e do ar. Em face desse leque amplo de possibilidades, as concepções e manifestações assumiram formatos que se expressam através de diferentes vertentes sobre sustentabilidade ambiental. Estas

refletem principalmente as posições situadas nos extremos da sustentabilidade forte (*deep ecology* ou ecologia radical) e da sustentabilidade fraca (economia do *cowboy* ou economia de fronteiras), as quais são atenuadas por outras vertentes intermediárias (preservação ambiental, gestão ambiental e eco-desenvolvimento).

Há os que defendem a mudança dos padrões de produção e de consumo de energia e de recursos naturais, sustentando a possibilidade de uma Economia Ambiental que tenha por base a premissa de que é possível a substitutibilidade perfeita entre capital, trabalho e recursos naturais (sustentabilidade fraca). Para que isso seja possível, os instrumentos econômicos precisam ser manejados de tal forma que venham ajudar à minimizar os impactos ambientais, atenuando ao máximo ou evitando mesmo a degradação dos recursos naturais. É espécie de esforço de conciliação eficiente entre crescimento econômico, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental, envolvendo a preocupação com os suprimentos de recursos naturais para as gerações futuras (desenvolvimento sustentável).

Exemplo dessa concepção é o conceito de responsabilidade socioambiental concebido pela vertente da sustentabilidade fraca cujo exemplo bem conhecido é o estabelecimento de metas globais de redução da emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEE). O desenvolvimento sustentável depende, portanto, da melhoria e aprofundamento dos padrões de eficiência dos processos de produção e consumo, por meio do aprimoramento da base tecnológica e de mudanças culturais, que permitam e pratiquem adequado controle social das ações predatórias, seja pela criminalização da irresponsabilidade socioambiental ou mediante a implementação de sistemas de gestão do tipo poluidor-pagador, isto é, quem polui, deve pagar pela poluição, ou pelo incentivo às práticas de preservação dos recursos naturais bióticos ou de proteção da biodiversidade.

Historicamente falando a economia ecológica surgiu na década de 1970 como resultado da crítica ao estilo de crescimento econômico dos países industrializados, cujos sistemas de produção desperdiçam recursos, por terem baixa eco-eficiência. Esta visão ecológica correlaciona matéria e energia ao sistema econômico, onde o processo econômico gera materiais que viram resíduos ou matéria e energia degradadas. O trabalho transforma matéria em energia e, ao longo do processo, parte da energia se degrada e se dissipa, representando perdas.

O fenômeno obedece e segue as leis da termodinâmica, a da Conservação de Energia e a da Entropia. A primeira lei da termodinâmica diz que matérias e energia não podem ser criadas e nem destruídas, mas transformada a matéria em energia. A segunda lei da termodinâmica afirma, por sua vez, que a quantidade de trabalho útil que se pode obter a partir da energia do universo está constantemente diminuindo.

Com base nas duas leis da termodinâmica, Nicholas Georgescu-Roegen propôs que a economia seja submetida aos princípios fundamentais da ecologia, principalmente a lei da entropia. É que para Georgescu-Roegen, à medida em que as atividades econômicas transformam matéria em energia, produzem formas de calor tão difusas que se tornam inutilizáveis, isto é, geram energia degradada que não é reaproveitável e que não gerará novo trabalho (entropia). Por exemplo, quando a energia é utilizada (petróleo, p.ex.), parte da energia de baixa entropia (petróleo) se torna alta entropia ( $\text{CO}_2$ ). Nesse sentido, referida transformação ocasiona dissipação de energia, causando desordem, cujo reequilíbrio demandará retração econômica (hipótese essa descartada pela maioria dos economistas).

Este é o ponto central dentre os aspectos que colocam em confronto a economia ecológica, baseada nas leis e nos princípios das ciências da natureza -- ecologia, a teoria dos sistemas e a termodinâmica, evolução e organização do ser vivo – com as visões econômicas tradicionais – teorias clássica e neoclássica, que se fundamentam nas relações socioeconômicas.

A divergência entre as duas visões socioambientais tem seu principal eixo no conceito de sustentabilidade, em que o objetivo de todos consiste em assegurar que a economia seja sustentável, isto é, situação em que a economia possa ser mantida indefinidamente no futuro em face de limites biofísicos. A maioria dos economistas neoclássicos acredita que o capital criado pelo homem seja substituto perfeito para o capital natural e, portanto, defendem a manutenção da soma dos dois (capital natural e capital material ou artificial), uma abordagem chamada sustentabilidade fraca.

A hipótese básica que caracteriza o desenvolvimento sustentável reside nesse aspecto, que diferencia o grau de substituição entre o capital natural e o capital material (essencialidade do recurso). Motta (2011) assinala a existência de três hipóteses básicas se propondo responder ao desafio da sustentabilidade. A

primeira diz respeito à vertente da sustentabilidade muito fraca, que trabalha com a hipótese de que é possível a substituição perfeita entre capital natural e capital material. A segunda agrupa os defensores da hipótese da sustentabilidade fraca para quem a substituição entre capital natural e material é parcial e enfrenta severas restrições; e, finalmente, a terceira vertente que defende o princípio da sustentabilidade forte a qual sustenta a hipótese de que não é mais possível qualquer tipo de substituição entre capital natural e material.

A Economia Ambiental construiu e desenvolveu seu edifício teórico baseada na hipótese da sustentabilidade fraca ou muito fraca. Já a Economia Ecológica considera que o capital natural e artificial são mais frequentemente complementares do que substitutos e que o capital natural deve ser mantido por conta própria, porque constitui o principal fator limitante do crescimento econômico a longo prazo, isto é, se fundamenta na hipótese da sustentabilidade forte.

Entre essas duas visões – sustentabilidade muito fraca versus sustentabilidade forte – existem outras concepções que mitigam ou atenuam algumas das posições extremadas tanto da economia ambiental (sustentabilidade muito fraca), quanto da economia ecológica (sustentabilidade forte). Michael E. Colb (1989) realizou uma síntese dessas vertentes, em relatório de 1989, apresentado ao Banco Mundial, conforme mostra o Quadro 01.

Esses paradigmas sistematizados por Colb (1989) mostram que, de um lado há os defensores da conservação da natureza intocada (*ecologia radical ou deep ecology*), em que a visão da Economia Ecológica se sustenta na premissa segundo a qual não há perfeita substitutibilidade dos recursos naturais (sustentabilidade forte), sendo recomendáveis as ações que anulem as taxas de crescimento tanto demográfico, quanto econômico. Para essa vertente o “*status quo*” econômico não poderá ser mantido por muito tempo no futuro, se mudanças radicais não forem feitas. Concluem que se o modelo de desenvolvimento atual for mantido, a sociedade humana enfrentará perda de bem-estar e uma possível catástrofe ecológica.

Para evitá-la, segundo Herman E. Daly, a economia deve ser transformada de modo que possa ser sustentável a longo prazo. Para tanto, três preceitos precisam ser considerados: i) limitar o uso de todos os recursos a taxas que, em última instância, resultarem em níveis de resíduos que possam ser absorvidos pelo

ecossistema; ii) explorar os recursos renováveis a taxas que não excedam a capacidade do ecossistema para regenerar os recursos; iii) esgotar os recursos naturais não-renováveis a taxas que, na medida do possível, não excedam a taxa de desenvolvimento dos substitutos renováveis (DALY, 2005, p.103). Neste contexto, responsabilidade socioambiental consiste em assumir compromissos com os valores, a visão e os preceitos correspondentes que a ecologia profunda defende.

Quadro 1 - Os paradigmas de gestão ambiental do desenvolvimento

Paradigma. Dimensão.	<i>Frenteira Econômica. Economia do Cowboy</i>	<i>Proteção Ambiental</i>	<i>Gestão de Recursos</i>	Eco-Desenvolvimento	<i>Ecologia Profunda ou Ambientalismo Radical</i>
Imperativo Dominante	Progresso, "prosperidade e crescimento econômico são infinitos"	<i>Tradeoffs</i> , dilema entre "Ecologia versus Crescimento Econômico".	"Sustentabilidade – restrição necessária para o crescimento e o desenvolvimento econômico".	Crescimento verde -: Co - desenvolvimento de seres humanos e Natureza: redefinir a segurança".	Eco-topia: contrária ao crescimento econômico. Harmonia com a Natureza.
<i>Relação Homem-Natureza</i>	Antropocentrismo muito forte.	Antropocentrismo forte.	Mudanças antropocêntricas.	Ecocêntrica	Biocêntrica
<i>Ameaças dominantes percebidas.</i>	Fome, pobreza, doenças, desastres naturais.	Impactos da poluição sobre a saúde. Espécies em vias de extinção.	A degradação dos recursos. Pobreza e crescimento da população.	Incertezas ecológicas. Mudanças globais.	Colapso do ecossistema. Desastres não naturais.
Principais temas.	Livre acesso/bens livres. A exploração dos recursos naturais infinitos.	Defesa corretiva. "Legalização da ecologia como externalidade econômica".	Eficiência global. Economia ecológica, interdependência.	Reestruturação geral. Ecologizar a Economia. Simbiose sofisticada.	Retorno à Natureza: igualdade das bioespécies. Simbiose simples. .
Regime de Propriedade prevalecente	Privatização (Neoclássicos) ou Nacionalização (Marx.) de todas as propriedades.	Privatização dominante. Criação de parques públicos.	Direito comum global para a conservação de: oceanos, Atmosfera, Clima, Biodiversidade?.	Recontextualizar regimes privado & Comum da propriedade para a gestão da equidade Intra/Inter-Generacional.	Privado, mais propriedade comum . Propriedade destinada a preservação.
Quem paga?	Proprietários de imóveis (Publico em geral: esp. Pobres)	Contribuintes (Público em geral).	Poluidor-pagador para a direita (impactos sobre os pobres)	Pagamentos preventivos contra a poluição. Ecodesenvolvimento integrado.	Evitar custos evitando o desenvolvimento.
Responsabilidade pelo desenvolvimento e gestão	Titulares da propriedade: Individuais ou estatais.	Fragmentação: desenvolvimento descentralizado. <i>Gestão centralizada.</i>	Para a integração em vários níveis de governo (por ex. estadual/local).	Redefinição de papéis e inovação institucional pública e privada.	Descentralizada mas gestão e design integradas..
Estratégias e tecnologias de gestão ambiental.	Agricultura Industrial: Entradas altas de energia, Biocida & Água; Monoculturas, Produção mecanizada. Energia Fóssil. Poluição dispersa/difusa. Resíduo não regulamentado. Eliminação. Alto crescimento populacional. Crescimento. Livre Mercado.	Fim da tubulação ou "negócios como de costume mais uma planta de tratamento de limpeza. Regulação de mercado: algumas proibições e limites. Reparação & definição de apartes. Foco na proteção da vida humana. Cuidar da terra. Declaração de impacto ambiental.	Avaliação de impacto e gestão de riscos, redução da poluição. Eficiência energética, Energia renovável. Recursos/estratégias de conservação, restauração/ recuperação ecológica. Estabilização da população & Tecnologia para reforçar a capacidade de carga . Algum ajuste estrutural.	Gestão da incerteza (Resiliência). Eco-Tecnologias, por ex. energia renovável. Resíduos / Reciclar Recursos para reduzir a escala da taxa de transferência, Agroflorestal, Agricultura de baixa entrada. Extrativismo florestal. Reservas. Estabilização da população & Maior capacitação das RM.	Gestão de estabilidade da redução da escala de mercado. Economia (inc. Comércio). Baixa tecnologia. Material de necessidades simples. Ciência não-dominante. Tecnologia Indígena. Sistemas. Valores intrínsecos. Redução da população.
Metodologias de planejamento e modelagem analítica.	Neoclássica ou Marxista. Sistema Econômico fechado. Equilíbrio Equilíbrios reversíveis. Produção limitada por fatores humanos, por fatores Naturais não contabilizados pelo Valor Presente Líquido (VPL). Maximização da relação custo-benefício. Análise dos bens tangíveis e serviços	Além dos neoclássicos: impacto ambiental. Avaliação após o projeto; os níveis de poluição ideal; Equação de disposição a pagar e remuneração. Princípios.	Biofísica e economia. Dinâmicas de sistemas abertos: Inclui o Capital Natural Verdadeiro (Hicksian). Maximização da renda em SNAs. Aumento do livre comércio. Ecossistema & Saúde Social. Monitoramento; Linkagens entre População, Pobreza, & Meio ambiente.	Socio-Tecnológico/ Planejamento do processo do ecossistema & Projeto/concepção. Integração do Social, Econômico & Ecológico. Critérios de tecnologia. Participação & Autonomia. Metas Indígenas & Gestão; Posse da terra & Distribuição de renda (Equidade). Geofisiologia.	Planejamento biorregional do terreno ou território. Sistema cultural múltiplo. Conservação da Cultura & Diversidade Biológica. Autonomia.
Falha Fundamental	Criativa mas Mecanicista Sem a consciência da dependência do equilíbrio ecológico.	Definido por F.E. em reação a D.E; Carece da visão de abundancia, sem escassez.	Ainda antropocêntrica sutilmente mecanicista; Não lida com a incerteza.	Magnitude da mudança exige nova consciência. Não manipula medos.	Definido em reação a F.E.; Orgânica mas não é criativa. Como reduzir a população?

Fonte: COLB. Michael E. The Evolution of Paradigms of Environmental Management in Development. 1989.

### 1.3.3 Responsabilidade socioambiental e paradigmas socioambientais

Dentre as cinco vertentes ideológicas, a questão da responsabilidade socioambiental aparece como valor recepcionado por todas elas, mas em graus ou intensidades de comprometimentos diferentes. Para a “ecologia profunda”, responsabilidade socioambiental significa assumir compromisso com a eco-topia que defende o estabelecimento de taxas nulas de crescimento demográfico e econômico, proposta que retroage aos sistemas de produção anteriores a Revolução Industrial, desde que se harmonizem com a Natureza.

Para a vertente do ecodesenvolvimento a responsabilidade socioambiental diz respeito à possibilidade de cooperação humana para promover mudanças globais, redefinindo os parâmetros de segurança ecológica, de modo a ecologizar a economia (economia verde) mediante simbiose sofisticada, com a redefinição de papéis das empresas, da sociedade civil e do Estado, a partir da inovação institucional pública e privada. A estabilização da população, isto é, o compromisso com crescimento demográfico zero faz parte da agenda de responsabilidade social da corrente eco-desenvolvimentista, o que requer, segundo Colb (1989), ecotecnologias e estratégias baseadas nos valores do ecocentrismo, e isso restringe bastante a liberdade empresarial.

A vertente ideológica relativa àqueles que defendem os princípios da “Gestão Ambiental, segundo a síntese de Colb (1989), enfrentam o *tradeoff* ecologia *versus* crescimento econômico advogando que a sustentabilidade depende da superação da restrição ecológica, mediante mudanças antropocêntricas como a adoção de estratégias e tecnologias de gestão ambiental que permitam a continuidade dos “negócios”, as quais consistem na “regulação de mercado”, com algumas proibições e limites; na reparação dos danos ambientais, mantendo o cuidado com a terra, sem perder de vista que o foco maior da organização e da sociedade é a proteção da vida humana.

Nesse sentido a responsabilidade socioambiental aparece como imperativo ético e necessidade prática para se conseguir ampliar os limites da produção, mediante ações governamentais integradas em vários níveis (federal, estadual, municipal) visando o estabelecimento de incentivos e regras adequadas visando a redução das perdas ou minimização das externalidades negativas.

Colb (1989) relata ainda que a visão dos que defendem a economia do “cowboy” (sustentabilidade fraca) é dominada pela percepção da possibilidade da continuidade da prosperidade e crescimento indefinidamente, pois a exploração dos recursos naturais infinitos é garantida pela substitubilidade perfeita do capital natural pelo capital artificial (criado pelo homem), comandada pelos mecanismos do livre mercado. Já a vertente ideológica da proteção ambiental, embora defenda posição ainda fortemente antropocêntrica, encara a poluição como ameaça que impacta fortemente a saúde humana e coloca várias espécies em risco de extinção. Defende assim responsabilidade socioambiental onde a gestão do desenvolvimento deve ser centralizada no Estado, requerendo a criação de parques e reservas ecológicas.

Os traços da presente pesquisa se encaixam predominantemente no paradigma relativo à “proteção ambiental” caracterizado por Colb (1989) como relações socioambientais antropocentricamente fortes, embora hajam elementos do paradigma “gestão de recursos” que defende mudanças no caráter eminentemente antropocêntrico das políticas de proteção ambiental. Ou seja, se trata de pesquisa que ocorre no campo da visão paradigmática da sustentabilidade fraca, a qual dá sustentação à economia ambiental, na vertente neoclássica.

#### 1.3.4 A Economia Ambiental e a responsabilidade socioambiental

As externalidades negativas geram processos contrários à sustentabilidade. Por exemplo, dejetos despejados indevidamente em um córrego poluirá a rede hídrica, gerando custos financeiros (impostos adicionais) e ambientais (morte de peixes), ou seja, custos de transação para a sociedade. Para Wonnacott & Wonnacott (1994, p. 25) “a externalidade vem de um efeito colateral adverso (ou benéfico) de produção ou de consumo, para o qual não é feito nenhum pagamento”. Ou seja, este efeito gera consequências diretas e/ou indiretas sobre outros *stakeholders* (atores sociais). O problema dessa falha de mercado quase sempre é bem evidente na relação homem–natureza e, como externalidades negativas, têm sido abordado pelos *stakeholders* com a finalidade de se restabelecer as condições de mercado.

Mas para que se obtenha o aumento da utilidade (bem-estar) individual, em razão das falhas de mercado, há tradicionalmente, duas políticas de intervenção. A primeira na base de comando e controle administrativo do problema (suas causas e efeitos), denominada comando e controle - C&C. A segunda se refere ao manejo da política econômica, isto é, da gestão de receitas e despesas públicas (política fiscal); da gestão do crédito e de financiamentos, com a utilização dos instrumentos de política monetária. Trata-se, para Lima, de modalidade de intervenção de cunho instrumental econômico (políticas econômicas), ou seja, consiste em induzir a utilização dos mecanismos de mercado, para modificar os preços relativos e provocar uma transferência financeira (LIMA, 2006).

A forma como essas externalidades serão administradas pela empresa e avaliadas pela comunidade a qual está inserida dependerá das instituições. Nesse sentido, a transformação produtiva implica em processos multidimensionais, pois, abrangem interesses econômicos, sociais, políticos e ambientais, por tratar de relações do ser humano com a natureza. Isto é, a produção constitui-se fenômeno de transformação da natureza pela ação humana. Como esses processos serão conduzidos dependerá das instituições formais (leis, regulamentos e etc.) e informais (costumes, crenças e etc).

North (1990) propõe que sua resolução depende do estabelecimento de regras e penalidades para que as empresas tenham comportamentos ambientalmente sustentáveis, isto é, as instituições devem existir para regular adequadamente o problema da poluição. Ferreira (2006), afirma que o modelo de gestão utilizado modificará os resultados oriundos desta transformação produtiva, tendo em vista que a degradação ambiental é uma perda econômica resultante da ineficiência gerencial. Sendo assim, o modelo de gestão deveria dar condições ao gestor para envidar todos os esforços no sentido de reduzi-la ou eliminá-la e este modelo dependerá também das instituições que se estabeleceram no país e na região.

Seguindo nessa mesma linha de entendimento, Conceição (2002) ressalta que Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North demonstram que as instituições, ao se constituírem em mecanismos de ação coletiva, teriam como fim dar “ordem” ao conflito e aumentar a eficiência, assim entendendo-as como um conjunto de “normas funcionais de ação coletiva. Ou seja, é um processo natural os

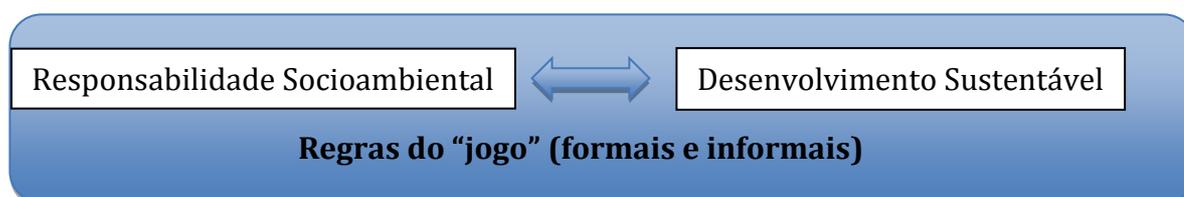
próprios atores sociais (a sociedade) exigirem da empresa determinados comportamentos social e ambientalmente responsáveis.

Entender o que é responsabilidade socioambiental do ponto de vista da sustentabilidade fraca (neoclássicos) tem estreita relação com a Teoria das Instituições de Douglas C. North, onde o mesmo define instituição e seu papel como:

Institutions are the rule of the game in a society, or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence, they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic. (NORTH, 1990, p.3).

Observa-se, portanto, que, para North, as instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou, mais formalmente, são as forças humanamente inventadas que moldam a interação humana. Em consequência elas estruturam incentivos para melhorar as relações humanas, tanto no campo político, quanto nos aspectos sociais ou econômicos. A existência de instituições geralmente é associada às organizações que as criam e/ou as administram, daí decorrendo que a existência da instituição é condição necessária, porém, não se apresenta como condição suficiente para a resolução dos problemas, pois se configura como fundamental a existência de estrutura organizacional eficiente para administrar as “regras do jogo”.

Figura 2 - Responsabilidade Socioambiental, Desenvolvimento Sustentável e Instituições



Fonte: Autora da pesquisa (2015)

North (1990) ao estudar a evolução da produtividade da indústria de transporte oceânico num dado período, constata que evoluções institucionais foram mais importantes até do que as inovações tecnológicas. Com base neste pensamento desenvolveu trabalhos com o objetivo de entender o papel das instituições na evolução das sociedades, que culminaram no livro *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, de 1990.

Em sua obra North relaciona que o crescimento populacional dos séculos XI e XII somado ao decorrente aumento do comércio provoca mudanças na estrutura institucional da Europa Ocidental, notadamente devido ao surgimento das cidades, dando assim, um destaque maior as instituições a partir deste período. Onde estas instituições se traduzem em costumes, normas, leis e etc.

Para North, a chave do problema econômico não está no avanço tecnológico ou na acumulação de capital, mas sim nas regras ou arranjos institucionais que estimulam ou inibem atividades nesse sentido. O que a literatura econômica atual considera causas do crescimento nada mais são do que consequências dada matriz institucional específica. No limite, as causas do crescimento, identificadas por essa visão, são o próprio crescimento (NORTH e THOMAS, 1973).

Contudo, pode-se dizer então, que existe um processo endógeno pelo qual os elementos da estrutura social (condições imateriais e materiais) influenciam os formatos das instituições, e estas por sua vez, com sua autonomia relativa são capazes de modificar as práticas políticas e com isso a estrutura social. Essa é mecânica do “motor da história” que, longe de ser linear, é circular e de retroalimentação. Quer dizer que a relação que existe entre o desenvolvimento e as instituições é de codeterminação (PRESAS, 2012).

Segundo o Instituto Ethos, a Responsabilidade Ambiental e Social das Empresas pode ser compreendida como a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona; e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (ETHOS, 2003).

Com base no conceito formulado pelo Instituto Ethos, percebe-se a interface que existe entre os dois conceitos. No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável que surgiu com o nome de ecodesenvolvimento em 1970, tem hoje definição alvo de muitas discussões (VEIGA, 2005). Sachs (1986, p.17) diz que “Todavia, seria errôneo assimilar muito simplesmente o ecodesenvolvimento a um estilo tecnológico. Ele subentende modalidades de organização social e um novo sistema de educação”.

A responsabilidade socioambiental é a característica que hoje melhor define o modo que os negócios tendem a ser feitos no mundo; ela está se tornando

hegemônica, criando a visão de que negócios devem ser feitos de forma ética, de acordo com comportamentos universalmente aceitos como apropriados, havendo o respeito ao meio ambiente e maior envolvimento com a comunidade que se insere a organização (ASHLEY, 2005).

Não podemos desassociar responsabilidade socioambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade propriamente dita. Com o relatório Nosso Futuro Comum apresentado na Assembleia Geral da ONU em 1987, novos parâmetros para o desenvolvimento econômico foram traçados sob a luz do conceito de sustentabilidade, popularizado pelo economista Ignacy Sachs, que apresenta cinco dimensões do que se pode chamar o desenvolvimento sustentável: Sustentabilidade Cultural; Sustentabilidade Ecológica; Sustentabilidade Social; Sustentabilidade Econômica; e Sustentabilidade Espacial (*apud* CAMPOS, 2001).

A sustentabilidade ecológica pode ser alcançada por meio do aumento da capacidade de utilização dos recursos; da limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição, através da conservação de energia, de recursos e da reciclagem.

A sustentabilidade econômica é associada ao gerenciamento e alocação mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Promover o acesso ao crédito, possibilitando o acompanhamento técnico e seu ordenamento.

A sustentabilidade social se entende como a criação de processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. A inclusão pertinente a esse processo conduz a um padrão humanitário ideal e com melhor qualidade de vida.

A sustentabilidade espacial é dirigida para a obtenção de configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

A sustentabilidade cultural inclui a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitam a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área. Valorização dos principais mecanismos indutores de reconhecimento aos aspectos culturais do povo e o seu meio.

Essas dimensões da sustentabilidade revelam o caráter extremamente complexo do conceito de “desenvolvimento sustentável”. Primeiro, porque é fenômeno multidimensional que requer visão interdisciplinar, holística da realidade. Segundo, porque não há método científico amplamente testado na verificação do fenômeno.

De todo modo, no contexto do desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental é entendida como parte integrante do processo de mudanças do comportamento antropocêntrico, que inicia pelo estabelecimento da diferença entre crescimento e desenvolvimento. Apenas o crescimento não gera igualdade ou justiça social pois não leva em consideração nenhum aspecto sobre a qualidade de vida, exceto o compromisso com a acumulação a qualquer custo de riquezas, que beneficiam poucos indivíduos em detrimento da maioria da população.

A discussão sobre responsabilidade social envolve parâmetros que se situam para além dos limites da acumulação física de riquezas e envolve valores atinentes a todos os aspectos organizacionais sob a perspectiva do médio e longo prazos. Requer visão empresarial integrada que geralmente se inicia com a definição sobre a visão e a missão da empresa, e abrange as políticas trabalhistas adotadas, a conduta ambiental, a qualidade dos produtos (ou serviços), o envolvimento com todos os *stakeholders*, a adesão a padrões éticos, entre outros (BORGES, 2003).

A gestão da responsabilidade social corporativa requer a compreensão do conceito de governança corporativa, enquanto definição de estrutura e processo utilizado para dirigir e gerir os negócios e assuntos da corporação com o objetivo de aumentar o valor do acionista, levando em conta o impacto sobre outras partes interessadas, tais como empregados, clientes, fornecedores e comunidades.

Nesse sentido o princípio 4 dos Princípios da OCDE de Governança Corporativa (2004) ressalta a necessidade de uma estrutura de governança corporativa para incentivar a cooperação ativa entre empresas e partes interessadas na criação de riqueza, de empregos, e do desenvolvimento sustentável das empresas financeiramente sólidas. Muitas empresas estão agora usando códigos de conduta da empresa para tratar de questões de conduta que dizem respeito a ambas as questões de governança corporativa (conflito de interesses, a divulgação de mercado, de denúncia, corrupção, fraude e contabilidade) e questões de CRS (direitos humanos, normas ambientais e trabalhistas).

Segundo Kerr (2006), os investidores do *mainstream* agora consideram as questões ambientais, sociais e de governança (conhecidos coletivamente como as questões de ESG) em suas decisões de investimento. Por exemplo, as Nações Unidas estabeleceram e lançaram em 2006 os chamados “Princípios para o Investimento Responsável” com o apoio de investidores cujas carteiras alcançavam à época o valor de US\$ 4 trilhões (KERR, 2006).

Entende-se, portanto, que não há possibilidade de se desassociar a responsabilidade social da empresa e desenvolvimento sustentável, tanto da organização quanto da localidade em que a mesma está inserida, embora haja certa confusão sobre essa relação. Branco e Martins (2007, p. 38 e 39) lançam algumas luzes sobre a questão ao diferenciarem crescimento econômico e desenvolvimento. O primeiro “está relacionado ao princípio do quanto mais, melhor”; o segundo envolve, além do crescimento da renda *per capita*, a distribuição dessa renda na sociedade, incorporando outros fatores de ordem social, como a melhora nos índices de mortalidade infantil, de expectativa de vida, de acesso à saúde, à educação e etc.

As empresas participam desse processo buscando a sua própria sustentabilidade. Sendo assim, podemos dizer que as empresas que buscam a sustentabilidade passarão necessariamente por um projeto de responsabilidade social corporativa (KARKOTLI, 2007) e contribuirão para um desenvolvimento sustentável, desde que hajam instituições que beneficiem as que realizam ações positivas e penalizem as contrárias.

Branco e Martins (2007, p. 56) defendem a hipótese de que grande parte da humanidade já se conscientizou da necessidade do Desenvolvimento Sustentável, “muitas pessoas, empresas e países já estão engajados na ideia de Desenvolvimento Sustentável (...). Estão agindo com Responsabilidade Socioambiental”.

Seguindo o mesmo pensamento Karkotli (2007) afirma que através da responsabilidade social, utilizada como estratégia empresarial, a empresa consiga retorno financeiro com um lucro social, contribuindo também, para a melhoria da qualidade de vida de todos os seu *stakeholders*. Além disso, é preciso considerar que pesquisas feitas nos Estados Unidos apontaram números impressionantes: 68% dos jovens optariam por trabalhar em alguma empresa que tivesse algum projeto social e nada menos que 76% dos consumidores preferem marcas e produtos envolvidos com algum tipo de ação social (VASSALO, 1999).

Mas os dirigentes empresariais perceberam que é necessário fazer com que as pessoas gostem da empresa, se identifiquem com a sua marca e tenham prazer em trabalhar no seu negócio. Os profissionais mais qualificados e talentosos preferem trabalhar em empresas que respeitem os direitos, a segurança e a qualidade de vida de seus funcionários.

Todo dirigente empresarial sabe que a qualidade e a motivação das pessoas que trabalham na empresa são fundamentais para o seu progresso. Outras pesquisas estão mostrando que os consumidores, ao escolherem um produto ou serviço, estão dando cada vez mais importância à postura da empresa em relação ao meio ambiente, ao respeito que ela demonstra às leis e aos direitos humanos e aos investimentos que ela faz para melhorar a vida da comunidade (VASSALO, 1999).

#### **1.4 Indicadores Socioambientais**

Os indicadores servem aos propósitos da análise teórica, do conhecimento e, sobretudo, da ação. A produção de indicadores sociais foi, assim, impulsionada pelo entendimento de que os indicadores econômicos não eram suficientes para a análise da situação social dos países (IBGE, 2014). No mundo atual não faz mais sentido entender a riqueza sem levar em consideração a marca deixada pela sociedade no planeta; logo, não faz sentido deixar de buscar a mensuração da capacidade de sustentação das condições de vida para o futuro (OLIVEIRA, 2013).

Em razão de sua complexidade conceitual, e, por se tratar de fenômeno necessariamente multidimensional, a sua mensuração enfrenta sérias dificuldades metodológicas. Oliveira (2013) destaca, por exemplo, a difícil missão de se mensurar, através de um índice, o desenvolvimento sustentável de uma localidade; ou seja, partindo da ideia de que o desenvolvimento de qualquer país não pode ser calculado apenas pela sua renda, exatamente pelo sentido vasto que possui tal conceito, criou-se o desafio de se refletir em formas mais adequadas de mensurá-lo.

Sem lugar a dúvidas, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o indicador mais conhecido internacionalmente para avaliar a qualidade de vida das populações nas fronteiras delimitadas de regiões, países, estados, municípios e

idades. Concebido em 1990 este indicador tem a finalidade de caracterizar o nível de desenvolvimento de forma mais abrangente do que o indicador que considera simplesmente a renda, expressa pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita. O IDH procura capturar, portanto, aspectos ou dimensões da realidade para além da economia, espécie de esforço da ONU para alcançar não só um índice monetário de vida decente, mas também de acesso a saúde e educação.

No entanto, a questão da sustentabilidade ambiental não foi contemplada pelo IDH. Por consequência assim permanece a lacuna referente à inexistência de indicador que retrate adequadamente o conceito de desenvolvimento sustentável, que não se limita às três dimensões utilizadas no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (renda, saúde e educação), mas pelo contrário, envolve outros fatores da vida humana. Por isso, Oliveira (2013) destaca que “a criação de um índice multidimensional encontra-se limitada em parte pelos dados para mensurar tantas variáveis, mas por outro lado, um indicador muito complexo também não se torna conhecido e replicado”, o que diminui sua capacidade de ser utilizado como instrumento de ação política. No mesmo caminho e direção, Martins *et al* (2006, p.46) destaca que:

Segundo a concepção da sustentabilidade, não basta verificar o estágio atual do desenvolvimento econômico, é preciso considerar os aspectos ambientais do desenvolvimento humano. Podemos citar, entre outros, a escassez dos recursos naturais, as mudanças tecnológicas, os efeitos da poluição, os padrões de consumo e o atendimento de necessidades básicas das populações. A consideração de tais aspectos ambientais respalda uma visão de futuro em que o desenvolvimento é buscado com propósitos de continuidade.

Retratar de forma consistente e adequada as dimensões socioambientais em um único índice permanece como o grande desafio metodológico e mesmo epistemológico que as empresas e corporações tem que enfrentar na construção de indicadores de responsabilidade sócio ambiental como instrumentos que a organização possa utilizar para “direcionar suas estratégias, também avaliar a eficácia das metas e iniciativas planejadas para a parceria e transformação do seu entorno” (KARKOTLI e ARAGÃO, 2010, p. 101). Cochran e Wood (1984) enfrentaram o desafio trazendo para a discussão duas formas de avaliação de

responsabilidade social de uma organização: uma baseada em índices e outra baseada na análise de conteúdo, ou seja, quantitativa e qualitativa.

Christoph Böhringer e Patrick Jochem (2002) são enfáticos quanto às limitações dos indicadores socioambientais. Os índices de sustentabilidade constituem uma métrica unidimensional para avaliar as informações específicas de determinado território ou espaço nas três dimensões holísticas do desenvolvimento sustentável: as condições econômicas, ambientais e sociais.

Ao nível das políticas, os indicadores sugerem um critério inequívoco mediante o qual o desenvolvimento pode ser medido e até mesmo uma comparação *cross-country* pode ser realizada. No entanto, segundo Christoph Böhringer e Patrick Jochem, permanece questionável se podemos falar significativamente de univocidade no assunto holística do desenvolvimento da sustentabilidade (BÖHRINGER e JOCHEM, 2002).

Christoph Böhringer e Patrick Jochem analisaram onze índices de sustentabilidade do ponto de vista da coerência e clareza dos mesmos. Referidos índices foram escolhidos por serem amplamente utilizados na prática política: Índice de Sustentabilidade Ambiental (ESI), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável, Índice de Desenvolvimento da Cidade (CDI), Pegada Ecológica (EF), Índice de Desempenho Ambiental (EPI), Índice de Vulnerabilidade Ambiental (EVI), o Índice Planeta Vivo (LPI), Índice de Progresso Genuíno (ISEW / GPI), Well-Being Index (WI), Genuine Savings Index (GS), e Ambiente Produto Interno Ajustado (EDP).

Os dois pesquisadores concluíram que, embora os índices de sustentabilidade sejam imputados como concisos e transparentes, eles não conseguem atender às exigências científicas fundamentais no que diz respeito às três etapas centrais da formação de índices: normalização, ponderação e agregação:

Normalização e ponderação dos indicadores - que, em geral, estão associados a julgamentos subjetivos - revelam um alto grau de arbitrariedade, sem mencionar ou avaliar sistematicamente pressupostos críticos. Quanto à agregação, existem regras científicas capazes de garantir a coerência e clareza de índices compostos. No entanto, estas regras frequentemente não são tomadas em consideração. Como consequência, os índices de sustentabilidade atualmente empregados na prática política estão condenados a ser inútil se não enganosa em relação ao aconselhamento político concreto (BÖHRINGER e JOCHEM, 2002, p.52).

Ocorre que o fenômeno que não pode ser mensurado, fica difícil de ser avaliado e será bem complicado dizer que o mesmo melhorou ou piorou. Principalmente quando se trata de fenômeno multidimensional. De todo modo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), de 1992, a Rio-92, destacou o papel central dos indicadores de desenvolvimento sustentável (DS). A ONU incentivou os países, suas organizações governamentais e não-governamentais internacionais a "desenvolverem e identificarem os indicadores de DS a fim de melhorar a base de informação para a tomada de decisões em todos os níveis " (UNCED, 1992, a Agenda 21, Capítulo 40).

É que o monitoramento do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável requer em primeiro lugar a identificação de indicadores operacionais que forneçam unidades gerenciáveis de informações sobre as condições econômicas, ambientais e sociais. De fato desde os anos 1990 foram construídos centenas de indicadores, que buscam retratar determinado aspecto ou dimensão da realidade socioambiental. O Compêndio de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Iniciativas menciona mais de 500 indicadores de esforços sustentáveis (PARRIS E KATES, 2003).

De fato as empresas, os governos e as corporações precisam equacionar o problema, fazendo retratos adequados de seus compromissos e ações de responsabilidade socioambiental. Branco e Martins (2007, p.57) reforçam essa percepção, assinalando que "mais do que nunca, a sociedade vem pressionando as empresas com o objetivo de que elas considerem os custos sociais no cômputo do resultado líquido obtido em seus empreendimentos".

Assim, a auditoria contábil começou a ser vista como mais um instrumento de gestão ambiental nas empresas. E para esta efetivação "foram desenvolvidos padrões de ações e de processos relativos às operações de empresas que causam impacto no meio ambiente" (FERREIRA, 2006, p. 89), ou seja indicadores.

Ao procurar mensurar o desempenho das empresas em relação às ações sociais e ambientais, o mercado financeiro encontrou, através de índices, a forma de apontar as organizações que adotam práticas sustentáveis. O primeiro índice financeiro que se preocupou com a sustentabilidade a nível global foi estabelecido em 1999, o *Dow Jones Sustainability Indexe* (DJSI), principal indicador de ações da Bolsa de Valores de Nova Iorque. As empresas que compõem o *Dow Jones* são

consideradas como as que possuem maior capacidade de gerar valor para os acionistas, a longo prazo (LIMA, 2013).

Recentemente, foi recolocado no debate na agenda internacional em torno do que eram os indicadores sociais, suas possibilidades e limitações para acompanhamento das questões sociais. O crescente destaque dos estudos referentes à análise das condições de vida da população nos últimos anos se reflete em uma série de relatórios que guardam em comum, críticas à exclusiva utilização de indicadores econômicos – especialmente o Produto Interno Bruto – como *proxy* do desenvolvimento social e humano dos países (IBGE, 2014).

Como bem destaca Sen (2010, p. 28) “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riquezas e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda”. E para essa concepção, pode-se utilizar como medida, a Pegada Ecológica, que mostra a pressão exercida pela sociedade sobre a biocapacidade (“oferta”) do planeta. A diferença negativa entre os dois é chamada de “overshoot”, que seria o estado de transposição dos limites biofísicos do planeta.

O Relatório Planeta Vivo 2012 apresenta que essa biocapacidade está em torno dos 1,8 gha (WWF, 2012), enquanto que a situação atual do planeta encontra-se com 2,7 gha, o que já demonstra que estamos num patamar superior ao indicado, e, portanto, superior ao tolerável pelo planeta Terra. O caso dos países desenvolvidos é mais polêmico, chegando a 9,0 gha no caso dos Estados Unidos.

A Pegada Ecológica é composta por uma série de subíndices (ALMEIDA, 2013) que captam, cada um, uma dimensão distinta da relação homem e meio ambiente expressa na provisão de serviços ecossistêmicos, quais sejam: 1) Terras de Absorção de CO<sub>2</sub> (CO<sub>2</sub> Absorption), 2) Terras de Pastagem (Grazing Land), 3) Terras de Floresta (Forest), 4) Áreas de pesca (Fishing Grounds), 5) Áreas de Cultivo (Cropland), 6) Áreas Construídas (Built-up Land). Isso significa conseguir captar uma série de impactos ambientais diferentes, tanto no lado do *input* (recursos naturais) quanto do *output* (degradação ambiental).

O que se percebe pela análise da Pegada Ecológica é que a pressão exercida pelos países de renda elevada é expressivamente maior do que aquela exercida pelos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Assim, um

indicador de desenvolvimento sustentável deve em algum grau penalizar esses países de renda elevada, pois, seu padrão de desenvolvimento é ecologicamente insustentável. Tal diferença entre países é um sinal de que, se os países abaixo da linha da biocapacidade média mundial anseiam um crescimento com o mesmo padrão dos países de renda elevada, tendo assim, um possível cenário de futuro catastrófico (ALMEIDA, 2013).

Mas o enfoque deste trabalho gira prioritariamente em como mensurar a sustentabilidade nas organizações. Sendo assim, as informações contábeis da organização propiciam elementos para que tanto o público interno como o externo possa analisar e conhecer a situação econômica e financeira desta, mas os registros contábeis precisam ser avaliados como algo muito mais amplo e útil às empresas, sendo utilizados atualmente como ferramenta para a gestão estratégica e planejamento de futuras ações (DAHER, 2006).

No entanto, informações específicas sobre Responsabilidade Socioambiental não são exigências legais, ou seja, não são instituições formais. Ficando a critério de cada organização demonstrar estas informações e também de forma subjetiva o formato destas demonstrações. Percebe-se que surgiram considerações positivas nas organizações e também ações negativas, como o *dumping* social e o *dumping* ambiental, onde empresas se estabelecem em países não há regras muito rígidas relacionadas a estas temáticas (social ou ambiental) comparados a seus países de origem, buscando assim um ganho maior. Em razão destas condutas, surgiram movimentos sociais que buscam a inibição destas condutas oportunistas, com conseqüente elevação dos riscos para a empresas e para seus *stakeholders* (OLIVEIRA, PONTE e RIBEIRO, 2003).

Dahrer (2006) nos mostra a existência de diversos mecanismos que exigem que as empresas adotem condutas socialmente e ambientalmente responsáveis, por exemplo, as certificações internacionais como ISO 9000 e ISO 14000, AS 8000 (relacionada aos direitos humanos e trabalhistas) e BS 8800 (relacionada a segurança e a saúde do trabalhador) e que chamam atenção para o movimento mundial, liderado pela ONU e por outras entidades internacionais, visando a harmonização das normas e práticas contábeis, com o objetivo maior de monitorar e reduzir condutas sociais ou ambientais inadequadas por parte das empresas. Esses organismos internacionais como ONU, o *Internacional Accounting Standart Board*

(IASB) e a *International Organization of Securities Commission* (IOSCO) incentivam a evidencição de informações socioeconômicas das práticas de responsabilidade social, como a demonstração do valor adicionado e os passivos ambientais, nas informações contábeis de cunho obrigatório, além da divulgação do balanço social.

A divulgação de um balanço social surgiu na França, como instituição formal, na década de 70, evidenciando apenas indicadores sobre as relações de trabalho. Desde 1977, todas as empresas francesas com mais de 300 (trezentos) empregados são obrigadas a publicar seu balanço social (Lei nº77.769, de 12/07/77). Nas últimas décadas foram sendo incorporados a demonstração do valor adicionado e as relações envolvendo a questão ambiental (OLIVEIRA, PONTE e RIBEIRO, 2003).

Dahrer (2006) lembra que no Brasil, um modelo de balanço social foi apresentado pelo Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, o Ibase, somente em 1997, tendo sido defendida pelo sociólogo Herbert de Souza (conhecido como Betinho), sendo apoiado pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo jornal Gazeta Mercantil. Embora não seja de divulgação obrigatória, muitas empresas se preocupam em divulgar suas ações nesse instrumento.

Atualmente, o relatório da administração (onde as empresas divulgam resultados econômico-financeiros de forma obrigatória) tem se constituído um dos veículos utilizados para divulgar, também, as ações sociais. Além do modelo criado pelo Ibase, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criou em 2000, um modelo de relato detalhado das ações sociais corporativas. Internacionalmente, o modelo GRI (*Global Reporting Initiative*), elaborado pela ONU em 1997, é o mais utilizado (OLIVEIRA, PONTE e RIBEIRO, 2003).

No Brasil, foi lançado o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), em 2005, pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com o objetivo de fornecer um indicador do conjunto de empresas com relevante desempenho econômico junto a ações de sustentabilidade, servindo como referência para o mercado financeiro e principalmente para ajudar os investidores que buscam organizações com responsabilidade socioambiental (LIMA, 2013).

Lima (2013), destaca que o ISE diferente dos demais índices da Bovespa, apresenta um agrupamento de empresas de vários setores, mas que se destacam pelo compromisso com as questões ambientais e sociais. Este índice acompanha a

performance empresarial sob o aspecto sustentável por meio da eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

O que se percebe é que estes indicadores tem a intenção essencialmente de apenas indicar que a organização possui práticas de responsabilidade socioambiental, diferente do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), por exemplo, que atribui valores possíveis de comparações entre localidades. Os indicadores de responsabilidade socioambiental nos permite avaliar a existência de ações, mas demonstram fragilidade em definir parâmetros que permitam efetivas comparações, com definições claras dos indicadores. Isto gera uma lacuna metodológica até para se definir um padrão universal de indicador para todas as organizações.

O Índice de Sustentabilidade Ambiental 2005 (ESI), por exemplo, busca integrar 76 conjuntos de dados - rastreamento da dotação de recursos naturais, os níveis de poluição do passado e do presente, indescritível, muitos aspectos ambientais dos esforços de gestão ambiental, e a capacidade de uma sociedade para melhorar o seu desempenho ambiental - em 21 indicadores de sustentabilidade ambiental. Estes indicadores permitem a comparação entre os seguintes cinco componentes fundamentais da sustentabilidade: Sistemas Ambientais; Estresses ambientais; Vulnerabilidade humana a pressões ambientais; Capacidade social para responder aos desafios ambientais; e o Manejo Global.

Quadro 2 – Índice de Sustentabilidade Ambiental

Índice de Sustentabilidade Ambiental – Composição, variáveis e indicadores		
76 Variables	21 Indicators	5 Componentes
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nitrogen dioxide concentration; .Particulates concentration</li> <li>Sulfur dioxide concentration; Indoor air quality</li> </ul>	Air Quality	Environmental Systems
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ecoregions at risk; Threatened amphibians; Threatened birds</li> <li>Threatened mammals; National Biodiversity Index</li> </ul>	Biodiversity	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Wilderness area; Developed area</li> </ul>	Land	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Suspended solids; Dissolved oxygen; Phosphorus concentration; Electrical conductivity.</li> </ul>	Water Quality	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Surface water availability</li> <li>Groundwater availability</li> </ul>	Water Quantity	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Coal consumption • VOC emissions; Vehicles in use</li> <li>Nitrogen oxide emissions ; Sulfur dioxide emissions •</li> </ul>	Reducing Air Pollution	Reducing
<ul style="list-style-type: none"> <li>Forest cover change; Acidification</li> </ul>	Reducing Ecosystem Stress	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Population growth</li> <li>Total Fertility Rate</li> </ul>	Reducing Population Pressures	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ecological Footprint</li> <li>• Hazardous waste</li> <li>• Waste recycling rates •</li> </ul>	Reducing Waste & Consumption Pressures	Stresses
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Water stress; Fertilizer consumption; Pesticide consumption</li> <li>• Industrial organic effluents</li> </ul>	Reducing Water Stress	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Salinization due to irrigation; Overfishing ; Agricultural subsidies</li> <li>• Sustainably managed forests ; •Market distortions •</li> </ul>	Natural Resource Management	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deaths from respiratory infections; Deaths from waterborne diseases; in children ; Child mortality rate.</li> </ul>	Environmental Health	Reducing Human Vulnerability
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Safe drinking water supply; Malnutrition</li> </ul>	Basic Human Sustenance	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Natural hazard exposure</li> <li>• Deaths from environmental disaster vulnerability</li> </ul>	Environment-related natural disaster exposure	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gasoline price ; Civil and political liberties; Corruption</li> <li>• Sustainable development data gaps •</li> </ul>	Environmental Governance	Social and Institutional Capacity
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Government effectiveness ; International environmental</li> <li>• Protected area ; engagement; Environmental governance</li> <li>• Environmental knowledge creation ; Strength of rule of law</li> <li>• Democratic institutions ; Local Agenda 21 initiatives •</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Renewable energy production ; Energy consumption/ GDP</li> </ul>	Eco-efficiency	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corporate sustainability (Dow Jones);</li> <li>• Corporate sustainability (Innovest); ISO 14001 certified companies ; ISO 14001 certified companies ; •Private sector environmental ; Innovation; Responsible Care participation</li> </ul>	Private Sector Responsiveness	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Innovation capacity ; University enrollments ; Research scientists ; Digital Access ; Female primary education •</li> </ul>	Science and Technology	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• •Intergovernmental environmental activities; Role in international; •environmental aid; Participation in international environmental agreements</li> </ul>	Participation in International Collaborative Efforts	Global Stewardship
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Greenhouse gas emissions / GDP</li> <li>• Greenhouse gas emissions / capita</li> </ul>	Greenhouse Gas Emissions	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Polluting-goods imports; Transboundary sulfur dioxide; spillovers</li> </ul>	Reducing Transboundary Environmental Pressures	

Fonte: Summary for Policymakers 2005 Environmental Sustainability Index, 2005.

As pontuações ESI mais elevadas sugerem uma melhor gestão ambiental, sendo a Finlândia, a Noruega, Uruguai, Suécia e Islândia os cinco países melhores ranqueados. Todos são países que têm dotações de recursos naturais substanciais, baixa densidade populacional, e conseguiram superar os desafios da sustentabilidade com algum sucesso (Summary for Policymakers 2005, Environmental Sustainability Index).

Quadro 3 - Índice de Sustentabilidade Ambiental - Classificações e Pontuações

ESI Rank	Country Name	ESI Score	OECD Rank	Non-OECD Rank	ESI Rank	Country Name	ESI Score	OECD Rank	Non-OECD Rank	ESI Rank	Country Name	ESI Score	OECD Rank	Non-OECD Rank
1	Finland	75.1	1		50	Cameroon	52.5		32	99	Azerbaijan	45.4		73
2	Norway	73.4	2		51	Ecuador	52.4		33	100	Kenya	45.3		74
3	Uruguay	71.8		1	52	Laos	52.4		34	101	India	45.2		75
4	Sweden	71.7	3		53	Cuba	52.3		35	102	Poland	45.0	27	
5	Iceland	70.8	4		54	Hungary	52.0	19		103	Niger	45.0		76
6	Canada	64.4	5		55	Tunisia	51.8		36	104	Chad	45.0		77
7	Switzerland	63.7	6		56	Georgia	51.5		37	105	Morocco	44.8		78
8	Guyana	62.9		2	57	Uganda	51.3		38	106	Rwanda	44.8		79
9	Argentina	62.7		3	58	Moldova	51.2		39	107	Mozambique	44.8		80
10	Austria	62.7	7		59	Senegal	51.1		40	108	Ukraine	44.7		81
11	Brazil	62.2		4	60	Zambia	51.1		41	109	Jamaica	44.7		82
12	Gabon	61.7		5	61	Bosnia & Herzegovina	51.0		42	110	United Arab Emirates	44.6		83
13	Australia	61.0	8		62	Israel	50.9		43	111	Togo	44.5		84
14	New Zealand	60.9	9		63	Tanzania	50.3		44	112	Belgium	44.4	28	
15	Latvia	60.4		6	64	Madagascar	50.2		45	113	Dem. Rep Congo	44.1		85
16	Peru	60.4		7	65	Nicaragua	50.2		46	114	Bangladesh	44.1		86
17	Paraguay	59.7		8	66	United Kingdom	50.2	20		115	Egypt	44.0		87
18	Costa Rica	59.6		9	67	Greece	50.1	21		116	Guatemala	44.0		88
19	Croatia	59.5		10	68	Cambodia	50.1		47	117	Syria	43.8		89
20	Bolivia	59.5		11	69	Italy	50.1	22		118	El Salvador	43.8		90
21	Ireland	59.2	10		70	Bulgaria	50.0		48	119	Dominican Rep.	43.7		91
22	Lithuania	58.9		12	71	Mongolia	50.0		49	120	Sierra Leone	43.4		92
23	Colombia	58.9		13	72	Gambia	50.0		50	121	Liberia	43.4		93
24	Albania	58.8		14	73	Thailand	49.7		51	122	South Korea	43.0	29	
25	Central Africa	58.7		15	74	Malawi	49.3		52	123	Angola	42.9		94
26	Denmark	58.2	11		75	Indonesia	48.8		53	124	Mauritania	42.6		95
27	Estonia	58.2		16	76	Spain	48.8	23		125	Libya	42.3		96
28	Panama	57.7		17	77	Guinea-Bissau	48.6		54	126	Philippines	42.3		97
29	Slovenia	57.5		18	78	Kazakhstan	48.6		55	127	Vietnam	42.3		98
30	Japan	57.3	12		79	Sri Lanka	48.5		56	128	Zimbabwe	41.2		99
31	Germany	56.9	13		80	Kyrgyzstan	48.4		57	129	Lebanon	40.5		100
32	Namibia	56.7		19	81	Guinea	48.1		58	130	Burundi	40.0		101
33	Russia	56.1		20	82	Venezuela	48.1		59	131	Pakistan	39.9		102
34	Botswana	55.9		21	83	Oman	47.9		60	132	Iran	39.8		103
35	P.N. Guinea	55.2		22	84	Jordan	47.8		61	133	China	38.6		104
36	France	55.2	14		85	Nepal	47.7		62	134	Tajikistan	38.6		105
37	Portugal	54.2	15		86	Benin	47.5		63	135	Ethiopia	37.9		106
38	Malaysia	54.0		23	87	Honduras	47.4		64	136	Saudi Arabia	37.8		107
39	Congo	53.8		24	88	Côte d'Ivoire	47.3		65	137	Yemen	37.3		108
40	Mali	53.7		25	89	Serbia & Mont.	47.3		66	138	Kuwait	36.6		109
41	Netherlands	53.7	16		90	Macedonia	47.2		67	139	Trinidad & Tob.	36.3		110
42	Chile	53.6		26	91	Turkey	46.6	24		140	Sudan	35.9		111
43	Bhutan	53.5		27	92	Czech Rep.	46.6	25		141	Haiti	34.8		112
44	Armenia	53.2		28	93	South Africa	46.2		68	142	Uzbekistan	34.4		113
45	United States	52.9	17		94	Romania	46.2		69	143	Iraq	33.6		114
46	Myanmar	52.8		29	95	Mexico	46.2	26		144	Turkmenistan	33.1		115
47	Belarus	52.8		30	96	Algeria	46.0		70	145	Taiwan	32.7		116
48	Slovakia	52.8	18		97	Burkina Faso	45.7		71	146	North Korea	29.2		117
49	Ghana	52.8		31	98	Nigeria	45.4		72					

Fonte: Summary for Policymakers 2005 Environmental Sustainability Index. Benchmarking National Environmental Stewardship. Yale Center for Environmental Law and Policy. Yale University. Center for International Earth Science Information Network. Columbia University.

Há outros conjuntos de indicadores como os apresentados por Karkotli e Aragão (2010, p. 121-122), os quais “não tem a pretensão de indicar o melhor indicador, mas sim de apresentar – em síntese – aspectos mais importantes de cada um deles”. Nenhum método, modelo ou indicador foi transformado em instituição formal, ou seja, não é exigida legalmente sua utilização, percebendo-se a necessidade de se institucionalizar um padrão que organize e sistematize a avaliação de responsabilidade socioambiental nas organizações, pois, os indicadores conhecidos evidenciam uma ausência de padronização metodológica. Um dos instrumentos citados por diversos autores como ferramenta que incentiva a atitude de comunicação transparente da empresa que tem ações de responsabilidade social e ambiental com os públicos com os quais se relaciona é o balanço social.

Quadro 4 – Indicadores de responsabilidade social

<b>Indicadores</b>	<b>Enfoque</b>
Balanço social	Esse instrumento evidencia a responsabilidade social em valores monetários direcionados às ações sociais, ou seja, apresenta os montantes investidos.
AS 8000	Tem como referência os padrões da qualidade ISO 9000 e o de gerenciamento ISO 14000. Focaliza principalmente a busca de fornecedores éticos aumentando a cadeia produtiva socialmente responsável.
AA 1000	Focaliza as opiniões e necessidades dos <i>stakeholders</i> que devem integrar o processo, orienta o estabelecimento de metas organizacionais que respeitam os interesses de cada parte e sugere indicadores de performance para avaliação dessas metas.
Global Compact	Prevê o comprometimento através de carta de adesão ao grupo de cooperação internacional, visando a promoção dos direitos humanos, trabalho e meio ambiente, através da troca de experiências socialmente responsáveis.
Ethos de Responsabilidade Social	Ferramenta de diagnóstico empresarial, facilita a visualização das ações mais urgentes que devem ser trabalhadas, bem como o posicionamento da organização perante um grupo de <i>benchmark</i> .

Fonte: Adaptado de Karkotli e Aragão (2010)

O balanço social é o instrumento publicado anualmente, reunindo conjunto de informações sobre as atividades econômicas, ambientais e sociais desenvolvidas pela empresa que apresenta os seus principais compromissos públicos, as metas para o futuro, os problemas que imagina enfrentar e os possíveis parceiros com quem pretende trabalhar para equacionar os desafios previstos. Por meio do balanço social, a empresa mostra o que fez pelos empregados e seus dependentes e pela população sobre quem exerce influência direta. É "um instrumento pelo qual a

empresa divulga o investimento em projetos e/ou ações sob a ótica da responsabilidade social" (MENEGASSO, 2002, p. 8).

Ferreira (2006) destaca que a *United Nations Conference on Trade and Development* apresentou em 2000 uma proposta para a elaboração de indicadores de eco-eficiência objetivando relacionar o desempenho econômico-financeiro da empresa e o desempenho ambiental, onde verificou-se a dificuldade de identificar correlação entre estes. A proposta foi modificada em 2002 com acréscimo de outras variáveis ambientais. No entanto, a conclusão que se obteve foi que “a proposta é considerada uma tentativa de se produzir uma informação que ajude no gerenciamento do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável e não é conclusiva” (FERREIRA, 2006, p. 111).

A pesquisa objeto deste trabalho foca a responsabilidade sócio ambiental do SESI-RR, usando o método analítico, de natureza qualitativa, desenvolvido pelo pesquisador inglês Michael Hopkins, em 1997, escolhido como forma de demonstrar a aplicabilidade do método em organização real, conforme apresentado a seguir.

### **1.5 Modelo Analítico de Hopkins**

Wood (1991 *apud* QUEIROZ, 2000) propõe modelagem no qual o desempenho social das empresas é definido através de um modelo de princípios de responsabilidade social; processos de capacidade de dar respostas sociais e/ou políticas, programas que tenham resultados possíveis de serem observados com relação aos relacionamentos societários da empresa. Sendo assim, o pesquisador deve examinar se a empresa utiliza processos de resposta social, e identificar a existência e a origem das políticas e programas elaborados na organização e quais os impactos (externalidades) decorrentes dos programas implementados.

Hopkins (1997) baseando-se na proposta do modelo analítico do desempenho social corporativo (CSP – *Corporate Social Performance*) proposto por Wood em 1991, estabeleceu indicadores nos quais seria possível analisar os perfis de responsabilidade social das empresas. Estes indicadores são subdivididos em três níveis, o primeiro, envolvendo análise quanto aos princípios da responsabilidade

social; o segundo, processos de capacidade de resposta social e o terceiro, resultados/ações de responsabilidade social.

Para cada um dos três indicadores, Hopkins (1997) criou 3 (três) elementos, estes objetivam identificar e visualizar as dimensões e relacionamentos de uma organização socialmente responsável. Em para cada elemento foi elaborado diversos indicadores de responsabilidade social, em um modelo analítico. A proposta de Hopkins (1997) é que com base nesta análise poderia se obter uma auditoria social da empresa estudada, podendo mensurar o grau de responsabilidade social, bem como comparar organizações entre si, no que concerne a responsabilidade social. Também tem a intenção de permitir análise individualizada da organização, podendo ser utilizada também em organizações que não visem o lucro propriamente dito e de Organizações Não Governamentais, as ONGs (QUEIROZ, 2000).

Embora tenha tido esta proposta verifica-se a utilização deste método como indicadores subjetivos, dado a dificuldade em fazer comparações com outras organizações de forma objetiva. Não podendo avaliar, qual indicador seria mais ou menos importante na avaliação, ou se todos teriam a mesma importância. Daher (2006) acrescenta que o modelo de Hopkins tem a premissa de que as práticas de responsabilidade social sejam ações usuais e diária, internamente nas organizações, onde se deve compreender que a empresa tem um papel na sociedade que inclui o exercício desta responsabilidade social nas dimensões econômica, legal, ética, política e filantrópica.

O modelo proposto por Hopkins avalia dados de demonstrações contábeis tradicionais e informações socioeconômicas e ambientais que atuam como complementos a estas, como as obtidas nas demonstrações do valor adicionado (DAHRER, 2006).

A seguir é apresentada a estrutura do modelo analítico, desenvolvido por Michael Hopkins, que servirá de roteiro para verificações dos indicadores de responsabilidade social desenvolvidos pelo SESI-RR:

Quadro 5 – Indicadores de responsabilidade social corporativa, segundo o modelo de Hopkins

<b>Nível I – Princípios de responsabilidade social</b>	
<b>Elemento</b>	<b>Indicador</b>
Legitimidade	Código de Ética
Responsabilidade pública	Litígios envolvendo violação das leis pela empresa

	Penalidades em consequência das atividades ilegais Contribuição para inovações Criação de empregos diretos Criação de empregos indiretos
Arbítrio dos executivos	Código de ética Executivos condenados por atividades ilegais
<b>Nível II – Processos de capacidade de resposta social</b>	
<b>Elemento</b>	<b>Indicador</b>
Percepção do ambiente	Mecanismo para examinar questões sociais relevantes para a empresa
Gerenciamento dos <i>stakeholders</i>	Corpo analítico para examinar questões sociais, como parte integral da elaboração de políticas Existência de auditoria social Relatório de prestação de contas sobre ética
Administração de questões	Políticas com base nas análises de questões sociais
<b>Nível III – Resultados/ações de responsabilidade social</b>	
<b>Elemento</b>	<b>Indicador</b>
Efeito nos <i>stakeholders internos</i>	Proprietários/acionistas/gestores Lucratividade/valor/resultados Irresponsabilidade administrativa ou atividades ilegais Bem-estar da comunidade Filantropia corporativa Código de Ética Executivos (Gestores) Código de Ética Funcionários Relações sindicato/organização Questões de segurança Pagamentos, subsídios e benefícios Demissões Funcionários proprietários/ gestores Políticas para mulheres e minorias
Efeito nos <i>stakeholders externos</i>	Clientes/consumidores Código de Ética <i>Recalls</i> de produtos Litígios Controvérsia pública sobre produtos e serviços Propaganda enganosa Meio ambiente Poluição Lixo tóxico Reciclagem e uso de produtos reciclados Uso de etiqueta ecológica nos produtos Comunidade Doações corporativas para programas comunitários Envolvimento direto em programas comunitários Controvérsias ou litígios com a comunidade Fornecedores Código de ética da organização Código de ética dos fornecedores Litígios/penalidades Controvérsias públicas
Efeito institucional <i>externo</i>	Organização como uma instituição social Código de ética

	Litígios genéricos Processos por ações classistas Melhorias nas políticas e na legislação em decorrência de pressões da empresa
--	---

Fonte: Adaptado de Hopkins (1997, p.581)

## **CAPÍTULO II RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Karkotli (2007) ressalta que no Brasil, a questão da responsabilidade social tem avançado no mundo empresarial porque a degradação ambiental está ganhando cada vez mais espaço na sociedade em geral e, em decorrência, os consumidores tendem a se tornar mais exigentes em relação ao perfil socioambiental da empresa e de seus produtos.

Em 1999, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) realizou diagnóstico que revelou a existência de 300 mil empresas, ou quase dois terços do universo pesquisado, que realizam algum tipo de ação social, abrangendo desde pequenas doações até grandes projetos bem estruturados. No entanto, apenas 12% acompanham o que acontece com as ações sociais que elas apoiam ou realizam. Este dado revela por outro lado que 88% das empresas pesquisadas não valorizavam as ações de responsabilidade socioambiental, atitude que sugere tratamento de importância secundária devido à falta de comprometimento com os resultados das ações socioambientais.

Para Karkotli (2007), hoje as ações de responsabilidade social incorporam valor agregado aos produtos e serviços na medida em que os consumidores valorizam o comportamento diferenciado da empresa na sua relação com o meio socioambiental, desde que considerada na perspectiva de médio e longo prazo, que não se constitui apenas mero modismo.

Um marco para o desenvolvimento da política de responsabilidade socioambiental brasileira foi a Agenda 21, iniciada em 1992, na ECO-92. O desdobramento desse compromisso no Brasil, quanto a institucionalização da Agenda 21 Brasileira somente veio ocorrer no ano de 2002, com a formação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Referida agenda é organizada com base em seis temas, que são os seguintes: i) Agricultura Sustentável; ii) Cidades Sustentáveis; iii) Infraestrutura e Integração Regional; iv) Gestão de recursos naturais; v) Redução das desigualdades sociais; e vi) Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável (BRANCO e MARTINS, 2007).

A Agenda 21 não destacou a responsabilidade socioambiental como um objetivo, mas como princípio e dever que deve transversalizar todos os campos da Agenda 21.

Espécie de dever ser da natureza de todas as ações programáticas. Um exemplo a ser destacado quanto a importância menor do valor da Responsabilidade Socioambiental no Brasil é o da Assembleia Legislativa de São Paulo que, em 2000, solicitou a Fundação Seade a elaboração de um indicador que medisse o desempenho dos municípios paulistas, o qual não contemplou a sustentabilidade ambiental dos referidos municípios. A crítica que se faz até hoje a este indicador é que o mesmo não avalia o aspecto ambiental (SEADE, 2011).

Por essa e outras razões, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional vem desenvolvendo ações de grande relevância, pois, os seis temas de desenvolvimento sustentável por elas trabalhadas envolvem discussões que atualmente Sen (2010) já pesquisa como, por exemplo, a forma de garantia de “liberdades”, sendo este o meio principal para se alcançar o desenvolvimento. Ele afirma que Liberdades Políticas (liberdade de expressão, eleições livres...) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (educação, saúde...) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (participação no comércio, na produção...) podem gerar melhoria individual, além de recursos públicos para serviços sociais.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publica pesquisas que possibilitam o delineamento de dados, demonstrando semelhanças e diferenças de regiões, estados e municípios brasileiros, permitindo a análise dos índices relativos a algumas liberdades ou privações de liberdades existentes na linha de Amartya Sen, para quem “o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (2010, p. 29).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2013), realizada pelo IBGE, a Região Sudeste abriga a residência de grande parte da população brasileira (42,0%), seguida pela Região Nordeste com 27,7%. A terceira maior em relação à participação da população é a Região Sul, com 14,3%, embora tenha a menor área (6,8%) do território nacional. A Região Norte, que tem a maior extensão territorial (45,3%), abrigava em 2010 apenas 8,5% da população brasileira. No Brasil (IBGE, 2014) a razão de sexo, calculada pela razão entre o

número de pessoas do sexo masculino por 100 pessoas do sexo feminino, foi de 94,5 para o Brasil, em 2013. Os homens eram maioria em Rondônia, Roraima, Amazonas e Pará.

Um aspecto importante da estrutura populacional por grupos etários e sexo foi o envelhecimento da população. No período analisado pelo IBGE (2014), verificou-se que a participação do grupo com até 29 anos de idade diminuiu de 54,4%, em 2004, para 46,6% em 2013, enquanto o aumento para o grupo com 45 anos ou mais de idade foi evidente, passando de 24,0% para 30,7%, no mesmo período. Esses dados nos mostram que a população está vivendo mais e tendo maior expectativa de vida, o que também requer programas e políticas adequadas (públicas e de responsabilidade socioambiental) para a manutenção da qualidade de vida das pessoas.

O nível de bem estar social e o padrão de crescimento econômico de determinado local, estado ou país são mensuráveis através de indicadores socioeconômicos que sejam comparáveis. Por exemplo, se o número das pessoas economicamente dependentes for maior que aquelas potencialmente ativas significa que o potencial de mão-de-obra com que o setor produtivo pode contar é menor e que esta parcela da população carregará maior número de dependentes. Para analisar este índice de dependência, o IBGE (2014) considera o grupo dos jovens com menos de 15 anos de idade; e considera idosa a pessoa com 60 anos ou mais de idade. No grupo das pessoas potencialmente ativas estavam aqueles com 15 a 59 anos de idade.

No Brasil, a razão de dependência total passou de 58,3 pessoas economicamente dependentes por 100 pessoas em idade potencialmente ativa, em 2004, para 54,6, em 2013. Assim, este indicador mostra que houve ligeira diminuição do grupo que, por hipótese, é economicamente dependente em relação ao grupo de pessoas potencialmente ativas. As mudanças no indicador de dependência estão relacionadas, principalmente, ao processo de diminuição da fecundidade e de maior longevidade da população. Dado o rápido processo de envelhecimento populacional, é importante destacar que entre os desafios que surgem neste cenário estão previdência social, saúde, cuidado e integração social dos idosos.

A fecundidade, assim como a mortalidade e a migração, corresponde a uma das componentes definidoras da dinâmica demográfica e é principalmente pelo seu

comportamento que a estrutura etária da população é determinada. Um dos indicadores de fecundidade é a taxa de fecundidade total (TFT) que mede o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo. De acordo com a projeção de população do IBGE (2013), a taxa de fecundidade total para o Brasil passou de 2,39 filhos por mulher, em 2000, para 1,77 em 2013, representando queda de 26% neste indicador. Em 2013, os valores eram mais elevados no Acre (2,59 filhos por mulher), Amapá (2,42), Amazonas (2,38), Roraima (2,34), Maranhão (2,28) e Pará (2,20) com taxas acima do nível de reposição populacional (2,10).

A cor ou raça da mulher é um fator que revela diferenças para a proporção de mulheres que permanecem sem ter filhos. Em 2013, entre as mulheres brancas de 15 a 49 anos de idade 41,5% não tinham filhos, enquanto para as pretas ou pardas o percentual foi de 35,8%. O principal diferencial observado foi entre as mulheres de 25 a 29 anos de idade: enquanto para as brancas a proporção que não tinha filho nascido vivo foi de 48,1%, para as pretas ou pardas foi de 33,8% (IBGE, 2014).

Tabela 1 – Distribuição percentual das mulheres de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e indicação de presença de filho nascidos vivos, segundo a frequência à escola e nível de instrução mais elevado alcançado.

Frequência à escola e nível de instrução mais elevado alcançado	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e indicação de presença de filho nascido vivo (%)							
	Total		15 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 29 anos	
	0 filho	1 filho ou mais	0 filho	1 filho ou mais	0 filho	1 filho ou mais	0 filho	1 filho ou mais
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Estuda	51,2	10	88,4	28,4	41,5	11,2	18,2	7,8
Não estuda, nível de ensino alcançado até médio incompleto	11,2	48,2	8,6	69,2	12,7	54,0	11,8	42,6
Não estuda, nível de ensino alcançado médio completo ou mais	37,61	41,8	3,0	2,5	45,8	34,8	70,1	49,6

Fonte: IBGE (2013)

Outro importante determinante da proporção de mulheres sem filho nascido vivo foi a escolaridade da mulher. Segundo o IBGE (2014), em 2013, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade com maior escolaridade (8 anos ou mais de estudo), 44,2% não tinham filhos; enquanto para aquelas com até 7 anos de estudo esta proporção foi de 21,6%. O diferencial no indicador foi mais expressivo no grupo

de mulheres de 25 a 29 anos de idade, uma vez que para aquelas com até 7 anos de estudo, 16,3% não tinham filho, e para aquelas com 8 anos ou mais de estudo o indicador foi quase três vezes maior (45,5%). A proporção de mulheres ao final do período reprodutivo, com idade entre 45 e 49 anos, que permanecem sem filhos foi de 8,2% para aquelas com menor escolaridade e 15,1% entre as mais escolarizadas.

Assim, nota-se que as mulheres com maior escolaridade adiam a maternidade e, ao final do período reprodutivo, maior proporção permanece não tendo filho. Para Amartya Sen (2010, p. 257) “o papel da condição de agente das mulheres também é particularmente importante para a redução das taxas de fecundidade”, e essa condição de agente é muito fortalecida quando se tem acesso à educação.

Segundo IBGE (2010), nas famílias com ao menos uma pessoa de 0 a 14 anos de idade o rendimento mensal familiar *per capita* médio foi 52,7% inferior ao rendimento nos arranjos familiares sem crianças e adolescentes nesta faixa etária e 39,3% inferior ao rendimento familiar *per capita* médio do total dos arranjos familiares. Ou seja, a presença de um ou mais filhos influencia diretamente no rendimento familiar. Os dados do IBGE confirmam o que Sen (2010, p. 69) afirmava em seu livro Desenvolvimento como liberdade, que “as variações na expectativa de vida relacionam-se a diversas oportunidades sociais que são centrais para o desenvolvimento (políticas epidemiológicas, saúde, facilidades educacionais e etc)”.

No Brasil, segundo o IBGE (2014), a taxa de mortalidade infantil, por sua vez, é um indicador clássico que reflete, de maneira geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura ambiental, assim como o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil. É medido através da razão entre o número de mortes de crianças até um ano de idade e o número de nascidos vivos em determinado ano e local.

A estimativa da mortalidade infantil no Brasil, em 2013, foi de 15,0 mortes para 1 000 nascidos vivos, segundo a estimativa de população mais recente realizada pelo IBGE (2013). A melhoria neste indicador foi significativa, uma vez que em 2000 era estimado em 29,0 mortes por 1000 nascidos vivos, representando queda de 48,2%. Entretanto, em 2013, desigualdades regionais ainda podiam ser observadas: Regiões Nordeste (19,4), Norte (19,2) e Centro-Oeste (15,6) com

valores maiores ao da média nacional, enquanto, Sudeste (11,6) e Sul (10,4) apresentavam valores inferiores.

É muito forte as diferenças entre as regiões sul e sudeste e norte e nordeste, como exemplo, podemos citar que entre os jovens de 15 a 29 anos de idade que não trabalhavam ou estudavam durante a pesquisa do IBGE (2013), proporção elevada (45,8%) residia nas Regiões Nordeste e Norte se comparada com a proporção de jovens residentes nestas regiões (38,3%). Reafirmando assim, o conceito de centro e periferia, onde é possível “hierarquizar as diversas regiões econômicas de acordo com sua posição numa rede de interdependência envolvendo várias outras localidades” (PIRES, 2013).

Em 2013 (IBGE), a participação relativa dos idosos de 60 anos ou mais de idade foi de 13,0% da população total, sendo que este indicador foi mais elevado para a Região Sul (14,5%) e menos expressivo na Região Norte (8,8%). Para este grupo 23,9% não recebiam aposentadoria ou pensão, enquanto 7,8% acumulavam aposentadoria e pensão.

A análise dos indicadores sobre as famílias, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (IBGE, 2013), teve como objetivo mostrar algumas características dos arranjos familiares brasileiros, ressaltando, da mesma forma, aspectos referentes às condições de vida das famílias nas quais as pessoas têm relações de parentesco e convivência.

Na comparação com os dados de 2004, as características desta última forma de arranjo familiar revelam redução de 13,8% na proporção dos casais com filhos, que passou de 50,9% para 43,9% em 2013. Os casais sem filhos, por outro lado, tiveram crescimento de 32,9% neste período, chegando em 2013 a 19,4% do total de arranjos (IBGE, 2013). Cabe destacar, nesse sentido, que as mudanças na composição e características dos arranjos familiares ocorreram inicialmente nas regiões cujo maior dinamismo socioeconômico levou a incorporação de novos hábitos e valores ao processo de reprodução das famílias brasileiras.

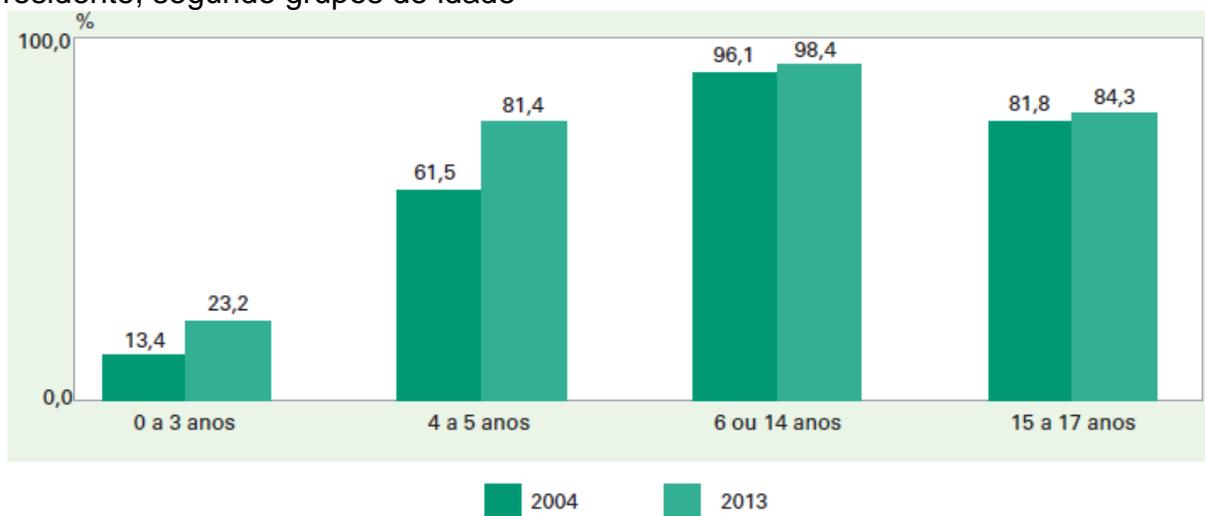
Amartya Sen (2010, p. 373) já dizia que “os benefícios da educação, excedem seu papel como capital humano na produção de mercadorias”. No Brasil, a educação é um sistema descentralizado, no qual a educação infantil e o ensino fundamental são de responsabilidade de oferta e gestão dos municípios enquanto o

ensino médio é, prioritariamente, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. É competência do governo federal, atuar no ensino superior e prestar assistência técnica e financeira às esferas estadual e municipal, buscando garantir a equidade dos gastos nas diferentes Unidades da Federação (IBGE, 2014).

Houve crescimento substantivo do acesso à educação no Brasil, nas idades de 0 a 17 anos de acordo com os dados da PNAD 2013. Destaca-se que 2004 a 2013, as taxas de escolarização das crianças subiram de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade subiram de 13,4% e 61,5% para 23,2% e 81,4%, respectivamente, conforme podemos analisar no gráfico 1.

Cabe ressaltar que as desigualdades regionais de acesso são significativas. Em 2013, o Norte possuía a menor proporção de crianças de 4 e 5 anos na escola (67,9%), contra 87,0% no Nordeste e 85,0% no Sudeste. Essas diferenças regionais resultam de fatores que vão desde questões culturais aos limites da oferta de estabelecimentos de ensino e dificuldades de deslocamento (IBGE, 2014).

Gráfico 1 – Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, segundo grupos de idade



Fonte: IBGE (2014)

A evolução da média de anos de estudo permite, por sua vez, o acompanhamento do processo de democratização escolar, isto é, das oportunidades de acesso ao ensino. No Brasil, a escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade aumentou de 2004 a 2013, passando de 6,4 para 7,7 anos de estudo completos.

Outro aspecto relevante com relação à realidade educacional brasileira, segundo o IBGE (2014) é a evolução da taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais. Houve queda de 3,0 pontos percentuais nessa taxa nos nove anos analisados, reduzindo a proporção de pessoas que não sabiam ler nem escrever de 11,5%, em 2004, para 8,5% em 2013.

As projeções do IBGE (2014) têm apontado para redução da população com idade entre 0 e 14 anos e um crescimento da população com idade entre 15 e 59 anos e, conseqüentemente, um envelhecimento populacional cada vez mais expressivo nos anos seguintes. Logo, inicialmente se espera um crescimento da população em idade ativa, o que os demógrafos costumam chamar de bônus demográfico. Neste período, com maior força de trabalho disponível (porém crescendo a taxas menores), espera-se que a economia tenha um crescimento maior que o crescimento populacional, promovendo assim elevação da renda *per capita*.

Em 2013, o mercado de trabalho brasileiro registrou a mais elevada taxa de formalização: 58,0%. Há nove anos atrás a taxa não chegava à metade da população ocupada. Entretanto, as características de formalização continuam bastante diferenciadas entre as regiões do País, visto que as Regiões Norte e Nordeste registraram, em 2013, percentuais de formalização abaixo da média nacional na década passada (40,2% e 39,7%, respectivamente). Por outro lado, as Regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de pessoas em trabalhos formais (67,4% e 67,8%, respectivamente) (IBGE, 2014).

Outro item que merece destaque ao se tratar do desenvolvimento brasileiro é que o número total de domicílios vem se expandindo em ritmo superior ao crescimento da população. Enquanto a população brasileira cresceu 9,8% entre 2004 e 2013, o número total de domicílio particulares no Brasil cresceu 25,1% no mesmo período. Esse processo impacta a necessidade de expansão da oferta de habitações com acesso a serviços básicos e é influenciado por diversos fatores, que vão desde as mudanças demográficas da população: queda das taxas de fecundidade, envelhecimento populacional, mudanças nos arranjos familiares, até os fatores econômicos como o aumento do rendimento médio da população, crescimento econômico, dinâmica do mercado imobiliário e do setor de construção civil, expansão do crédito e programas de habitação popular (IBGE, 2014).

Ainda segundo o IBGE (2014), o Brasil apresenta taxa de crescimento econômico, considerando as variações anuais do Produto Interno Bruto - PIB da última década, em conjunto com a redução da desigualdade de renda, medida pelas pesquisas domiciliares. Em síntese, mostra que o país teve fatores favoráveis à melhoria das condições de vida da população brasileira. As variações anuais do PIB de 2000 a 2010 se mostraram superiores às duas décadas anteriores. Trata-se de resultado usualmente atribuído a diversos fatores, com destaque para a conjuntura internacional favorável (benéfico à economia exportadora brasileira), fortalecimento do mercado interno, crescimento da renda média da população, incentivos ao consumo das famílias e expansão do crédito. A redução da desigualdade se explica em parte pelo crescimento econômico observado e também por um conjunto de políticas e conjunturas, como a valorização do salário mínimo, programas de transferências de renda, e também evolução favorável do rendimento do trabalho, devido à crescente formalização e maior capacidade de barganha dos trabalhadores para ganhos salariais.

Percebe-se, portanto, que responsabilidade social não é o mesmo que filantropia, consistindo a responsabilidade socioambiental prioritariamente como o conhecimento da realidade a qual a empresa está inserida e posteriormente a realização de ações relacionadas ao objeto social da empresa, que tenham a capacidade de fazer o melhor em termos estratégicos para a empresa e para a sociedade, diante dos aspectos ambientais, culturais, sociais, econômicos e trabalhistas (LEWIS, 2014). Tal afirmação confirma a necessidade de se recorrer a dados de órgãos como IBGE e SEPLAN para se delimitar a realidade local, para posterior planejamento das atividades de responsabilidade socioambiental.

## **2.1 A Responsabilidade Socioambiental e as Instituições Formais Brasileiras**

As empresas realizam suas ações e planejamento levando em conta a estrutura, tamanho, dimensões e características dos mercados em que operam e como decorrência das instituições formais, ou seja, das leis e normas, além dos costumes e padrões culturais vigentes. Lewis (2014) ressalta que as modernas

legislações estabelecem tratamento adequado à relação da empresa com o consumidor, com o meio ambiente, com o trabalhador, com o público externo, dentre outros.

Em alguns casos, as empresas recebem incentivos formais, em especial tributários; em outros, o Estado exerce seu poder coercitivo, fazendo valer o imperativo legal; e, finalmente, em outros casos prevalecem as condicionantes e os padrões de mercado, de modo que o desempenho da empresa propicie a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais de seu entorno.

Sen (1999) também converge para este entendimento ao defender a vertente de pensamento que se utiliza da teoria dos *stakeholders*, na qual os gerentes tem o papel ético de compreender os direitos coletivos e garantir o bem estar para todos os agentes que, direta ou indiretamente, sejam afetados pela ação da empresa. Esse pensamento converge no sentido destas organizações terem uma função social a cumprir, gerando assim, responsabilidade socioambiental voltada para o desenvolvimento sustentável.

Já Douglas C. North (1990) considera em sua Teoria das Instituições, o crescimento de longo prazo, ou a evolução histórica da sociedade como algo condicionado pela formação e evolução de suas instituições. A base da proposta de North pode ser encontrada em suas obras onde faz a leitura do caso de sucesso das economias do Ocidente, notadamente da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Ao estudar as instituições no cerne do processo de desenvolvimento ou de evolução da sociedade, North estabelece um elo das instituições com a abordagem neoclássica:

Institutions and the technology employed determine the transaction and transformation costs that add up to the costs of production. It was Ronald Coase (1960) who made the crucial connection between institutions, transaction costs, and neoclassical theory. The neoclassical result of efficient markets only obtains when it is costless to transact. Only under the conditions of costless bargaining will the actors reach the solution that maximizes aggregate income regardless of the institutional arrangements. When it is costly to transact, then institutions matter. (North, 1994, p. 360)

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece o princípio da função social da propriedade e dos valores que devem ser realizados pela ordem econômica, tais como defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, redução das

desigualdades sociais e regionais, entre outros. A CF/88 busca principalmente uma sociedade livre, justa e solidária.

Em tal quadro de referência, quando a empresa segue os meios legais atinentes à sua atividade; quando suas opções estratégicas se dirigem à produção ou prestação de serviços, de modo a obter melhor desempenho social, ambiental, adotando práticas econômicas que promovam a concorrência saudável e leal, Bessa (2006) afirma está-se diante de uma atuação imbuída de responsabilidade social; porém, a lei brasileira não obriga a que a empresa se responsabilize por todo o ciclo de vida do seu produto, mas, se a própria empresa assume esta responsabilidade, trata-se de uma expressão de responsabilidade social (BESSA, 2006).

Diante disso, adotar postura socialmente responsável não é exercício de filantropia, mas estrita observância das instituições formais naquilo que se refere à atividade desempenhada pela empresa, com o intuito de obter o melhor desempenho possível em termos estratégicos empresariais e reflexos sociais, econômicos e ambientais para os públicos e segmentos com os quais a empresa se relaciona (LEWIS, 2014).

Lewis (2014) destaca que, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, as normas que exigem o dever das empresas em atuar de modo responsável são precárias; é que nenhuma trata diretamente a responsabilidade socioambiental. A revisão feita por Lewis (2014) evidencia que as principais disposições (instituições formais) que orientam socioeconômica e ambientalmente a conduta empresarial são:

a) os princípios fundamentais da República estabelecidos pela Constituição Federal no art. 1º (cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa) e seus objetivos fundamentais (Art. 3º da CF/88), dentre os quais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais; e estabelece que a propriedade atenderá a sua função social (art. 5º, XXIII), além de apresentar os princípios gerais da atividade econômica (CF, art. 170). Conforme Lewis (2014), a ordem econômica tem por fim garantir a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados diversos princípios, dentre os quais a defesa do meio ambiente (VI), inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

b) A Legislação infraconstitucional: Código Civil; Legislação Ambiental; Norma Brasileira Contábil nº. 15 de 01/01/2006; Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1003 de 19/08/2004; Legislação de Deficientes Físicos; Código de Defesa do Consumidor; Consolidação das Leis Trabalhistas.

c) As Políticas Públicas citadas como exemplos de instituições são: a Lei Rouanet; Programa Nacional de Apoio à Cultura; Programa de Atividade Audiovisual; Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente; Benefícios para o Trabalhador; Doações às Entidades Sem Fins Lucrativos; Imunidade Tributária das Instituições sem Fins Lucrativos; Programas Governamentais de Responsabilidade Social com participação do Setor Privado; ICMS Ecológico (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Convicto da importância da lei (instituição formal) como instrumento motivador da responsabilidade social, Giosa (2007) propõe a confecção de lei social capaz de permitir incentivos fiscais ou isenções de tributos federais, estaduais ou municipais; de ensejar a prestação de contas das empresas, sob a forma do balanço social com o aval de auditoria externa, comprovando a aplicação destes recursos e os resultados obtidos. Para ele, a criação desta instituição formal seria verdadeira revolução social no Brasil.

### CAPÍTULO III

## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE RORAIMA

A responsabilidade socioambiental, bem como o desenvolvimento sustentável, são temas considerados recentes em nível mundial. Verifica-se a grande lacuna de estudos específicos existente no Estado de Roraima, até mesmo pela juventude do Estado, que até 1986 era território federal. E a discussão desses temas, como pode-se analisar historicamente no primeiro capítulo, surge conforme o amadurecimento da própria sociedade em cobrar discussões e formalizações de instituições formais inerentes aos temas. O IBGE (2002) destaca o desafio de se construir indicadores de Desenvolvimento Sustentável:

A conquista do desenvolvimento sustentável, atualmente uma aspiração de abrangência universal, toma feições concretas em cada país: nasce de suas peculiaridades e responde aos problemas e oportunidades de cada nação. A escolha dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável reflete as situações e especificidades de cada país, apontando ao mesmo tempo para a necessidade de produção regular de estatísticas sobre os temas abordados. No caso brasileiro, ao desafio de construir indicadores capazes de caracterizar e subsidiar o processo de desenvolvimento sustentável em nível nacional, acresce-se a exigência de expressar as diversas dimensões da diversidade característica do País (IBGE, 2002, p.13).

### 3.1 A Questão em Roraima

A função de produção ampliada apresentada por Irma Adelman ajuda a compreender a relevância dessa questão. Referida função de produção:  $Y_t = f(K_t, N_t, L_t, S_t, U_t)$  representa a quantidade máxima do produto possível de ser obtida com cada combinação de insumos físicos, dados o estado da tecnologia e o marco institucional e sociocultural da comunidade (ADELMAN, 1972), onde:

$K_t$  = a quantidade de serviços do estoque de capital empregado;

$N_t$  = a taxa de utilização dos recursos naturais;

$L_t$  = o emprego da força de trabalho;

$S_t$  = representa o fundo de conhecimento aplicado da sociedade,

$U_t$  = representa o meio sócio-cultural em que opera a economia.

Dessa forma Irma Adelman sustenta que a taxa de produção de qualquer economia não é um fenômeno puramente econômico (ADELMAN, 1972, p. 08-09). Por suposto cabe o entendimento de que as mudanças das estruturas de produção e de consumo da sociedade, e das relações e interações humanas que provocam referidas mudanças são sempre multidimensionais, seja de natureza política, social, cultural e/ou tecnológica.

Partindo dessa mesma concepção, e por essas razões, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas utiliza diversos indicadores de sustentabilidade, dentre os quais o *Dashboard of Sustainability* (Painel de Controle de Sustentabilidade), o *Ecological Footprint* (Pegada Ecológica) e o *Environmental Sustainability Index* (Índice de Sustentabilidade Ambiental). O Painel de Controle de Sustentabilidade [CGDSI (2005)], por exemplo, calcula um índice de sustentabilidade que leva em conta as dimensões: institucional, social, econômica e ecológica.

A inserção da responsabilidade socioambiental de Roraima nessa discussão ocorre de diversas formas, inclusive em termos empíricos, com o índice de Sustentabilidade do Estado de Roraima (ISE-RR) utilizado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-RR). Referido índice encontra abrigo nessa referência teórica, na medida em que apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável estadual em quatro dimensões: a institucional, a ambiental, a econômica e a social (SEPLAN-RR, 2012). No entanto, não existe nenhuma instituição formal que estabeleça a periodicidade de publicação deste Índice no Estado.

Na dimensão ambiental a SEPLAN-RR enfocou os temas relativos ao bioma; qualidade das águas, desflorestamento, queimadas e incêndios, tratamento de esgoto, vento próximo a superfície, umidade relativa do ar, concentração de poluentes e precipitação pluviométrica. Os aspectos econômicos foram considerados mediante análise da evolução do Produto Interno Bruto de Roraima (PIB-RR), distribuição de renda, participação dos setores de produção, taxa de investimento público, balança comercial, produção mineral não metálica, consumo e intensidade energética e grau de endividamento do Estado.

Quanto a dimensão social, a SEPLAN-RR considerou na sua análise de sustentabilidade social ou de qualidade de vida, bem-estar social, a taxa de

crescimento da população, população ativa e os níveis de renda, saúde dos recém-nascidos e das crianças, magreza acentuada e obesidade em crianças, oferta de serviços básicos de saúde, escolaridade, habitação e serviços essenciais e mortalidade por homicídio e acidente de trânsito. Finalmente, no tangente à dimensão institucional, o estado de Roraima se posicionou quanto a sustentabilidade enfocando a política de destinação institucional de espaços do território roraimense para a formação de áreas protegidas como as áreas militares, terras indígenas e unidades de conservação federal e unidades de conservação estadual e municipal.

A dimensão institucional do fenômeno tem na análise da questão da dominialidade e uso do território um de seus aspectos fundamentais quando examinada à luz da formulação teórica tanto de Irma Adelman, quanto da teoria institucionalista de Douglas C. North. Como as “instituições são as regras do jogo numa sociedade, ou mais formalmente, são restrições criadas pelo homem que dão forma as interações humanas” observa-se que o déficit institucional no campo dos direitos de propriedade privada da terra afeta diretamente a realização de investimentos privados essenciais à promoção do crescimento da produção agropecuária de Roraima.

Afinal, segundo NORTH (1994), as instituições [direitos de propriedade, poder judiciário, federalismo, etc.] evoluem e se modificam para reduzir custos de transação, sendo a chave para explicar o desempenho de uma economia. Evidentemente a teoria pressupõe que as instituições sejam eficientes no sentido de Pareto, mas, sabe-se, contudo, que infelizmente nem todas as instituições que emergem são eficientes.

Na dimensão institucional, no caso de Roraima, o destaque fica por conta do *trade off* proteção ambiental<sup>7</sup> (criação de unidades de conservação de domínio estatal associadas às restrições de uso do território) versus crescimento econômico associado à exploração dos recursos naturais deste território sob domínio da propriedade privada da terra, onde, sob este aspecto, há reconhecido déficit

---

<sup>7</sup> Expressa a dimensão e distribuição dos espaços territoriais que estão sob estatuto especial de proteção. As variáveis são o número e a superfície das Unidades de Conservação e as Áreas associada aos biomas e ecótonos brasileiros. As Unidades de Conservação são classificadas em dois tipos de uso: Unidades de Proteção Integral (Parque Nacional, Reserva Biológica, Reserva Ecológica e Estação Ecológica); e as de Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental - APA; Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE; Reserva Extrativista e Floresta Nacional). (IBGE, 2002).

institucional relativo ao direito de propriedade da terra. O déficit decorre tanto da ausência de marco normativo adequado, quanto do baixo índice de regularização fundiária e mesmo de sua legalidade, isto é, de reconhecimento pelo Estado da dominialidade ou domínio da titularidade da terra pelo seu ocupante.

Referido *déficit* institucional se traduz em insegurança jurídica para todos e, assim, contribui, para fortalecer o cenário de incertezas econômicas. Sabe-se que existe forte correlação entre investimentos produtivos e riscos, pois os investidores formam expectativas quanto ao retorno dos capitais que investem nas atividades econômicas. Se fatores extra-econômicos interferem na economia e se contribuem para aumentar ou fortalecer as incertezas e os riscos ou ameaças para o retorno dos investimentos produtivos, então geralmente há a formação de expectativas negativas por parte dos investidores, quanto ao retorno de seus capitais. Em face dessas ameaças, reais ou imaginárias, os investidores geralmente refluem e não realizam os investimentos que poderiam fazer.

Segundo a SEPLAN (2012), a União transferiu terras ao domínio do Estado de Roraima, nos termos da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, e Lei nº 11.949, de 17 de junho de 2009, regulamentada pelo Decreto federal nº 7.456/2009, nos seguintes termos:

Art. 1º. Ficam transferidas gratuitamente ao Estado de Roraima as terras públicas federais situadas em seu território que estejam arrecadadas e matriculadas em nome da União, em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001 (Decreto nº 6.754, de 28 de janeiro de 2009).

Quando efetivadas essas normas, a dominialidade fundiária do Estado de Roraima será exercida sobre aproximadamente 6 milhões de hectares, demandando do Estado a implantação de estrutura administrativa adequada, que seja eficiente, na gestão de direitos de posse e de propriedade extremamente importantes para o desenvolvimento roraimense, desafio a ser superado pelo Governo do Estado, com o apoio e colaboração da sociedade civil. Ocorre que o processo de efetivação ou de aplicação da lei das transferências das terras enfrentou e permanece enfrentando dificuldades político-institucionais e impasses legais que resultam na manutenção e continuidade do referido *déficit* institucional.

Em Roraima se faz de forma usual a correlação entre baixos níveis de investimentos agropecuários e insegurança jurídica ocasionada pelo déficit institucional relativo à fragilidade dos direitos de propriedade do cidadão em relação à terra. A análise da questão fundiária mostra que a dominialidade das terras se encontra ainda sob jurisdição da União, predominantemente sob a forma de áreas institucionalmente protegidas (terras indígenas, unidades de conservação, unidades militares, florestas nacionais) e de projetos de assentamento do INCRA, alguns criados há mais de 30 anos e que não foram ainda emancipados. Além do que há as restrições de uso do território físico de Roraima por duas razões adicionais. A primeira, em face da instituição dos 150 km da faixa de fronteira, que compreende as áreas que se estendem desde as linhas de fronteiras internacionais do país com a República da Guiana e a Venezuela, a qual cobre quase todo o território roraimense; a segunda diz respeito às restrições do direito de uso das áreas de terras que constituem as reservas legais estabelecidas pelo Código Florestal: 80% nas áreas de florestas; e 35% nas áreas de “lavrados” ou savanas roraimenses. As informações do Quadro 3 mostram que mais de dois terços (68,6%) da extensão territorial do Estado de Roraima são áreas institucionalmente protegidas, dos quais 46,2% representam terras indígenas e 22,4% correspondem a unidades de conservação ou de preservação do meio ambiente.

A tabela 2 apresenta a situação da dominialidade das terras em Roraima.

Tabela 2 – Destinação das terras de Roraima

Destinação das terras de Roraima		
<b>Jurisdição</b>	<b>Área (ha.)</b>	<b>%</b>
Terras Indígenas - FUNAI	10.362.252,0	46,2
Área do INCRA	1.342.959,1	6,0
IBAMA/ ICMBio	1.708.346,0	7,6
Área do Exército	275.826,2	1,2
APA – Estadual	3.313.080,7	14,8
Área Pretendida	5.436.813,8	24,2
Área Total	22.439.277,9	100

Fonte: SEPLAN (2012)

Por outro lado, a política de responsabilidade ambiental tem como um dos seus elementos de avaliação a proporção da área ou superfície do território destinado à proteção da biodiversidade ou do meio ambiente em geral, que é representado pela política de criação e manutenção de unidades de conservação.

Afinal de contas, segundo o IBGE, o desenvolvimento sustentável implica na preservação do meio ambiente em condições de equilíbrio, que depende por sua vez da conservação dos ecossistemas brasileiros, ao lado de estratégias de controle do impacto das ações humanas (IBGE, 2002, p.101).

O IBGE reforça ainda que o estabelecimento de áreas protegidas visa alcançar diversos objetivos, com destaque para a proteção da biodiversidade; a promoção da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (IBGE, 2002, p.102).

Nesse contexto, Roraima se inscreve como um dos territórios de maior proteção ambiental institucionalizada do país. Para fins comparativos da situação de Roraima em relação aos demais estados da Amazônia Legal, observe-se os dados da Tabela 03.

Tabela 03 - Proporção dos Estados da Amazônia Legal brasileira ocupada por UCs, Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

UF	Área da UF	% UC	% Terra Indígena (T.I)	(%) Total (UCs+T.I)	Total das Áreas Protegidas (UCs+T.I) (km <sup>2</sup> )
Acre	152.581	34,2	15,9	50,1	76.360
Amapá	142.815	62,1	8,3	70,4	100.504
Amazonas	1.570.746	23,5	27,3	50,8	798.808
Maranhão	249.632	17,4	8,7	26,1	65.242
Mato Grosso	903.358	4,6	15,2	19,8	178.722
Pará	1.247.689	32,3	22,7	55,0	686.384
Rondônia	237.576	21,6	21,0	42,6	101.345
Roraima***	224.299	11,9	46,3	58,2	130.588
Tocantins	277.621	12,3	9,2	21,5	59.533
Amazônia Legal	5.006.317	22,2	21,7	43,9	2.197.486

Fonte: Imazon e Instituto Socioambiental-ISA, 2011, p.16. \* Descontando as sobreposições entre UCs e TIs e as áreas marítimas das UCs. \*\* Áreas oficiais dos Estados conforme site do IBGE, em julho de 2010. Para o Maranhão, somente a área inserida na Amazônia Legal. \*\*\* Não estão incluídas as áreas estaduais e municipais de proteção ambiental.

A tabela mostra que 43,9% do território da Amazônia Legal são de áreas institucionalmente protegidas, onde Roraima apresenta proporção (58,2%) somente inferior a do estado do Amapá (70,4%), segundo dados do IMAZON e do Instituto

Socioambiental (ISA). Segundo o IBGE (2010), dentre os biomas brasileiros, a Amazônia detém a maior área protegida, com quase 22,2% de sua área total em UCs federais, das quais 7,9% naquelas de proteção integral.

A Amazônia não apenas tem a maior área percentual protegida, como também possui as maiores UCs em extensão do País. Este dado reflete a ocupação humana menos densa observada neste bioma (IBGE, 2010, p. 16), refletindo as decisões do poder central do país, isto é, do Governo Federal. Desse ponto de vista, a situação reflete compromissos da União expressando sua responsabilidade socioambiental.

Apesar da política de preservação ambiental, o fenômeno do desflorestamento compõe o quadro das preocupações da maioria dos atores estaduais, considerando que Roraima apresenta maior parte do seu bioma formado por florestas, vindo as savanas ou “lavrados segundo lugar. Quando se analisa a preservação das florestas do Estado de Roraima, percebe-se que apenas em 2001 há registro de alto índice de desflorestamento em Roraima. Segundo dados da Seplan (2012), em 2011, os municípios que mais desflorestaram foram Mucajaí, Caracaraí, Caroebe e Amajari. E os que menos desflorestaram foram Normandia, Pacaraima, Boa Vista e Uiramutã.

Tabela 4 – Desflorestamento em Roraima de 2001 a 2011

<b>Ano</b>	<b>Desflorestamento (Km<sup>2</sup>)</b>
2001	983,2
2002	275,5
2003	556,5
2004	310,0
2005	126,9
2006	214,0
2007	265,3
2008	672,6
2009	105,9
2010	239,1
2011	131,1

Fonte: SEPLAN (2012)

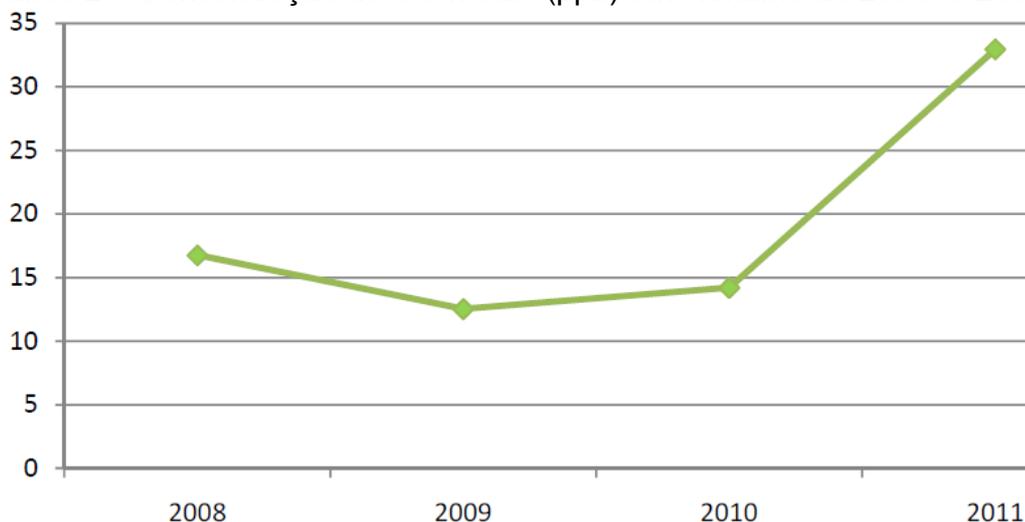
Outro indicador de relevante estudo é a concentração de monóxido de carbono médio de microgramas por m<sup>3</sup> em partes por bilhão (ppb). Este é um dos principais poluentes da atmosfera, e pode causar danos a fauna e flora e ainda a

exposição concentrada no ar quando respirado por, em casos extremos, levar a óbito.

Embora Roraima tenha um índice dentro do padrão aceitável, situando-se abaixo do recomendado pela Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Vigilância Sanitária Brasileira, publicada no Diário Oficial da União de 20 de janeiro de 2003, onde coloca-se como limite o valor de 1000 ppm (partes por milhão) de dióxido de carbono – (CO<sub>2</sub>), como indicador de renovação de ar externo, recomendado para conforto e bem-estar da população.

Sen (2010, p.99) destaca que “a presença de doenças infecciosas em uma região altera a qualidade de vida que seus habitantes podem desfrutar. O mesmo se pode dizer da poluição”. Segundo dados da SEPLAN (2012), os cinco municípios que apresentam maiores índices de concentração de CO médio (ppb) no ano de 2011 foram Pacaraima, Bonfim, Cantá, São Luis e Rorainópolis. O gráfico 4, demonstra que Roraima presenciou grande salto nas emissões de CO<sub>2</sub>, de 2010 para 2011, espécie de alerta para os setores públicos e privados para que se desenvolva política preventiva de controle quanto a emissão deste poluente.

Gráfico 2 – Concentração de CO médio (ppb) em Roraima de 2008 a 2011



Fonte: SEPLAN (2012)

Trata-se da preocupação com a sustentabilidade dos ecossistemas existentes em Roraima, até por existir possibilidades de exploração sustentável de diversas culturas, podendo destacar a facilidade do cultivo de grãos nas savanas e o crédito de carbono obtido nas áreas de floresta (SEPLAN, 2012).

No entanto percebe-se que o modelo de ações baseado em cópias, no estilo centro-periferia, que parte do pressuposto de que o centro é o *locus* do poder de comando, que controla o excedente das cadeias produtivas, além de produzir e difundir novas tecnologias, enquanto a periferia é subordinada pela apropriação do excedente econômico e dependente da tecnologia externa (LIBERATO, 2008).

O IBGE (2014) publicou a taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2013. Sobre este indicador, Amartya Sen (2010, p.278) destaca que “a associação positiva entre desenvolvimento e redução da fecundidade frequentemente é sintetizada pelo deselegante lema ‘o desenvolvimento é o melhor anticoncepcional’”.

A análise da taxa de fecundidade mostra que Roraima ainda tem taxa superior à média do Brasil e da Região Norte e quanto menor a taxa mais desenvolvida é a região. A taxa de mortalidade no Estado se revela menor que a média da região, no entanto, verificamos que este índice está bem mais controlado na média nacional.

Segundo o IBGE (2014), a menor diferença entre homens e mulheres na esperança de vida ao nascer do Brasil foi em Roraima (5,4 anos), sendo neste Estado onde as mulheres apresentaram a mais baixa esperança de vida ao nascer (73,4 anos) do País. Verifica-se assim que o Estado carece de ações e políticas que melhorem essa expectativa, haja vista o Estado estar com índice abaixo da média regional e nacional, onde cabe destacar a diferença entre as mulheres que no Brasil tem média de 78,5 anos de expectativa de vida e em Roraima tem apenas 73,4 anos.

Quadro 6 - Taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer

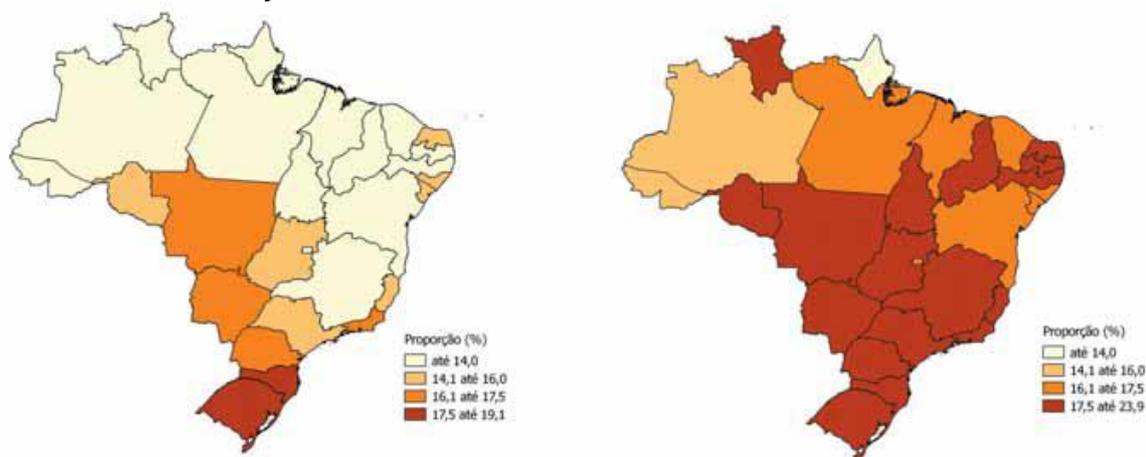
Localidade	Taxa de fecundidade total	Taxa de mortalidade infantil (%)	Esperança de vida ao nascer		
			Total	Homens	Mulheres
Brasil	1,77	15	74,8	71,2	78,5
Região Norte	2,22	19,2	71,5	68,2	75,3
Roraima	2,34	17,8	70,6	68,1	73,4

Fonte: Adaptado de IBGE (2014)

A análise das informações complementares, por Unidade da Federação, permite se verificar que a proporção de casais sem filhos vem aumentando no Brasil.

Este crescimento foi expressivo, e merece destaque, no Estado de Roraima, o que pode ser verificado na Figura 01, a partir do escurecimento das manchas do mapa em 2013, quando comparado com 2004. Esta mudança incorpora as instituições informais que vem se estabelecendo entre as famílias com o passar dos anos.

Figura 03 - Proporção de arranjos familiares com casal sem filhos, segundo as Unidades da Federação - 2004/2013



Fonte: IBGE (2014)

A educação em Roraima merece ser avaliada do ponto de vista de sua sustentabilidade social como fator essencial para o desenvolvimento do Estado. Os dados evidenciam que Roraima tem taxa total de 32,6% de frequência bruta em estabelecimentos de ensino, sendo até maior que a média brasileira (27,9%); no entanto fica abaixo da média da região Norte (33,2%).

Tabela 5 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade

Grandes Regiões, UFs e Regiões Metropolitanas	Taxa de Frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente (%)						
	Total	Grupos de idade (em anos)					
		0 a 3	4 a 5	6 a 14	15 a 17	18 a 24	25 ou +
Brasil	27,9	23,4	81,2	98,4	84,3	30,1	4,1
Norte	33,2	9,2	67,9	97,1	84,1	32,8	5,6
Rondônia	29,2	8,8	56,9	98,2	83,4	28,5	4,8
Acre	35,7	7,4	58,6	96,8	80,2	33,8	6,8
Amazonas	35,3	4,7	63,6	96,2	82,4	35,5	7,5
Roraima	32,6	11,6	73,8	98,1	84,0	32,2	6,3

Fonte: IBGE(2014)

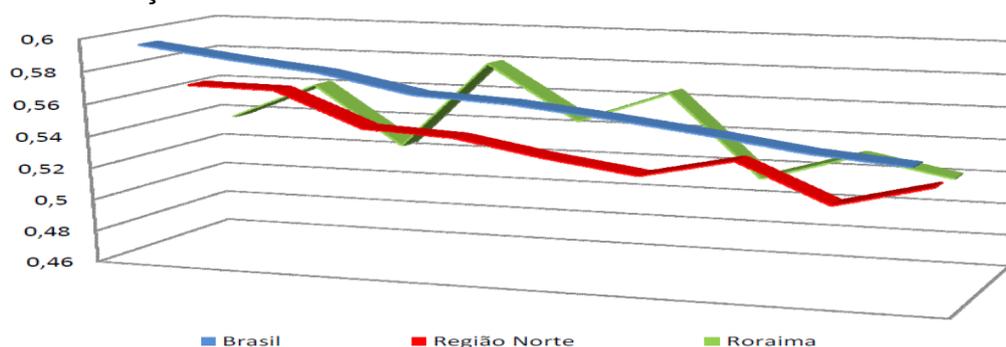
Ao separar por grupos de idade, constata-se que somente o grupo de 15 a 24 anos está abaixo da média regional, mesmo sendo um grupo importante, que deve merecer atenção redobrada dos setores públicos e privados. Neste caso há

clara evidência de déficit público ou estatal de atenção para com o ensino público e a educação dessa faixa etária da população.

Outro indicador de desenvolvimento que merece destaque especial é a distribuição de renda, pois o combate à desigualdade é fundamental para a redução da pobreza e, conseqüentemente, para fortalecer o desenvolvimento sustentável. O método mais utilizado para a mensuração dessa desigualdade é o de *Gini*; seu valor varia de 0 a 1, sendo 0 quando a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor; e 01 quando a desigualdade é máxima.

Esse índice apresenta grandes oscilações em Roraima, situação que pode ser associada ao fato de o Estado possuir a menor concentração de pessoas por km<sup>2</sup> no Brasil, o que o torna sensível as variações da distribuição de renda, mas mesmo com estas variações fica clara a evolução positiva do Índice de *Gini* (Gráfico 4), o que pode ser traduzido como melhoria na distribuição de renda no Estado de Roraima (SEPLAN, 2012). Conforme destaca SILVA *et al.* (2012), cerca da metade da renda estadual líquida é proveniente da administração pública em seus órgãos, compostos por cargos efetivos e comissionados. Isso demonstra dependência de transferência de recursos federais, mas que no curto prazo funciona como renda corrente.

Gráfico 3 – Evolução do Índice de *Gini*



Fonte: SEPLAN (2012)

Um indicador extremamente relevante é a oferta de serviços básicos de saúde, como afirma Sen (2010, p. 59) “a saúde influencia a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor”. O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) já demonstrava que o acesso universal aos serviços de saúde é condição para a conquista e a manutenção da qualidade de vida da população que,

por sua vez, é um dos pré-requisitos básicos para o desenvolvimento sustentável. Podemos analisar este indicador da saúde do Estado através da disponibilidade de profissionais da área de saúde, de leitos, índice de desnutrição ou obesidade em crianças, analisando a infraestrutura existente e etc.

Os dados da Seplan (2012) mostram que nos anos de 2005 a 2009, o Estado teve o maior crescimento proporcional na oferta de leitos por 1.000 habitantes dentre os Estados da Região Norte. Roraima que estava na última posição no ano de 2005, foi para o quarto lugar em 2009, tendo acréscimo de 30% neste período.

Quadro 7 – Leitos por 1.000 habitantes nos Estados da Região Norte, de 2005 a 2009

<b>Unidade da Federação</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Rondônia	2,34	2,32	2,30	2,41	2,43
Acre	2,07	2,02	2,02	2,15	2,17
Amazonas	1,77	1,74	1,74	1,82	1,81
Roraima	<b>1,48</b>	<b>1,49</b>	<b>1,57</b>	<b>1,79</b>	<b>1,93</b>
Pará	1,87	1,93	2,01	2,03	2,05
Amapá	1,60	1,57	1,58	1,67	1,68
Tocantins	1,86	1,96	1,96	1,94	1,91

Fonte: SEPLAN (2012)

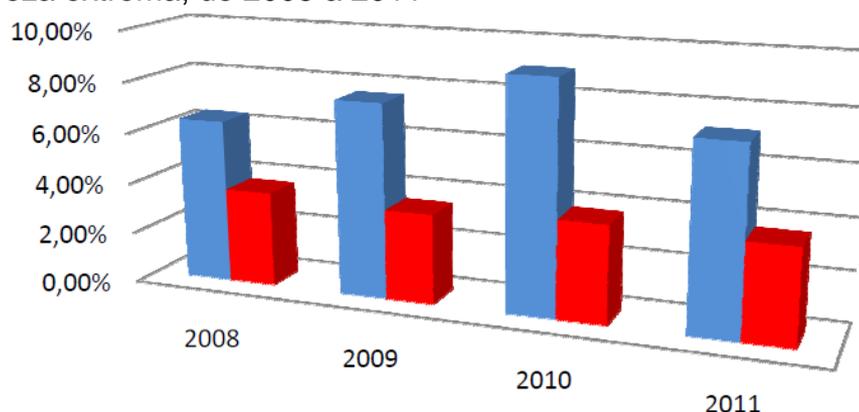
A saúde das crianças, analisada através da magreza ou da obesidade também gera informações relevantes, haja vista que a primeira geralmente estar associada às condições de vida e de assistência à mulher e seus filhos, e conseqüentemente maior vulnerabilidade à desnutrição e a mortalidade. Já a obesidade pode ser associada a males como diabetes e pressão alta (SEPLAN, 2012).

Estudos demonstram o alcance e o poder da condição de agente da mulher, indicando que ela tem um papel fundamental, “particularmente em duas áreas específicas: (1) melhora da sobrevivência das crianças e (2) contribuição para a redução das taxas de fecundidade” (SEN, 2010, p. 263). Demonstrando que investimento em políticas de desenvolvimento para mulheres também terão reflexos em outros setores.

Conforme dados fornecidos pela SEPLAN (2012), observamos que em Roraima o quantitativo de crianças com obesidade é bem superior à de magreza. Esta indica que nos anos em que os dados foram obtidos os indicadores oscilam muito pouco, de 3,5% a 3,8%, o que pode ser analisado como algo positivo, tendo o combate a desnutrição acompanhado o crescimento populacional, mas o Estado não

desenvolveu políticas efetivas que conseguisse diminuir esse índice. Já a obesidade teve um expressivo aumento entre os anos de 2008 a 2010, demonstrando alimentação inadequada por boa parte da população. No entanto, os dados demonstram queda acentuada de 2010 para 2011, conforme pode ser verificado no Gráfico que segue.

Gráfico 4 – Percentual da população com menos de 5 anos com obesidade e magreza extrema, de 2008 a 2011



■ Crianças de 0 a 5 anos com obesidade ■ Crianças de 0 a 5 anos com magreza acentuada

Fonte: SEPLAN (2012)

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) defende o princípio de que a moradia com condições adequadas é determinante para se obter qualidade de vida; e para ser considerada satisfatória precisa apresentar índices mínimos de serviços de infraestrutura básica e espaço físico suficiente para os que nela residem. Conforme dados da SEPLAN (2012), Roraima no ano de 2009, proporcionalmente, apresentou média superior à brasileira e da Região Norte no que se refere aos serviços básicos da moradia, que são o abastecimento de água e coleta de lixo.

Outro indicador importante da qualidade de vida da população, e conseqüentemente do desenvolvimento sustentável, é o acesso a sistemas adequados de esgotamento sanitário; este se torna fundamental para a proteção das condições de saúde da população, reduzindo as doenças relacionadas à água contaminada por coliformes fecais, preservando a qualidade da rede hídrica e controlando a emissão na atmosfera de gases de efeito estufa (SEPLAN, 2012). A Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER) informa que trata 100% do

esgoto coletado, mas vale o destaque do pequeno número de esgoto coletado. Em 2010 e 2011 a coleta de esgoto diminuiu mesmo com a crescimento populacional do Estado (Quadro 6). Caracterizando assim, um despejo inadequado deste material.

Quadro 8 – Volume de Esgoto Coletado e Tratado de 2000 a 2011 em RR

Ano	Volume de esgoto em m <sup>3</sup>		Crescimento	
	Coletado (m <sup>3</sup> )	Tratado (%)	Absoluto	Relativo
2000	3.084.753	100	-163.431	-5,03%
2001	2.989.882	100	-94.871	-3,08%
2002	3.407.684	100	417.802	13,97%
2003	3.636.247	100	228.563	6,71%
2004	3.978.081	100	341.834	9,40%
2005	4.060.350	100	82.269	2,07%
2006	3.849.146	100	-211.204	-5,20%
2007	4.117.601	100	268.455	6,97%
2008	3.992.072	100	-125.529	-3,05%
2009	4.006.446	100	14.374	0,36%
2010	3.765.791	100	-240.655	-6,01%
2011	3.686.148	100	-79.643	-2,11%

Fonte: SEPLAN (2012)

Do ponto de vista da sustentabilidade econômica, observa-se que a taxa de crescimento real do PIB-RR (Produto Interno Bruto do Estado de Roraima), que compreende o crescimento real, do total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, não teve crescimento linear no período de 2001 a 2009, mas também não teve redução (SEPLAN-RR, 2012).

O PIB de Roraima apresentou no período diferença quase sempre positiva quando é feita a comparação com a trajetória do PIB do Brasil (com exceção dos anos de 2004 e 2007). De todo modo vale a pena chamar atenção para a utilização do PIB como instrumento ou indicador de desenvolvimento de uma região. Por outro lado, a questão não é tão polêmica quando o PIB é utilizado como parâmetro de crescimento econômico. A principal razão consiste no caráter multidimensional do fenômeno do desenvolvimento, que depende de variáveis de natureza multidimensional relacionadas com a qualidade de vida da população.

O PIB de Roraima apresenta trajetória crescente no período de 2004 a 2009. Este crescimento econômico, mesmo não produzindo impacto a nível nacional, demonstra a capacidade da economia do setor público em gerar riquezas com índice superior a inflação do período. Mesmo em 2009 quando o PIB do Brasil teve índice

negativo, Roraima apresentou crescimento positivo, no caso, de 4,6% (SEPLAN, 2012).

Tabela 6 – Diferença da taxa de crescimento real do PIB de Roraima e do Brasil

<b>Ano</b>	<b>Roraima (%)</b>	<b>Brasil (%)</b>	<b>Diferença (p.p)</b>
2001	7,3	1,3	6,0
2002	8,1	2,7	5,4
2003	3,4	1,1	2,2
2004	5,5	5,7	-0,2
2005	4,4	3,2	1,3
2006	6,3	4,0	2,3
2007	2,6	6,1	-3,5
2008	7,6	5,2	2,5
2009	4,6	-0,3	4,9

Fonte: SEPLAN (2012)

Assim como o PIB, a balança comercial é um índice de crescimento econômico e precisa estar relacionado a vários outros fatores para ser traduzido como desenvolvimento de um Estado, país ou região. O seu exame revela que as exportações superaram as importações, gerando saldo positivo nos anos pesquisados, com destaque para o ano de 2006, quando praticamente dobrou o montante de exportações, se comparado ao ano anterior, conforme tabela 03. A balança comercial é um indicador de crescimento econômico, medido em dólares americanos, que mostra as relações de comércio da economia de um local com o resto do mundo. No caso de Roraima, os três produtos mais exportados foram madeira, couro e soja (SEPLAN, 2012).

Tabela 7 – Balança comercial de Roraima de 2001 a 2011

<b>Ano</b>	<b>Exportações (em US\$ mil)</b>	<b>Importações (em US\$ mil)</b>	<b>Saldo (em US\$ mil)</b>
2001	4.663	3.439	1.224
2002	6.411	2.790	3.621
2003	3.831	2.092	1.739
2004	5.273	1.868	3.405
2005	8.483	879	7.604
2006	16.414	1.115	15.299
2007	16.761	1.077	15.684
2008	15.607	2.454	13.153
2009	12.686	10.069	2.617
2010	11.636	7.486	4.150
2011	15.179	6.756	8.423

Fonte: IBGE (2012)

O consumo de energia é outro indicador que demonstra o crescimento de determinada região, pois revela a evolução de fatores estratégicos como: população, instalação de empresas, indústrias e outros. Em Roraima, o aumento do consumo de energia tem sido constante, pressupondo o crescimento da economia de modo genérico. Alto Alegre, São João da Baliza e São Luis são os municípios que apresentaram redução nas suas trajetórias de consumo relativas aos anos de 2009 e 2010, mas o fenômeno decorreu das limitações ou restrições impostas pela oferta considerando que a geração de energia e o suprimento dos consumidores ficou prejudicado por razões técnicas.

### **3.2 O SESI-RR e a Responsabilidade Socioambiental**

O conceito de responsabilidade social consiste na decisão da empresa, corporação ou da organização privada em incorporar as suas ações, valores socioambientais que se situam para além do círculo de interesse comercial direto e imediato da corporação; consiste em a mesma participar mais diretamente das ações comunitárias na região que está presente e diminuir possíveis danos ambientais decorrente do tipo de atividade que exerce. Esta visão de mundo mais participativa na vida comunitária apresenta tendência de crescimento entre as empresas ou corporações de modo geral. É que mais companhias ou corporações estão absorvendo o conceito de responsabilidade socioambiental.

Atualmente fazem-no não mais como filantropia ou ato de caridade social, mas porque o conceito se difundiu como mudança de visão de mundo e estratégia de marketing que beneficia a imagem da corporação junto aos consumidores e clientes em geral, como fazem, por exemplo, a “Boticario”, “Coca-Cola”, “Fiat” e milhares de outras corporações empresariais e entidades de modo geral. Mas há também as corporações que enfatizam e centralizam suas ações na valorização do comportamento ético no relacionamento com consumidores, funcionários, fornecedores, comunidade e meio ambiente, como é o caso do SESI (Karkotli e Aragão, 2010).

### 3.2.1 Caracterização da Organização

Este tópico foi construído seguindo o encadeamento ou disposição das respostas do questionário enviado ao SESI/RR através do ofício nº 002/2015 – PPG-DRA/UFRR (Anexo 1) e respondido (em formato pdf) via *email* desta pesquisadora. As respostas estão disponíveis na íntegra no Anexo 2.

Temas relacionados ao meio ambiente, como efeito estufa, aquecimento global, uso racional de recursos não renováveis, reaproveitamento e reciclagem, vem ocupando espaço no mundo empresarial e o SESI/RR, instituição que tem a indústria como mantenedora, vem introduzindo essa temática em um contexto mais amplo de Responsabilidade Socioambiental, assunto que orienta suas estratégias corporativas.

O tema em questão está posicionado como objetivo estratégico para o Departamento Regional de Roraima, tendo como principal missão “Contribuir para a adoção de práticas socialmente responsáveis nas empresas industriais”. Para concretização deste objetivo, o SESI/RR definiu que sua atuação seria voltada para o atendimento às empresas industriais por meio de ações de responsabilidade social, como: aplicação do Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho, mobilização de empresas industriais para a participação em fóruns e seminários envolvendo essa temática e a promoção de ações diversas, além de difundir, ao longo de toda e qualquer ação/iniciativa, a defesa de ideias e práticas comprometidas com a sustentabilidade do planeta.

O Programa de Responsabilidade Socioambiental do SESI/RR (PRSSSESI) foi elaborado de acordo com o processo de adequação das práticas de gestão aos critérios de excelência. O PRSSSESI-RR tem por objetivo contribuir diretamente para eliminar, minimizar ou compensar os impactos sociais e ambientais negativos gerados pelos serviços/produtos, processos e instalações do SESI, a fim de garantir segurança aos clientes, a população e ao meio ambiente, de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

Este programa foi baseado nos 4R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Repensar) e teve como finalidade sensibilizar os colaboradores a contribuírem positivamente para com o meio ambiente, bem como buscar soluções e parcerias

para otimizar o uso de recursos naturais renováveis e não renováveis. As principais ações do programa são:

- a) Levantamento de aspectos e impactos ambientais e sociais;
- b) Gerenciamento de Resíduos Sólidos (implantado a partir de 2009, em observância da legislação ambiental em relação aos serviços de saúde);
- c) Acompanhamento da Legislação (Assessoria Jurídica do SESI/RR);
- d) Programa de Educação Ambiental, com ações pontuais como: uso de canecas e copos permanentes pelos colaboradores a fim de diminuir a utilização de copos descartáveis; uso de sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos, que tem por finalidade reduzir o uso de papel na comunicação interna (essa prática foi descontinuada recentemente devido ao fechamento da empresa prestadora do serviço); utilização de rascunho para impressão e bloco de anotação.
- e) Realização de Fóruns e Seminários de Responsabilidade Social;
- f) Captação e Mobilização de Voluntários.

O SESI/RR busca sensibilizar todos os seus colaboradores (funcionários) para a prática de ações que promovam a preservação ambiental e a responsabilidade social. Incentivos de pequeno esforço como a adoção de copos e canecas pessoais, o desligamento da iluminação artificial, o uso da iluminação natural nos ambientes de trabalho (sempre que possível), reutilização de papel e redução de impressão fazem com que, diariamente, se tenha a prática do consumo mais consciente, contribuindo para a formação de hábitos socioambientalmente responsáveis.

Para os clientes externos, o Departamento Regional do SESI fornece como brinde institucional as garrafinhas (conhecidas como *squeeze*) para o consumo de água em suas instalações, bem com a distribuição de bolsas, camisetas, blocos e canetas que utilizam produtos reciclados como matéria prima.

Em projetos comunitários, como a Ação Global, Esporte e Cidadania e outros o SESI conta também com atuação de voluntários nas ações sociais. Nestas oportunidades são estimulados o Consumo Consciente, a doação de roupas, brinquedos e alimentos, coleta de garrafas pets para utilização dos catadores e campanhas para a troca do óleo comestível por produtos de limpeza (evitando a

contaminação do solo com o óleo), coleta de pilhas, lâmpadas fluorescentes e tantos outros itens que possam vir a causar danos ao meio ambiente.

No tocante a Responsabilidade Socioambiental, o Mapa Estratégico também trouxe como objetivo “Contribuir para a preservação e o Desenvolvimento Socioambiental, por meio da implantação de Programa Socioambiental no SESI/RR”. Embora o SESI não publique um balanço social, todas as suas ações são divulgadas por meio do Relatório Anual de Atividades.

A missão do SESI/RR atualmente é promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde e lazer, e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial.

E a visão do SESI/RR é “ser o líder estadual na promoção de uma indústria saudável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes e da gestão socialmente responsável da empresa industrial.

### 3.2.2 Análise da Responsabilidade Socioambiental do SESI/RR, segundo o modelo de Hopkins

O SESI/RR publica, além das publicações contábeis obrigatórias por lei, o Relatório Anual de Atividades, que traduz seus compromissos atinentes a responsabilidade socioambiental. A corporação ainda não trabalha com o instrumento de gestão conhecido como “balanço social ou balanço socioambiental”, o Relatório Anual de Atividades preenche, de certa forma, a função de balanço social ou ambiental especificamente. Independentemente dessa circunstância, percebe-se que há a preocupação institucional com os aspectos éticos e de responsabilidade social, evidenciado claramente em seus valores, em sua missão e em sua visão enquanto organização.

A seguir são apresentados os resultados dos levantamentos acerca da organização pesquisada, quanto aos indicadores de responsabilidade socioambientais desenvolvidos segundo o modelo de Hopkins.

## **Nível I – Princípios de Responsabilidade Social**

### **Legitimidade**

A organização possui valores claros para orientar seus profissionais; no entanto, estes poderiam ser melhor explicitados em um código de ética publicado para seus funcionários e para os *stakeholders*. Não se evidenciou um treinamento específico para melhor absorção de seus valores e, sim um processo cultural de repasse destes.

### **Responsabilidade pública**

Não há registro sobre eventuais litígios.

No tocante às contribuições para inovações, o SESI estimula a qualidade através do Prêmio SESI de qualidade de vida do trabalhador, onde as empresas do setor demonstram suas práticas e as melhores são premiadas.

Não houve crescimento do número de empregos gerados direta ou indiretamente; mas positivamente, também não houve diminuição.

### **Arbítrio dos executivos (gestores)**

Não há registro, entre os documentos examinados, de nenhum desvio de conduta por parte de seus gestores.

## **Nível II – Processos de capacidade de resposta social**

Neste nível, existem dois indicadores que merecem destaque, pois são relacionados com a percepção do ambiente e com o gerenciamento dos *stakeholders*. O primeiro é um mecanismo de análise que procura entender as questões sociais relevantes para a organização, enquanto o gerenciamento das partes interessadas trata das ações propriamente ditas, na elaboração das políticas sociais.

O SESI/RR conclui pela necessidade incontornável de realizar investimentos em programas ambientais, destacando-se neste aspecto o Programa de Responsabilidade Socioambiental. Referido programa foi elaborado adequando práticas de gestão aos critérios de excelência. Ele objetiva contribuir diretamente para eliminar, minimizar ou compensar os impactos sociais e ambientais negativos gerados pelos serviços/produtos, processos e instalações, a fim de garantir

segurança aos clientes, a população e ao meio ambiente, de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

No setor social o SESI/RR tem projetos já reconhecidos pela sociedade, que são realizados com a participação de outros agentes, damos destaque a Ação Global e Esporte e Cidadania.

A organização demonstra estar alinhada com os anseios sociais da região que atua, planejando suas ações de acordo com os cenários vigentes, as estratégias organizacionais e os recursos disponíveis.

### **Nível III – Resultados/ações de responsabilidade socioambiental**

#### **Efeitos nos *stakeholders* internos**

##### **Proprietários/acionistas (gestores)**

Os gestores demonstram estar preocupados com as ações de responsabilidade socioambiental e bem-estar da comunidade, apenas descontinuando ações que não haja viabilidade técnica ou econômica e tentando alternativas para que novas políticas sejam implementadas. Não houve registro de caso de irresponsabilidade administrativa ou de atividades ilegais.

##### **Funcionários**

A organização demonstrou preocupação quanto ao exercício de cidadania organizacional, buscando sensibilizar todos os seus empregados para a prática de ações que promovam a preservação ambiental e a responsabilidade social. Incentivos de pequeno esforço como a adoção de copos e canecas pessoais, o desligamento da iluminação artificial e o uso da iluminação natural nos ambientes de trabalho (sempre que possível), reutilização de papel e redução de impressão fazem com que, diariamente, se pratique consumo consciente, contribuindo para a formação de hábitos sócio e ambientalmente responsáveis. Contribuindo para que os próprios colaboradores se sintam como parte do processo, o que reflete na melhoria da motivação dos mesmos.

## **Efeitos nos *stakeholders* externos**

### **Clientes/Consumidores**

Para os clientes externos, O Departamento Regional do SESI/RR fornece como brinde institucional as garrafinhas (conhecidas como *squeeze*) para o consumo de água em suas instalações – eliminando o consumo de descartáveis, bem com a distribuição de bolsas, camisetas, blocos e canetas que utilizam produtos reciclados como matéria prima.

Não há registros de ocorrência de insatisfação ou de litígios de clientes/consumidores contra o SESI/RR.

O SESI atende seus clientes diretamente, através de informações por telefone e através do site da instituição.

### **Meio Ambiente**

A organização objeto do estudo desenvolve programas de preservação ambiental. O principal projeto desse programa é o Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho, que mobiliza as empresas industriais para a participação em fóruns e seminários com essa temática, além de promover e difundir, ao longo de toda e qualquer ação/iniciativa, a defesa de ideias e práticas comprometidas com a sustentabilidade socioambiental do planeta.

O Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho se baseia nos 4R's: Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Repensar. Sua finalidade é a de sensibilizar os colaboradores a contribuírem positivamente para com o meio ambiente, bem como buscar soluções e parcerias para otimizar o uso de recursos naturais renováveis e não renováveis.

As suas principais ações são: Levantamento de aspectos e impactos ambientais e sociais; Gerenciamento de Resíduos Sólidos (implantado a partir de 2009, em observância da legislação ambiental em relação aos serviços de saúde); Acompanhamento da Legislação (Assessoria Jurídica do SESI/RR); Programa de Educação Ambiental, com ações pontuais como: uso de canecas e copos permanentes pelos colaboradores a fim de diminuir a utilização de copos descartáveis; uso de sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos, que tem por finalidade reduzir o uso de papel na comunicação interna (essa prática foi

descontinuada recentemente devido ao fechamento da empresa prestadora do serviço); utilização de rascunho para impressão e bloco de anotação; Realização de Fóruns e Seminários de Responsabilidade Social; Captação e Mobilização de Voluntários.

O tema em questão está posicionado como objetivo estratégico para o Departamento Regional de Roraima, tendo como principal missão “Contribuir para a adoção de práticas socialmente responsáveis nas empresas industriais”.

### **Comunidade**

A organização pesquisada tem envolvimento direto com a comunidade onde atua, por meio de ações específicas, como a Ação Global, Esporte e Cidadania e outros o SESI conta também com atuação de voluntários nas ações sociais.

### **Fornecedores**

Os fornecedores são selecionados através de processos de licitação. Não há maiores informações sobre relacionamentos comerciais, formais e/ou informais com fornecedores, exceto nas ações rotineiras de responsabilidade ambiental onde todos são envolvidos.

### **Efeitos institucionais externos**

A organização mantém, periodicamente, ações assistenciais à comunidade. E é conhecida como a “Marca da Responsabilidade Social”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em mercados competitivos, com *stakeholders* cada vez mais exigentes, as empresas ficam bem mais atentas aos interesses e exigências dos consumidores de seus produtos, bem como aos movimentos dos públicos impactados pelo seu negócio. Surge assim, baseando-se em toda trajetória histórica e evolução das instituições (formais e informais) a cobrança social por mais equilíbrio nas relações entre o ser humano e a natureza, que se traduzem em demandas por maior responsabilidade socioambiental, tanto da sociedade civil, quanto do setor público e do setor empresarial. A questão da responsabilidade socioambiental se insere, portanto, no marco teórico-conceitual do desenvolvimento sustentável.

Esta pesquisa compreendeu alguns aspectos desta temática tão atual, através dos quais se percebeu a importância destacada de alguns itens, como por exemplo, o conceito de sustentabilidade (forte e fraca) e seu caráter necessariamente multidimensional: econômico, social, institucional e ambiental; esse caráter tão diverso e multifacetado do desenvolvimento sustentável implica em graus adicionais de complexidade metodológica e instrumental para conceituá-lo, e, principalmente, para mensurá-lo enquanto fenômeno concreto da práxis social. De todo modo, a Organização das Nações Unidas tem insistido nessa busca, assim como outras corporações públicas e privadas. Os resultados iniciais desses esforços são dados pela construção de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou pela utilização de modelos como o Modelo de Hopkins, a Pegada Ecológica e outros índices e modelos que se propõem representar e mensurar, sob a forma de sínteses, o comportamento do fenômeno examinado, de modo a possibilitar que se realizem análises de natureza qualitativa (ou quantitativa) da sustentabilidade e dos compromissos de responsabilidade socioambiental.

São índices complexos que apresentam resultados que são pouco difundidos; é que eles esbarram no problema da confiabilidade dos dados e na dificuldade metodológica de se mensurar e comparar tais ações. Tal crítica é recorrente aos índices de sustentabilidade, que dependem fortemente de uma grande quantidade de dados confiáveis – base informacional consistente –, o que os torna de certa forma vulneráveis, pois geralmente as corporações não dispõem de referida base informacional, principalmente as micro e pequenas empresas.

Percebe-se ainda que diversos indicadores foram construídos voltados para as sociedades industrializadas, dificultando sua aplicabilidade em cenários que não sejam urbano-industriais ou diferentes desses, principalmente quando se trata de examinar e analisar as ações das empresas de pequeno porte ou até mesmo as localizadas em pequenos municípios. São indicadores que não consideram as diferenças de escala das realidades socioeconômicas regionais, e, principalmente, as diferenças culturais. Por outro lado, são os que se encontram disponíveis, observando-se que atualmente ainda não existe um padrão de aplicação geral para quantificar as ações de responsabilidade socioambiental como existe, por exemplo, para se mensurar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No entanto, independente de indicadores, a tendência mundial de sustentabilidade vem demonstrando que as empresas que investem na responsabilidade socioambiental e no desenvolvimento sustentável da região a qual estão inseridas tem alcançado resultados a longo prazo. Isto ocorre porque referidas ações compensam economicamente, pois, geram boa reputação empresarial, além de envolver os funcionários neste processo, como pode ser visto no estudo realizado no SESI/RR. Isto resulta em motivação adicional, retendo talentos na organização, tendo em vista a melhora de seu clima organizacional.

Na efetivação dos princípios, vislumbra-se claro esforço em romper com a cultura predadora do mundo contemporâneo; no entanto, ao se buscar registros formais fica evidente a fragilidade do processo de avaliação do conceito de responsabilidade socioambiental em face de a organização não dispor de registros formais sistemáticos, como por exemplo, um balanço social ou relatório equivalente, com certa periodicidade. Adicionalmente, se observou que as ações de responsabilidade socioambiental do SESI/RR não são desenhadas de acordo com as peculiaridades da região, pois replicam os modelos de ações dos grandes centros, em relações do tipo centro-periferia.

Com base no estudo foi observada lacuna de grande relevância social, relativa a ausência de ações específicas que melhorem a expectativa de vida das mulheres em Roraima, haja vista que esta se apresenta, segundo os dados do IBGE de 2012, como a mais baixa do Brasil. Percebe-se, inclusive, a necessidade de estudo específico para se analisar este problema e sua influência no desenvolvimento sustentável local.

Outro item que contribui para a melhoria da qualidade de vida e consequentemente com o desenvolvimento sustentável do Estado, diminuindo casos de doenças e melhorando a saúde da população diz respeito a prestação dos serviços de tratamento de esgotos sanitários, fato preocupante no Estado devido aos números que revelam o declínio desses serviços no período 2000-2011.

Ainda cabe especial destaque à elevação das concentrações de CO<sub>2</sub> em Roraima, resultante principalmente de queimadas, que além da poluição atmosférica, trazem consigo o desmatamento e o aumento de doenças respiratórias na população.

Responsabilidade socioambiental não se confunde com ações de caridade; na realidade se trata de exigência social e de mercado. É o resultado de um processo histórico que se acentuou após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) vindo a se constituir como paradigma político, objeto de ações internacionais patrocinadas pela Organização das Nações Unidas – ONU. A sustentabilidade socioambiental tornou-se componente da agenda empresarial, se inserindo no contexto da região, precisando observar, porém, as características da cultura regional, de modo a melhorar a realidade através das ações de responsabilidade socioambiental, considerando que seu objetivo maior consiste em trabalhar a melhoria da qualidade de vida de seus *stakeholders*.

No entanto, a preservação ambiental não é um valor absoluto, mesmo porque a salvaguarda ambiental isoladamente não melhora a qualidade de vida dos *stakeholders*. As evidências históricas e a observação empírica apontam que o conservacionismo ambiental precisa se articular com as ações de melhoria social, dentro da concepção de desenvolvimento sustentável, pois, pouco contribuiria simplesmente criar áreas de preservação ambiental e achar que ali terá uma sociedade com desenvolvimento sustentável.

Verifica-se a importância de existirem instituições formais que orientem, regulamentem e exijam o cumprimento da Responsabilidade Socioambiental. E também de uma cultura (instituições informais) onde a consciência sobre a questão da responsabilidade individual e social requer principalmente investimentos na educação socioambiental.

O tema em questão é algo bem maior e bem mais complexo que esta pesquisa. Percebe-se a necessidade do aprofundamento de estudos sobre esta temática tão atual, que requer enfoque interdisciplinar, que resultem em melhorias relacionadas as organizações e ao pleno exercício da cidadania, começando pelas gerações atuais, para se mudar as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

ADELMAN, Irma. **Teorias do desenvolvimento econômico**, Forense – Rio, p.08, 09. 1972.

ALMEIDA, Fernando. **Meio ambiente no século 21, 21 especialistas falam da questão ambiental**. Autores Associados, 2005.

ASHLEY, Patricia Almeida (coord). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARBIERI, José Carlos e SILVA, Dirceu da. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental**: uma trajetória comum com muitos desafios. RAM, Rev. Adm. Mackenzie. 2011, vol.12, n.3, pp. 51-82. ISSN 1678-6971. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712011000300004>. Acesso em 21 jan 2014.

BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. **Responsabilidade social das empresas: Práticas Sociais e Regulação Jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2006.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social**: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

BÖHRINGER Christoph e JOCHEM Patrick. **Measuring the Immeasurable: A Survey of Sustainability Indices**. Discussion Paper No. 06-073. Disponível em: [ftp://ftp.zew.de/pub/zew-docs/dp/dp\\_06073.pdf](ftp://ftp.zew.de/pub/zew-docs/dp/dp_06073.pdf)

BRANCO, Adriano Murgel; MARTINS, Márcio Henrique Bernardes. **Desenvolvimento sustentável na gestão de serviços públicos**: responsabilidade socioambiental e informe social. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**.

\_\_\_\_\_. Vigilância Sanitária. **Resolução - RE nº 9**, de 16 de janeiro de 2003, publicada no D.O.U de 20 de janeiro de 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política nacional do meio ambiente**.

CAMROTTI, Ilka e SPINK, Peter. **O que as empresas podem fazer pela erradicação da Pobreza**. São Paulo. Instituto Ethos, 2003.

CAMPOS, L. M. S. Sgada. **Sistema de gestão e avaliação de desempenho ambiental**: uma proposta de implementação. 2001. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa** (Silent Spring). Tradução Claudia Sant'anna Martins. Gaia. 1962.

COCHRAN, Philip L.; WOOD, Robert A. **Corporate social responsibility and financial performance**. *Academy of Management Journal*, 1984, vol 27.

COLB. Michael E. **The evolution of paradigms of environmental management in development**. Strategic Planning and Review Department. The World Bank. November 1989.

COLUMBIA UNIVERSITY, **Summary for policymakers 2005 environmental sustainability index**. Bench marking National Environmental Stewardship. Yale Center for Environmental Law and Policy. Yale University. Center for International Earth Science Information Network. In collaboration with: World Economic Forum Geneva, Switzerland. Joint Research Centre of the European Commission. Ispra, Italy. Executive Summary.

CONAMA. **Resolução nº 01**, de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. **O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas**. *Revista Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, 6(2): 119-146, jul./dez. 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. V.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999. ISBN: 85-219-0329-4

DAHER, Wilton de Medeiros. **Responsabilidade social corporativa: geração de valor reputacional nas organizações internacionalizadas**. São Paulo. Saint Paul Editora. 2006

DALY, Herman E. **Economia em um mundo cheio**. 100 *Scientific American*, september , 2005 Jonathan Milne, disponível em: [www.folioart.co.uk](http://www.folioart.co.uk).

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo. Atlas. 2006.

DRUCKER, Peter F. **Estratégia empreendedora: o melhor de Peter F. Drucker sobre administração**. São Paulo. Pioneira, 2000.

ECONOMIST. **The movement for CSR has won the battle of ideas, CSR commands the attention of Executives Everywhere**, 2005.

ETHOS. **Práticas empresariais de responsabilidade social: relações entre os princípios do *global compact* e os indicadores ethos de responsabilidade social**. São Paulo, 2003. Disponível em <http://www.ethos.org.br>, em 13/03/2014.

FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2006

FONSECA, Ozorio J. M. **Pensando a Amazônia**. Manaus. Valer, 2011.

GIOSA, Lívio. **Responsabilidade social forma um novo retrato das organizações brasileiras**. 2007. Disponível em: [www.liviogiosa.com.br/interna.asp?idTipo=5](http://www.liviogiosa.com.br/interna.asp?idTipo=5). Acessado em 07/03/2015.

HOBBSAWM, Eric J. **Bandidos**. 2. ed. Tradução: Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

HOPKINS, Michael. **Defining indicators to assess socially responsible enterprises**. Kidlington. Futures, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Geociências. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil 2002 / IBGE, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 195 p. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, ISSN 1517-1450; n. 2)

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil 2010 / IBGE, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, ISSN 1517-1450; n. 7)

\_\_\_\_\_ **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 2013.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade social empresarial**. 2. ed. Petrópolis. Vozes, 2007.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade social**: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. 4. ed. Petrópolis. Vozes, 2010.

KERR, Michael, **Fundamentals of corporate social responsibility**. Presentation to CSRE Asia. Natural Advantage—Corporate Social Responsibility and Sustainability Consulting Services. 2006.

KOTLER, Philip, **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 5.ed. São Paulo. Atlas, 1998.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Ministério das Relações Exteriores. Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF. Instituto Rio Branco (IRBr). Brasília, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6. Ed. Rio de Janeiro. Vozes. 2008.

LEWIS, Sandra Aparecida Lopes Barbon. **A Responsabilidade social da empresa como atitude positiva orientada pela lei**. PUC. São Paulo, 2014.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Revisando os modelos e as teorias da análise regional**. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 127-136, 2o sem. 2008

LIMA, Sabrina. **Sustentabilidade em números**. In Vox Green S/A. 3. ed., Verde. Pará, 2013.

LIMA, Sérgio Ferraz de. **Introdução ao conceito de sustentabilidade, aplicabilidade e limites**. Vol.4 Número 04 - Jan/dez. Cadernos da Escola de Negócios. UNIBRASIL. 2006.

LONG, B.L. **International environmental issues and the OECD 1950-2000**: An Historical Perspective. Paris, Organization for Economic Cooperation and Development. 2000.

MARTINS, Ana Raquel Paiva; FERRAZ, Fernando Toledo. e COSTA, Marcio Macedo. Sustentabilidade ambiental como nova dimensão do índice de desenvolvimento humano dos países. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 139-162, dez. 2006.

MEADOWS, D.H., et al. **Limits to growth**. Nova York: Universe Books, 1972.

MENEGASSO, M.E. **Responsabilidade social das empresas**: um desafio para o Serviço Social. São Paulo, 2002.

MIRANDA, Gabriela de Paula Cidade. Responsabilidade social corporativa e marketing social: reflexão para um novo tempo. In: **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo, 2002.

MMA – Ministério do Meio Ambiente, Brasil. **Agenda 21**: Perguntas e respostas. Sustentabilidade na visão do governo. 2000.

\_\_\_\_\_. **Agenda 21 brasileira**: ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília, 2004.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Sustentabilidade**. 6º Encontro de Lideranças CONFEA. Brasília, 21 a 25 de fevereiro de 2011.

MOURA, Luiz Antonio. **Qualidade e Gestão Ambiental**. São Paulo. Juarez de Oliveira. 2002.

NEBBIA Tom. **Integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento**: 1972-2002. UNEP, Tom Nebbia, Ecuador, Topham Picture point. 2006

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_ e THOMAS, R. P. **The rise of the western world: A new economic History**. Cambridge University Press, 1973.

\_\_\_\_\_. **Economic performance through time**. The American Economic Review, v. 84, n. 3, jun, p. 359-68. 1994.

OCDE. **Diretrizes da OCDE sobre governança corporativa para empresas de controle estatal**. Disponível em: [www.oecd.org/daf/ca/42524177.pdf](http://www.oecd.org/daf/ca/42524177.pdf).

OLIVEIRA, Marcelle Colares; PONTE, Vera Maria Rodrigues; RIBEIRO, Maísa de Souza. **Efeitos da globalização econômica e da harmonização internacional da contabilidade na evidenciação de informações socioeconômicas nas demonstrações contábeis**. Anais do 3º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: FEA/USP, 2003.

OLIVEIRA, Wagner Faria de. **Índice de desenvolvimento humano e pegada ecológica: Uma proposta de integração**. ANPEC, 2013.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento**. Artigo apresentado no VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

PIRES, Julio Manuel Pires. Economia regional e urbana. In: **Manual de Economia**. 6. Ed. São Paulo, 2013.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres**. New York. PNUD, 2004.

\_\_\_\_\_. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acessado em 13 de janeiro de 2015.

PRESAS, Carolina Soledad. **Instituições e desenvolvimento em municípios de base mineira: Os casos de Parauapebas-PA e Itabira-PA**. Brasília, 2012. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.

QUEIROZ, Adele. **A responsabilidade social das empresas no Brasil: um estudo sobre indicadores**. V Congreso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de la Administración Pública. Santo Domingo, República Dominicana, 2000.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br//scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142012000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br//scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142012000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 16 jan 2014.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento crescer sem destruir**. São Paulo. Vértice. 1986.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro. Garamond, 2009.

SEADE. **Instituto legislativo e seade lançam primeiros resultados do IPRS**. 2011. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/instituto-legislativo-e-seade-lancam-primeiros-resultados-do-iprs/>. Acesso em 01 mar 2015.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

SEPLAN, Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Indicadores de Sustentabilidade do Estado de Roraima**. Boa Vista – RR, 2012.

\_\_\_\_\_. **Indicadores Gerais - 2012**. Elaboração: Fábio Rodrigues Martinez, Erlen Maria da Silva Reis, Nelcilene Farias Lima. 1ª Edição. Boa Vista – RR, 2012.

SILVA, Genival Ferreira da Silva (et al.). **Propostas para um plano de desenvolvimento do estado de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

SKOLIMOWSKI, Henryk. **Reverence for Life**. In: ENGEL, J. Ronald and ENGEL, Joan Gibb (Eds.). *Ethil;S of Environment and Development*. Londres: Belhaven, 1990.

TRIGUEIRO, André (coord). **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 4ª ed. São Paulo. Armazém do Ipê (Autores Associados). 2005.

WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronal. **Economia**. São Paulo: Makron Books, 1994.

WWF – World Wide Fund for Nature - Brasil. **Relatório planeta vivo**, 2010. Disponível em: [http://assets.wwf.org.br/downloads/08out10\\_planetavivo\\_relatorio2010\\_completo\\_n9.pdf](http://assets.wwf.org.br/downloads/08out10_planetavivo_relatorio2010_completo_n9.pdf). Acesso em 17 nov. 2014.

UNCED. **A Agenda 21**, Organização das Nações Unidas, 1992.

UNEP. **Integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento: 1972-2002**. Unep, Tom Nebbia, Ecuador, Topham Picture point. 2011.

VASSALO, C. Agenda para o futuro. **Exame**, São Paulo, p. 64-79, 13 jan. 1999

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XX.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERÍSSIMO, Adalberto [et al.]. **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios.** [organizadores Adalberto Veríssimo [et al.] . -- Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

**ANEXOS**

- 1 – Ofício enviado ao SESI/RR
- 2 – Ofício recebido do SESI/RR